COMISSÃO EUROPÉIA

NEGOCIANDO COM A COMISSÃO[#]

**poderes de notificações, denúncias, inspeções e investigações sob os
Artigos 85 e 86 do Tratado da Comissão Européia**

Bruxelas - Luxemburgo, 1997

[#] Tradução do documento “*DEALING WITH THE COMMISSION, notifications, complaints, inspections and fact finding powers under Articles 85 e 86 of the EEC Treaty*” realizada por NORONHA ADVOGADOS especialmente para a Revista do IBRAC.

Luxemburgo: Escritório de Publicações oficiais da Comunidade Européia,
1997

ISBN

©ECSC-EC-EAEC, Bruxelas - Luxemburgo, 1997

A reprodução é autorizada, exceto para proposições comerciais, desde que a fonte seja reconhecida

Índice

Introdução Geral

I.Introdução: as regras de competição e o papel das Instituições da UE em sua exequibilidade

- 1.1 As regras de competição
- 1.2. O papel da Comissão
- 1.3 Decisões formais e informais
- 1.4 O papel da Corte de Primeira Instância e da Corte de Justiça
- 1.5 Outras vias de proteção contra infrações
- 1.6 Quando e como dirigir-se à Comissão

II.Entrando em contato com a Comissão

- 2.1 Notificações e requerimentos para isenção e aprovação negativa
 - 2.1.1 Razões para notificação
 - 2.1.2 Isenções coletivas e isenções individuais
 - 2.1.3 Formulário A/B
 - 2.1.4 Informações incompletas ou imprecisas
 - 2.1.5 Após a notificação
- 2.2 Denunciando à Comissão
- 2.3 Investigações *ex officio* de infrações
- 2.4 Investigações nos setores da economia

III.Como a Comissão investiga as infrações

- 3.1 Investigações: comentários gerais
- 3.2 Após a investigação
- 3.3 O papel das autoridades nacionais

IV.Solicitação de informações

- 4.1 O poder da Comissão para solicitar informações
- 4.2 Solicitações “simples” de informações
- 4.3 Solicitação de informações na forma de decisão vinculante
- 4.4 Respondendo à solicitação da Comissão
- 4.5 Penalidades financeiras

V.Investigações ““*in loco*””

- 5.1 O poder da Comissão para investigar ““*in loco*””
- 5.2 Inspeções conduzidas sob apresentação de autorização
- 5.3 Inspeções ordenadas por decisão vinculante
 - 5.3.1 Requerimentos formais

- 5.3.2 Os deveres das empresas sob investigação
- 5.4 O papel das autoridades nacionais competentes
- 5.4.1 O dever de providenciar assistência
- 5.5 Salvaguarda para as empresas
- 5.6 A extensão do poder de inspeção da Comissão
- 5.7 Penalidades financeiras

VI.Procedimentos de averiguação de infração

- 6.1 Iniciando um procedimento de averiguação de infração
- 6.2 A declaração de objeções
- 6.3 Acesso aos arquivos
- 6.4 Resposta escrita
- 6.5 Audiência oral
- 6.6 Direitos da defesa
- 6.7 A confidencialidade das comunicações entre cliente e advogado
- 6.8 Segredos de indústria e a confidencialidade de documentos
- 6.9 Restrição ao uso da informação
- 6.10 Revisão judicial das decisões da Comissão

VII.Terceiros e denúncias

- 7.1 A situação dos denunciantes perante a Comissão
- 7.2 Acesso ao processo
- 7.3 Revisão judicial das decisões da Comissão

VIII.A resolução da investigação da Comissão

- 8.1 Decisões formais da Comissão
- 8.2 Medidas interinas
- 8.3 Resolução informal da Comissão sobre disputas de concorrência
- 8.4 Revisão judicial das decisões finais
- 8.5 Solução provisória

Anexos

Anexo 1. Principais instrumentos legislativos aplicando os artigos 85 e 86, incluindo Regulamentos de isenções em bloco.

Anexo 2.Informações sobre a Política de Competição emitidas pela Comissão.

Anexo 3.Formulário A/B: Introdução e Parte Operacional (apêndice do Regulamento da Comissão 3385/94)

- Anexo 4. Endereço da Comissão e informações sobre seus escritórios nos vários estados membros e países terceiros; endereço da *Cellule Information*.
- Anexo 5. Leituras Adicionais (em várias línguas da UE, incluindo publicações oficiais como o *Diário Oficial*, *Competition Policy Report*, *Quarterly Newsletter* and *Yellow Handbook* de textos oficiais).

Introdução Geral

Esta brochura esclarece os mais importantes aspectos do relacionamento que é desenvolvido quando firmas, empresas comerciais ou indivíduos lidam com a Comissão Europeia na área da política de concorrência. Iniciando com um sumário das próprias regras de competição e do papel das instituições da União Europeia no esforço de fazer com que sejam cumpridas, este documento examina a forma como as empresas entram em contato com a Comissão. Isto pode ocorrer quando uma empresa aciona a Comissão para denunciar a conduta anti-competitiva de uma outra, ou quando a empresa decide notificar a Comissão sobre certos acordos. A condução das investigações pela Comissão de acordo com as regras de competição é explicada, com enfoque no modo pelo qual a Comissão obtenha informações de partes relevantes, as garantias legais do segredo e a equidade necessária. O documento examina os procedimentos que a Comissão deve seguir quando esta adota a decisão de aplicar ou cumprir as regras de competição. Detalhes mais importantes das provisões legislativas da Comunidade serão descritos no texto quando se fizerem necessários. A brochura é concluída com seis anexos, oferecendo uma ampla variedade de informações adicionais, incluindo fatos sobre a Comissão e seu pessoal, listas de legislação relevante e detalhes sobre acordos de notificação.

I. Introdução: as regras de competição e o papel das Instituições da UE em seu cumprimento

1.1 As regras de competição

Um dos principais objetivos da UE é criar e manter um mercado único ou comum. Esta é uma área “sem fronteiras internas na qual a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capital é assegurada” (artigo 7A UE). Dentro deste mercado é vital que exista uma justa e livre concorrência entre as empresas, grandes ou pequenas, dos setores públicos ou privados. Com o fim de proteger os consumidores, as empresas devem ser impedidas do uso desleal de seu poder de mercado para beneficiar a sua posição no mercado, aumentar seus lucros ou excluir outros competidores. As ações das empresas não devem ter o efeito de dividir o mercado interno da UE. A política de Competição é reconhecida como parte da política industrial global da UE, porque os atos das companhias no intuito de fechar o mercado podem ser tão prejudiciais quanto uma ação governamental que coloque barreiras ao mercado. Uma política de competição efetiva é então necessária para proteger o mercado aberto e integrado. O cumprimento de tal política é um dos principais objetivos visados pelo Tratado da UE (art. 3 (g) UE).

As provisões mais importantes do Tratado da UE são:

- Artigo 85, o qual proíbe como “incompatível com o mercado comum: todos os acordos entre empresas, decisões por associações de empresas e práticas em conjunto que possam afetar o comércio entre os Estados Membros, que tenham por objeto ou efeito a prevenção, restrição ou distorção da competição no mercado comum...”(Art. 85 (1)). Quaisquer destes acordos ou decisões são automaticamente nulos. (Art. 85 (2)). Entretanto, certos tipos de acordos podem ser isentos desta proibição pela Comissão, por terem efeitos benéficos aos consumidores e não conterem restrições desnecessárias ou excessivas à competição. (“isenções” sob o art 85 (3)).
- Artigo 86, o qual proíbe “qualquer abuso por uma ou mais empresas de posição dominante no mercado comum, ou em parte substancial deste... como sendo incompatível com o mercado comum na medida em que afete o mercado entre os Estados-Membros.” Exemplos de abusos proibidos pelo art. 86 incluem a imposição de preços injustos, restrições de produção

ou de marketing, discriminação entre clientes e cláusulas contratuais de venda casada. Nenhuma extensão é possível nos termos do art. 86.

Os artigos 85 e 86 são aplicados não somente às empresas do setor privado, mas também às do setor público. Entretanto, o artigo 90 (2) contém uma exceção limitada para algumas empresas (tanto públicas quanto privadas) as quais tenham sido “encarregadas da operação de serviços de interesses econômicos gerais”.

As regras de competição estão preocupadas somente com os acordos ou condutas que possam afetar o “mercado entre os Estados Membros”. A conduta anti-competitiva, que é puramente nacional em extenso, pode ser controlada pelas leis de competição de cada Estado Membro individualmente. Acordos que não possuem um efeito apreciável na competição, ou no comércio entre os Estados Membros, escapam da abrangência do art. 85 (1) e não são proibidos (a doutrina *de minimis*). O Informativo sobre Acordos Menores (Anexo 2) deve dar assistência às empresas na aplicação destes princípios.

Um outro componente importante da política de competição da UE é o Regulamento de Fusão de 1989, que estabelece procedimentos e regras específicas na avaliação, pela Comissão, de grandes fusões com a “dimensão da Comunidade”. Fusões e procedimentos de fusões não são assuntos tratados no presente documento. Não são tratados também assuntos sobre regras de incentivos estatais (art. 92-94 UE). Estas regras permitem à Comissão controlar os incentivos concedidos pelos Estados Membros às companhias que são incompatíveis com o mercado comum.

1.2 O papel da Comissão

Sob o Regulamento do Conselho 17, adotado em 1962, a Comissão é uma instituição da Comunidade encarregada da tarefa de aplicar e fazer com que se cumpram as regras de competição. O Regulamento 17, juntamente com outras medidas suplementares, estabelece o mecanismo legal que é instaurado quando a Comissão investiga as alegações de infrações destas regras, responde às reclamações e negocia as solicitações pelas empresas de uma isenção ou uma declaração que os artigos 85 (1) ou 86 não são aplicados aos seus acordos ou conduta (uma “aprovação negativa”). A Comissão tem poderes extensivos de investigação. Se esta entender que houve uma infração às regras, o Regulamento 17 permite que a Comissão ordene a cessação da infração e, em certas circunstâncias, a imposição de pesadas multas às empresas ofensoras.

Em complemento a este papel de cumprimento da lei, a Comissão toma a direção na determinação do rumo geral da política de competição da UE. Isto ocorre quando interpreta as provisões do Tratado ou quando implementa Regulamentos; quando inicia as investigações nos setores particulares da economia; ou quando decide que categorias em particular dos acordos podem ser beneficiadas por isenções em bloco ou em grupo. Somente a Comissão pode decidir se um acordo pode ser beneficiado com uma isenção individual nos termos do Art. 85 (3). Esta também tem alguma discricionariedade em decidir qual infração será investigada. Poderá também escolher investigar somente aquelas que apresentem grave ameaça à integridade do mercado interno. A Comissão emite um Relatório Anual da Política de Competição, que é uma fonte útil de informação sobre as prioridades e atividades em andamento. O Relatório também contém importantes declarações de políticas sobre as práticas da Comissão. Essas declarações de política são ocasionalmente noticiadas no *Diário Oficial* (série C), ou como Respostas Escritas a questões postas aos Membros do Parlamento Europeu. Estas também são publicadas no *Diário Oficial* (série C).

Em um nível, a Comissão é um colegiado de 20 indivíduos que exercem funções políticas e executivas dentro do sistema político da UE. Para o período de 1995 a 1999, o Comissário responsável pelas questões de competição é o Sr. Karel Van Miert. A Comissão é também um órgão administrativo, lidando com as várias áreas políticas onde a UE opera. Possui uma Diretoria Geral que lida especificamente com matéria de competição (DG IV), encabeçada por um Diretor Geral e compreendendo sete Diretorias separadas (A-G).

Diretorias C-F são diretorias operacionais que assumem os casos do começo ao fim. Cada Diretoria é subdividida em unidades que tratam com diferentes setores da economia. As outras três Diretorias são encarregadas da política de competição geral e coordenação (A), fusões (B) e incentivos estatais. Sempre que a Comissão embarca numa investigação formal de uma alegação de que as regras de competição foram infringidas, também envolve oficiais do Serviço Legal que vão aconselhar sobre as condições legais sob as quais os oficiais devem proceder. Dentro da DG IV há também um Oficial de Audiência independente, encarregado de assegurar a conduta apropriada de quaisquer audiências orais estabelecidas durante a investigação, e resolver disputas entre a Comissão e as empresas sobre questões de confidencialidade e observância do devido processo legal.

O contato entre a Comissão e a empresa em relação às regras de competição é frequentemente iniciado em uma dessas quatro maneiras:

- O Regulamento 17 estabelece mecanismos para as empresas notificarem acordos à Comissão, solicitando também pela **aprovação negativa** ou por uma isenção nos termos do artigo 85 (3).
- Empresas que se considerem vítimas de conduta anti-competitiva em violação dos artigos 85 e 86 podem denunciar à Comissão.
- A Comissão pode por conta própria iniciar a investigação de uma infração alegada, baseada nas informações obtidas pela empresa em questão, pela imprensa, por questões no Parlamento Europeu, terceiros reclamantes, autoridades nacionais ou por eventuais informantes anônimos.
- Sob o Regulamento 17, a Comissão tem o poder de iniciar investigações gerais nos setores da economia onde suspeitam que infrações estejam ocorrendo. Tais investigações podem resultar em investigações de empresas específicas.

A Parte II discute esses mecanismos mais detalhadamente, mostrando como a Comissão pode avançar em suas investigações através de pedidos de informação ou a condução de investigações “*in loco*”.

O Regulamento 17 é a fonte mais importante das regras escritas que governam os procedimentos da Comissão na área da competição. Este engloba o cumprimento das regras na maioria dos setores da economia, exceto para transportes (ver Anexo 1). O Regulamento 17 é complementado pelo Regulamento da Comissão 3385/94 concernente a requerimento e notificações, Regulamento da Comissão 99/63 sobre audiências e Decisão da Comissão 94/810 sobre termos de referência de oficiais das audiências. As referências do *Diário Oficial* sobre estas medidas podem ser encontradas no Anexo 1. A íntegra do texto de todos estes Regulamentos pode ser encontrada no *Diário Oficial* ou no compêndio *Competition law in the European Communities*, vol. 1A, regras aplicáveis às empresas. Este é atualizado regularmente (ver Anexo 6). Como as regras escritas têm sido interpretadas e aplicadas há anos pelas autoridades da UE, uma importante fonte de informação sobre o conteúdo preciso dos procedimentos relevantes são as jurisprudências da Corte de Justiça e da Corte de Primeira Instância. Por exemplo, além das regras formais escritas, a Comissão é também limitada por um conjunto de princípios gerais legais desenvolvidos nestas cortes, protegendo os direitos e interesses das empresas afetadas pelas investigações de competição. O papel das duas cortes da UE na garantia da proteção legal é tratado no parágrafo 1.4.

1.3 Decisões Formais e Informais

O contato entre a Comissão e a empresa pode ter um de dois efeitos. Ou a Comissão irá alcançar uma decisão formal determinando, por exemplo, como as regras de competição serão aplicadas; ou esta irá produzir uma resolução informal deste assunto. Em vista dos recursos limitados a sua disposição e as pesadas demandas colocadas à sua frente, particularmente por investigações formais de infrações, a Comissão prefere, em muitos casos, resolver as questões informalmente. Também pode escolher este caminho para rapidez e conveniência dos envolvidos. Por exemplo, muitos pedidos de **aprovação negativa** e isenções sob o art. 85 (3) são negociados por meio de “contratos de gaveta”. Estes são cartas assinadas por oficial sênior no DG IV que especificam a intenção da Comissão de “fechar um arquivo”, pois os documentos requeridos da companhia já foram reunidos. A empresa que deseja aceitar o “contrato de gaveta” irá, muitas vezes, receber a resposta muito mais rapidamente do que aquela que insiste que somente uma decisão formal será suficiente. Às vezes a Comissão encerra um caso advertindo as partes por meio de carta que sua conduta pode estar ofendendo as regras de competição, mas declinando uma ação na área onde há pequeno impacto para a competição. Em todos os casos que envolvem cartas informais, a Comissão reserva-se o direito de reabrir o caso. Alternativamente, nos casos onde se quer proceder com a decisão formal, a Comissão pode ser capaz de assegurar a determinação persuadindo a empresa a alterar seu acordo ou a desistir, no futuro, de sua conduta abusiva, mas isto não impede a Comissão de proceder com respeito a condutas tomadas.

Decisões formais podem somente ser adotadas uma vez que as salvaguardas requeridas para os que foram afetados tenha sido observada. As investigações são, muitas vezes, processos demorados. Detalhes da decisão final que pode ser dada pela Comissão estão na Parte VIII. O procedimento aplicados aos “contratos de gaveta” são menos onerosos. Entretanto, a natureza do resultado de uma investigação, seja formal ou informal, não afeta a extensão do poder de investigação que a Comissão pode ter, sob o Regulamento 17. A Comissão é, em muitos casos, capaz de proceder com sua investigação com toda a cooperação das empresas envolvidas. Entretanto, se necessário, pode requerer às empresas o cumprimento de suas solicitações mediante a emissão de decisões. A Comissão pode também penalizar a empresa que não cooperar com a investigação.

As decisões finais mais importantes que a Comissão pode adotar na conclusão de uma investigação são:

- liberação negativa (artigo 2 do Regulamento 17);
- isenção (artigo 85 (3) do EC; artigo 6 do Regulamento 17);
- descoberta de uma infração. Quando uma infração é encontrada, a Comissão irá ordenar a sua cessação (artigo 3 do Regulamento 17) e, em alguns casos, impor uma multa (artigo 15).

A Comissão também tem o poder de adotar uma decisão temporária em casos urgentes, ordenando a imediata cessação de uma infração (ver abaixo parágrafo 8.2).

1.4 O papel da Corte de Primeira Instância e da Corte de Justiça

O trabalho da Comissão em interpretar e aplicar as regras de competição é questão para a jurisdição supervisória das duas cortes da EU, as quais asseguraram a observância da regra de Lei pelas instituições (artigo 164 da EC). Todas as decisões tomadas pela Comissão podem ser desafiadas perante a Corte de Primeira Instância. As decisões deste órgão são em seguida sujeitas à revisão sobre pontos de direito pela Corte de Justiça por si mesma (artigo 168 A da CE). Todas as decisões formais adotadas pela Comissão devem ser propriamente fundamentadas (artigo 190 da CE), e podem somente ser tomadas depois que o procedimento preliminar necessário tenha sido cumprido. As empresas podem questionar as decisões, endereçadas a elas, ou decisões endereçadas à outras empresas, pelas quais elas estão “diretamente e individualmente interessadas” (artigo 173 da CE). Por exemplo, um reclamante pode questionar a decisão da Comissão para conceder uma isenção a respeito de um acordo sobre o qual a sua reclamação original foi feita.

Em certas circunstâncias, as empresas podem também questionar “a falta de ação” da Comissão (artigo 175 da CE). Por exemplo, todos os reclamantes têm o direito de um exame básico dos termos de suas reclamações (em oposição à uma investigação detalhada de uma infração a qual eles alegaram). Eles podem forçar a Comissão a tomar uma posição na reclamação através de uma ação da Corte.

Ambas as Cortes da UE asseguram que a Comissão cumpre com os seguintes princípios:

- A Comissão deve agir dentro dos limites dos poderes concedidos sob o Regulamento 17;
- A Comissão deve agir de acordo com os princípios gerais da Lei comunitária, incluindo os princípios de proporcionalidade, igualdade e certeza jurídica;
- Para este fim, a Comissão não deve infringir os direitos fundamentais das empresas sob investigação, em particular “os direitos de defesa” de tais empresas; os mais importantes desses direitos são os direitos de um processo justo, direito de proteção de segredos industriais e o direito de obter conselho jurídico.
- A Comissão deve dar fundamentos adequados para suas decisões.

Em outras palavras, a Comissão não pode exercer os seus poderes arbitrariamente, sem respeito pelos interesses da empresa sob investigação. Quando esses princípios são aplicados às fases iniciais das investigações da Comissão, é de incumbência da Corte chegar a um equilíbrio entre justiça às partes e eficiência administrativa. A questão de como esses princípios afetam a conduta da Comissão é tratada com maiores detalhes abaixo (parágrafos 4.1 e 5.4; Parte VI).

1.5 Outras vias de proteção contra infrações

As empresas que se entendem como sendo vítimas de infrações das regras de competição podem, ao invés de, ou além de, reclamar à Comissão, buscar proteção em uma Corte nacional. Os artigos 85 (1) e 86 têm efeito direto; estes conferem direitos individuais, os quais as cortes nacionais devem proteger⁶⁴. Na prática, isto deveria significar que as cortes nacionais podem conceder uma compensação por prejuízos causados, e/ou podem deferir uma medida cautelar ou decisão declaratória proibindo conduta em violação das regras. As regras Nacionais governam as condições precisas sob as quais as medidas estão disponíveis. As Cortes nacionais são passíveis de conceder medidas cautelares em casos onde a urgência da questão faz com que a reclamação à Comissão seja provavelmente ineficaz.

Em 1993, a Comissão emitiu um *Informativo sobre cooperação entre as cortes nacionais e a Comissão na aplicação dos artigos 85 e 86 do Tratado*. Neste, a Comissão fortemente encorajou os reclamantes a tomarem ação perante as cortes nacionais, e indicou que iria futuramente adotar uma política

⁶⁴ Caso 127/73 BRT versus SABAM (1974) ECR 51.

de investigação completa somente naquelas reclamações em que houvesse competência da Comunidade. A política da Comissão é motivada por um desejo de eficiência, já que em alguns casos os litigantes irão estar melhor servidos ao irem perante uma corte nacional. Isto também permite à Comissão direcionar os seus recursos limitados a violações importantes. Entretanto, qualquer empresa que se sinta agredida pode ainda reclamar à Comissão sob os termos do Regulamento 17. A estrutura básica legal é esboçada nos parágrafos 2.2 e os deveres da Comissão são examinados na Parte VII.

1.6 Quando e como dirigir-se à Comissão

O primeiro ponto de contato entre as empresas e a Comissão tem sido frequentemente feito através do Serviço de Informação DG IV (endereço: Anexo 4). Este publica o Boletim Informativo de Política de Competição, bem como tem acesso à informação geral sobre o trabalho da DG IV e é capaz de redirecionar empresas com perguntas específicas para as autoridades competentes. Um contato detalhado com a DG IV em questão de competição é mais provável de envolver o pessoal da Diretoria C-F que tem responsabilidade pela condução dos casos. A Comissão encoraja contatos de pré-notificação entre si mesma e as empresas, as quais propõem notificar os seus acordos ou práticas para esta; isto pode facilitar o preenchimento dos formulários necessários e levar a um resultado mais veloz (ver parágrafo 2.1). A completa confidencialidade é garantida em tais casos. A Comissão também mantém um contato próximo com empresas que tenham submetido requerimentos e reclamações. Isto é para que possa ser discutido com eles os problemas práticos e legais surgidos dos documentos do requerimento, e buscar uma resolução de tais problemas por um acordo mútuo.

II. Entrando em contato com a Comissão

2.1 Notificações e requerimentos para isenção e aprovação negativa

2.1.1 Razões para notificação

Não há nenhuma obrigação por parte das empresas de notificar acordos para a Comissão, mesmo que eles infringam o Artigo 85 (1) e possam levar a uma investigação da Comissão e à imposição de uma multa. Entretanto, a notificação é um pré-requisito para obtenção de uma isenção (Artigo 4º (1) do Regu-

lamento 17), a não ser que o acordo esteja no âmbito do artigo 4º (2) (ver Quadro 1).

Artigo 4º - Notificação de novos acordos, decisões e práticas conjuntas

1. Acordos, decisões e práticas conjuntas, dos tipos descritos no Artigo 85 (1) do Tratado, que surgiram após a entrada em vigor desse Regulamento e a respeito do qual as partes recorrem à aplicação do Artigo 85 (3), devem ser notificados à Comissão. Até que eles sejam notificados, nenhuma decisão acerca da aplicação do Artigo 85 (3) pode ser tomada.

2. Parágrafo 1º não deve ser aplicado a acordos, decisões ou práticas conjuntas onde:

(1) as únicas partes são empresas de apenas um Estado Membro e os acordos, decisões ou práticas não estão relacionados com as importações nem com as exportações entre Estados Membros;

(2) não mais de duas empresas são partes para isso, e os acordos, somente:

(a) restringem a liberdade de uma parte no contrato, na determinação dos preços ou condições de negócios nos quais as mercadorias que ele tiver obtido da outra parte do contrato podem ser revendidas; ou

(b) impõem restrições no exercício dos direitos do cessionário ou usuário dos direitos de propriedade industrial - em particular patentes, modelos de utilidade, desenhos ou marcas - ou da pessoa designada por um contrato para a transferência, ou concessão, do direito de usar um método de fabricação ou conhecimento relacionado ao uso e à aplicação a processos industriais;

(3) têm como seu objeto único:

(a) o desenvolvimento ou aplicação uniforme de padrões ou tipos; ou

(b) pesquisa conjunta e desenvolvimento;

(c) especialização na fabricação de produtos, incluindo acordos necessários a sua realização,

- onde os produtos, que são o sujeito da especialização, não representarem, em uma parte substancial do mercado comum, mais de 15 % do volume de negócios feitos em produtos idênticos ou aqueles considerados similares pelos consumidores por razão de suas características, seu preço e sua utilidade, e

- onde o faturamento global anual das empresas participantes não exceda 200 milhões de unidades de valor.

Esses acordos, decisões e práticas podem ser notificados à Comissão.

Quadro 1: Artigo 4º do Regulamento 17

Na prática, as exceções do Artigo 4º (2) raramente se aplicam.

A Comissão não pode nem mesmo emitir uma isenção informal do tipo “contrato de gaveta” se não há nenhum “conhecimento oficial” da existência de um acordo. A empresa que busca liberação negativa deve igualmente requerer à Comissão. Regras especiais aplicam-se aos acordos existentes quando o Regulamento 17 entrou em vigor (1º de novembro de 1962) e para “acordos de acesso”, acordos já firmados quando novos Estados Membros ingressaram a UE. Esses devem ser notificados à Comissão em datas especificadas no Ato de Acesso.

Um dos maiores benefícios de se notificar um acordo à Comissão é que ela confere imunidade em relação às multas das partes envolvidas, da data da notificação até a data que a Comissão autorizar ou recusar a aprovação negativa ou isenção (Artigo 15 (5), ou até ela decidir revogar essa imunidade seguindo uma investigação preliminar. (Artigo 15 (6) do Reg 17) (ver Quadro 2).

Artigo 15 - Multas

...

5. [Multas] não podem ser impostas em relação aos atos ocorridos:

(a) após notificação à Comissão e antes de sua decisão de aplicação do Artigo 85 (3) do Tratado, contanto que eles estejam dentro dos limites de atividade descritos na notificação;

(b) antes da notificação e no curso de acordos, decisões ou práticas conjuntas (velhos ou de acesso) ... desde que aquela notificação tenha se tornado eficaz dentro de (limite de tempo imposto)...

6. O parágrafo 5º não deve ter eficácia nos casos em que a Comissão informou às empresas envolvidas que após exame preliminar é da opinião que o Artigo 85 (1) do Tratado aplica-se e que a aplicação do Artigo 85 (3) não é justificada.

Quadro 2: Artigo 15 do Regulamento 17

2.1.2 Isenções coletivas e isenções individuais

Para os propósitos de notificação, pode ser feita uma distinção entre acordos que são cobertos pela existência de isenções coletivas e os que não são. Muitos tipos comuns de acordos que em princípio infringem o Artigo 85 (1) recaem sob isenções coletivas e não precisam ser notificados à Comissão (ver Quadro 3).

Acordos cobertos por Regulamentos de isenção coletiva

- acordos de distribuição exclusiva;
- acordos de compra exclusiva;
- acordos de licenciamento de patentes;
- acordos de distribuição e serviço de veículos motores;
- acordos de especialização;
- acordos de cooperação de pesquisa e desenvolvimento;
- acordos de franquia;
- acordos de transferência de tecnologia;
- certos tipos de acordos no setor de segurança.

Quadro 3: Acordos cobertos por regulamentos de isenção coletiva

Em casos como esses, uma isenção é concedida automaticamente. Uma lista completa de regulamentos de isenção coletiva, com referências, está contida no Anexo 1.

A posição é um pouco diferente se o Regulamento em questão recai no chamado “processo de oposição”. Se o acordo contém uma das cláusulas da “lista cinza” definidas no Regulamento (cláusulas que podem ou não ser suscetíveis de isenção, dependendo de circunstâncias concretas), a notificação é necessária. Uma isenção será automaticamente autorizada após a notificação se a Comissão não levantar nenhuma objeção dentro de seis meses.

O Quadro 4 mostra alguns dos tipos comuns de acordos que podem estar no âmbito do Artigo 85 (1) e requerer isenção individual antes de poderem ser operados legalmente. Eles devem, então, ser notificados.

Acordos que requerem isenção individual

- a maioria dos tipos de acordos de *joint venture* que não recaem sob a isenção coletiva de Pesquisa e Desenvolvimento e que não equivalem a fusões;
- a maioria das licenças de propriedade industrial exclusivas que não recaem no âmbito das isenções coletivas de transferência de tecnologia;
- acordos de reestruturação ou “cartéis em crise”;
- acordos estabelecendo vendas em conjunto ou agências compradoras;
- acordos de informação;
- acordos estabelecendo as regras de associação de comércio;
- acordos ou decisões estabelecendo feiras de comércio.

Quadro 4: Acordos que requerem isenção individual

2.1.3 Formulário A/B

Formulário A/B é a forma de notificação de acordos. A forma requerida e o conteúdo das aplicações e notificações estão no Regulamento da Comissão 3385/94. Vinculado ao Regulamento, como um Anexo, está a Forma A/B, que consiste de duas partes principais. Uma Introdução explica as razões e os objetivos das notificações e requerimentos, e conta às empresas como submetê-las e quais consequências derivarão delas. Uma Parte Operacional está dividida em Capítulos contendo informações básicas sobre as partes no acordo ou arranjos, fatos sobre mercados relevantes (para uma definição ver Quadro 6) e razões para o requerimento. O texto explica em detalhes quais informações devem ser dadas e quais documentações de suporte devem ser providenciadas. Essas matérias estão resumidas nos Quadros 5 e 6.

Informações sobre as partes e o acordo

- identidade de empresas submetendo a notificação;
- informação sobre as partes no acordo e quaisquer grupos societários a que elas pertençam;
- detalhes dos acordos ou arranjos notificados, incluindo as provisões que podem restringir as partes na liberdade de tomar decisões comerciais independentes;

- um resumo não confidencial que a Comissão pode publicar no Jornal Oficial convidando terceiras partes a comentar;
- razões pelas quais a Comissão deve autorizar aprovação negativa ou isenção;
- documentação de suporte, como relatórios anuais e avaliações de todas as partes dos últimos três anos; cópias de estudos de mercados internos ou externos a longo prazo ou documentos de planejamento.

Quadro 5: Informação sobre as partes e o acordo

Informações sobre mercado relevante a serem fornecidas com notificação

- identificação do mercado relevante para o produto definido pela Comissão como consistindo “todos aqueles produtos e/ou serviços que são tidos como intercambiáveis ou substituíveis pelo consumidor, em razão das características do produto, seus preços ou seu uso pretendido”;
- identificação do mercado relevante geograficamente definido pela Comissão como consistindo “a área na qual as empresas em questão estão envolvidas na provisão de produtos ou serviços, na qual as condições de competição são suficientemente homogêneas e que podem ser distinguidas das áreas vizinhas porque, em particular, as condições de competição são apreciavelmente diferentes naquelas áreas;
- posição das partes, competidores e clientes nos mercados relevantes para o produto;
- entrada no mercado e competição potencial nos nos mercados geográficos e de produto.

Quadro 6: Informações sobre mercado relevante a serem fornecidas com notificação

Uma razão para a mudança no procedimento é colocar o ônus nas empresas interessadas em fornecer informações sobre mercados relevantes. Frequentemente, ao receber uma notificação, a Comissão tem sido requerida para formular um pedido de informação em relação ao Artigo 11 do Regulamento 17 (ver parágrafo 4.2) como medida preliminar. Solicitar essa informação na notificação em si simplifica o trabalho da Comissão, que pode agora também renunciar a obrigação de providenciar todas as informações requeridas pelo formulário. As empresas são estimuladas a contatar a Comissão se elas acredi-

tarem que a informação não é relevante ou necessária ao seu caso. A Comissão pode concordar e a notificação é, então, considerada completa, mesmo que alguns detalhes não tenham sido providenciados (Artigo 3 (3) do Regulamento Complementar). Acima de tudo, os novos acordos devem limitar a necessidade de conselho jurídico externo, já que tornam o processo mais direto.

Contratos especiais são feitos para a notificação de joint ventures. Essas joint ventures envolvem maiores mudanças na estrutura das empresas participantes, equivalendo a mais de um acordo legal para coordenar suas políticas comerciais. Uma entidade própria é criada. Essa categoria de acordos tem sido tratada como um caso especial desde 1993. A Comissão auto comprometeu-se, numa base voluntária não vinculante, a oferecer uma primeira reação às joint ventures propriamente notificadas, envolvendo importante mudança estrutural dentro de dois meses. Essa primeira reação pode ser uma carta de conforto, efetivamente permitindo as partes a proceder a implementação de seus acordos. Essa medida é sustentada por uma obrigação por parte das empresas que desejem obter vantagem desse processo acelerado a fornecer informações detalhadas (ver Quadro 7).

Informações sobre mercado relevante para sociedades estruturais

- identificação de produto relevante e mercados geográficos como acima (Quadro 6), mais questões adicionais sobre os produtos ou serviços direta ou indiretamente afetados pelo acordo notificado e produtos ou serviços que são substitutos econômicos próximos e questões mais detalhadas sobre o mercado geográfico;
- informações sobre membros de grupo operantes no mesmo mercado;
- questões sobre as partes, competidores e clientes como acima (Quadro 6);
- questões sobre entrada no mercado e potencial de competição como acima (Quadro 6), mais detalhes adicionais, como a escala mínima viável para a entrada no(s) mercado(s) relevante(s) para o produto.

Quadro 7: Informações sobre mercado relevante para sociedades estruturais

2.1.4 Informações incompletas ou imprecisas

A falta de apresentação de informação completa e precisa significará que a Comissão não poderá conceder uma isenção ou aprovação negativa. Apresentar, intencional ou negligentemente, informação incorreta ou enganosa no Formulário A/B pode resultar numa multa entre ECU 100 e 5000 (Artigo 15 (1)(a) do Reg 17). Para a imposição de tal multa não é necessária a existência de uma infração provada ou mesmo alegada dos Artigos 85 ou 86; é suficiente que a Comissão tenha sido enganada.

2.1.5 Após a notificação

Cópias dos documentos de notificação serão encaminhados às autoridades dos Estados Membros. Informações fornecidas sob o Formulário A/B serão protegidas de divulgação pela Comissão, pelas autoridades dos Estados Membros e seus serventuários e oficiais de acordo com o Artigo 20 (2) do Regulamento 17, se estiver coberto pela obrigação do “segredo profissional”. As partes são aconselhadas a indicar quando fazer uma notificação de uma informação que elas consideram confidencial. Maiores detalhes sobre acordos de proteção de negócios secretos em negociações com a Comissão são fornecidos abaixo (parágrafo 6.2).

Após a notificação, freqüentemente seguirá um período de contato informal entre a Comissão e as partes, antes que a Comissão decida qual procedimento tomar. O procedimento que leva a uma decisão adversa envolverá uma investigação e é examinado nas Partes III-VI. Menos formalidades estão envolvidas em uma decisão favorável. Essas são examinadas no parágrafo 8.1. Com certeza, muitas notificações não levam a decisões formais. Resoluções informais são tratadas no parágrafo 8.2.

A Comissão tem sido freqüentemente criticada pela falta de negociação suficientemente rápida com as notificações. Ela tentou resolver algumas das dificuldades causadas pelo atraso de instauração de mais casos na maneira de “carta de conforto”. Os prazos internos impostos para as joint ventures são também importantes nesse contexto.

2.2 Denunciando à Comissão

Reclamações podem ser feitas à Comissão sobre alegadas infrações das regras de competição por qualquer “pessoa física ou jurídica que reivindique um interesse legítimo” (Artigo 3 (2) do Reg 17). A Comissão interpreta isso como qualquer pessoa que poderia plausivelmente reivindicar por ter sofrido como

resultado de uma infração. Isso incluiria as partes no acordo, terceiros que sofreram com os efeitos do acordo ou prática anti-competitiva, assim como corpos representativos de tais pessoas (ex: grupo de consumidores). O único requerimento formal para uma reclamação válida é a revelação da identidade do reclamante e a assinatura dele ou de um representante autorizado. Na prática, entretanto, uma reclamação deve idealmente conter o maior número de informações possíveis para auxiliar a Comissão (Quadro 8).

Informações a serem fornecidas à Comissão em uma reclamação

- detalhes sobre o reclamante e sobre a(s) firma(s) reclamadas;
- detalhes sobre o objeto da reclamação;
- prova do porquê do reclamante ter um interesse legítimo;
- detalhes se uma reclamação similar foi feita a qualquer outra autoridade (ex: autoridades nacionais) ou se é o sujeito dos procedimentos está nos tribunais nacionais;
- detalhes de quaisquer produtos ou serviços envolvidos e a descrição do mercado relevante;
- uma declaração de quais recursos são formas procuradas pela Comissão (inclusive recursos interinos).

Quadro 8: Informações a serem fornecidas pela Comissão em uma reclamação

As mesmas garantias que protegem segredos de negócios e documentos confidenciais aplicam-se no caso das notificações. Um reclamante “formal” também tem certos direitos de participação e acesso às informações durante procedimentos administrativos, se a Comissão decide aceitar a reclamação e iniciar uma investigação.

Reclamações informais ou mesmo anônimas podem ser feitas, mas a Comissão não será solicitada a observar as mesmas formalidades na sua consideração da reclamação. Os processos que a Comissão deve seguir a respeito de reclamações formais estão na Parte VII abaixo. Por outro lado, a Comissão pode ser solicitada a ocultar a identidade de um reclamante informal da empresa reclamada, se a confidencialidade é solicitada.

A Comissão tem agora uma política de proceder somente reclamações com suficiente interesse da UE. Isso pode ser em razão da gravidade da alegada infração, o tamanho das empresas envolvidas, o impacto no comércio entre os

Estados Membros ou na integração do mercado, a existência de problemas similares em diferentes Estados Membros, ou a dificuldade de as vítimas obterem significados alternativos de solução. Contudo, reclamações continuam a ser uma importante fonte de informação para a Comissão.

2.3 Investigações *ex officio* de infrações

O contato entre a Comissão e a empresa deve ser iniciado pela Comissão, onde ela espera investigar uma infração alegada que veio à sua atenção. O contato é provavelmente iniciado dessa maneira quando as empresas estão engajadas em práticas secretas que possam infringir o Artigo 85 (1) ou 86. Somente algumas das muitas práticas que provavelmente levarão a uma investigação da infração estão destacadas no Quadro 9.

Práticas prováveis a infringir os Artigos 85 (1) ou 86 e levar a uma investigação

- um cartel secreto entre empresas competidoras governando preços ou divisões de mercados;
- um regime de preços seguido por uma empresa dominante não com os requerimentos do mercado em questão, mas com uma visão de direção de um competidor menor fora do mercado (“preço predador”);
- recusa no fornecimento por uma empresa dominante;
- um sistema de distribuição que rigidamente divide o mercado da UE em territórios separados e que previne importações paralelas do produto contratado.

Quadro 9: Práticas próprias a levar a uma investigação

A Comissão deve obter as informações para iniciar procedimentos de uma variedade de fontes, incluindo a imprensa e os reclamantes. Às vezes, a primeira vez em que a empresa sob investigação ouve a respeito dos procedimentos é quando ela recebe um pedido formal de informação, ou mesmo uma visita surpresa dos inspetores da Comissão. Esses assuntos estão relacionados em detalhe nas Partes IV-VI. O andamento de uma típica investigação de infração está no parágrafo 3.2.

2.4 Investigações nos setores da economia

O poder da Comissão em conduzir investigações nos setores da economia (Artigo 12 (1) do Reg 17) tem sido raramente utilizado. Nos termos do Artigo 12 (1), uma pesquisa pode ser empreendida se “movimentos de preço, inflexibilidade dos preços ou outras circunstâncias sugerem que, num setor da economia envolvido, a competição está restrita ou corrompida dentro do mercado comum”. Não é necessário que haja evidência específica de empresas particulares atuando em desacordo com os Arts.85 e 86. O Artigo 12 (1) concede à Comissão o poder de solicitar às empresas do setor que forneçam "a informação necessária para dar efeito aos princípios formulados nos Artigos 85 e 86 do Tratado e por encarregar-se dos deveres confiados à Comissão". A Comissão não pode tomar ação geral contra um setor inteiro em base de uma investigação, mas se infrações individuais são reveladas, uma investigação deve ser tomada, antes que as sanções sejam impostas. A informação pode ser solicitada nos termos do Art. 12 de todas as empresas no setor particular. Dois exemplos atuais de pesquisas de setor datam dos anos 60 e envolveram margarina e fermento. Em 1989, a Comissão usou do Art. 12 para dar início à uma investigação no setor da indústria de fermento. A Comissão pode fazer pesquisas informais gerais a respeito de setores em particular sem recorrer ao Art. 12, o qual solicita uma decisão formal para dar início e fim aos procedimentos. Em pesquisas informais, a Comissão não terá poderes especiais para solicitar informação. Mesmo assim, as firmas podem escolher em cooperar por suas próprias vontades.

III - Como a Comissão investiga infrações

3.1 Investigações: comentários gerais

O Regulamento nº 17 não fornece um quadro completo dos procedimentos que serão seguidos se uma investigação for conduzida. Nem mesmo estatui claramente quando as investigações deverão ser iniciadas ou quem deve ser investigado.

O propósito de uma investigação é de obter a informação que a Comissão necessita para exercer o seu dever de aplicar e fazer cumprir os Artigos 85 e 86. Disto sucede que uma investigação será iniciada quando a Comissão considerar que práticas trazidas à sua presença podem estar em desacordo com as regras de competição. O objetivo da investigação é de se tornar apta a adquirir a informação adicional que esta irá necessitar se for o caso de decidir na lega-

lidade das práticas em questão. Só pode dar tal decisão se há prova concreta contundente das práticas desleais. Sem a prova adequada, a Comissão iria descobrir que a decisão não se equipara a um exame cuidadoso perante a Corte de Primeira Instância e a Corte de Justiça. Entretanto, não se deve assumir de que todas as investigações levam a decisões com conseqüências negativas para as investigadas: a Comissão pode também necessitar obter informações para ter acesso às circunstâncias econômicas e legais de acordos notificados a esta por empresas com vistas a assegurar uma aprovação negativa ou isenção.

O Regulamento nº 17 concede à Comissão dois poderes principais de investigação: o poder de coletar informação (Artigo 11); e o poder de conduzir inspeções “*in loco*” nas sedes das empresas (Artigo 14). Esta tem poderes equivalentes no setor de transportes, embora estes não sejam examinados aqui em detalhes. Os Artigos 11 e 14 são examinados em detalhes nas Partes IV e V. A Comissão pode coletar qualquer informação, a qual seja “necessária”, e tem uma larga discricionariedade para decidir quando a informação é necessária.

Os poderes de investigação da Comissão devem ser interpretados e exercitados de uma maneira compatível com os princípios gerais da lei de Comunidade, como esboçado no parágrafo 1.4; Eles estão sujeito ao controle das duas cortes da EU. Os chamados “direitos de defesa”, os quais asseguram que o processo será justo, não são limitados para a proteção das empresas sob investigação após a finalização do processo de averiguação dos fatos, e quando a Comissão se aproxima de uma decisão final (parágrafo 3.2; Parte VI). Certos importantes princípios devem ser também respeitados nesta fase de averiguação dos fatos, de modo a assegurar que durante qualquer procedimento administrativo subsequente perante a Comissão, uma proteção efetiva possa ser dada. Em particular, todas as investigações estão sujeitas ao princípio de proporcionalidade. Este princípio e as restrições específicas no uso de informação fornecida são examinadas com mais detalhes abaixo, juntamente com outras salva guardas para empresas envolvidas nas investigações da Comissão (parágrafos 4.1 e 5.5; Parte VI).

Não há restrições impostas pelo Regulamento 17 em ambos os números ou categorias de empresas que possam vir a ser investigadas pela Comissão. Esta pode procurar informação não somente da empresa que alegou ter cometido uma infração dada, mas também pelos seus fornecedores, clientes ou competidores. A Comissão frequentemente solicita mais informações de reclamantes, usando do artigo 11 do Regulamento 17. O critério principal é de que a informação buscada pela Comissão deve ser necessária para o cumprimento das regras de competição, não importando a referência de onde estas vêm. Não há

restrições de quando Comissão pode buscar informações, conforme ambos os Artigos 11 ou 14. Por exemplo, a Comissão freqüentemente usa do artigo 11 para tentar esclarecer os fatos que emergem durante o progresso dos procedimentos administrativos descritos abaixo.

A Comissão tem apenas poderes limitados para obter informações de empresas situadas fora da UE. Sob a lei internacional. A Comissão não está legitimada a conduzir investigações fora dos limites territoriais de sua competência se infringir a soberania nacional de um país não-membro em cujo território estava agindo. Neste sentido, inspeções “*in loco*” em empresas sediadas em terceiros países estão fora de questão. Em tais casos, a Comunidade pode - e procede - enviando solicitações de informação, mas não pode impor sanções se uma empresa deixa de cumprir. Uma opção à Comissão é a de dirigir o requerimento de informação a subsidiária localizada na União, cuja matriz é situada fora da UE. Uma situação diferente prevalece para empresas situadas nos países da EFTA que são parte do Acordo para uma Área Econômica Européia (Noruega, Islândia e Liechtenstein). Estes estados concordaram expressamente que a Comissão pode enviar solicitações para empresas situadas em seus territórios, desde que cópias sejam enviadas para a Autoridade Examinadora da EFTA. O Acordo de Cooperação em Leis de Competição entre EU-A/UE também dispõe um alto nível de cooperação entre autoridades de competição da UE e dos EUA. Isto torna mais fácil para a Comissão iniciar investigações efetivas de infrações alegadas que dizem respeito a ambos UE e EU-A. Contudo, o acordo não dá à Comissão maiores poderes do que ela teria se a infração ocorresse puramente no território da União.

A Comissão também pode buscar informação das autoridades dos Estados Membros e dos governos nacionais (ver mais adiante parágrafo 3.3).

A Comissão atribui importância especial para prova escrita. Diferentemente de outras autoridades de competição, ela não pode tomar depoimento oral sob juramento. Ela irá, contudo, oferecer uma oportunidade para uma empresa sob investigação, em um estágio relativamente avançado dos procedimentos para realizar representações orais sobre o caso contra ela (a audiência). Isto é parte dos “direitos de defesa” do réu (ver abaixo).

3.2 Após a investigação

Após uma investigação inicial, o caso passa para uma nova fase, embora continue sendo processado pelos mesmos oficiais do DGIV. Isto consiste em um processo administrativo que deve ser concluído antes que a Comissão adote uma decisão formal estabelecendo uma infração. Este processo tem o objetivo de proteger os “direitos de defesa” da empresa alegada de ter cometido a infração. A Comissão emite uma **Declaração de Objeções** expondo o que ela acredita serem as infrações, e concede à empresa uma oportunidade de ser ouvida. A Comissão dará à empresa acesso aos documentos em que está baseando o caso (**Acesso ao arquivo**). Nestas bases, a empresa irá fazer representações escritas. Normalmente uma **audiência oral** será realizada, presidida pelo Oficial de Audiência independente (ver Parte VI).

Uma vez que audiência tenha sido concluída, a Comissão poderá proceder uma decisão formal, seguindo os estritos procedimentos declinados no Regulamento 17. Ela deverá, por exemplo, consultar o **Comitê Consultivo em Práticas Restritivas e Monopólios** (ver parágrafo 3.3). Todas as decisões ordenando o término de uma infração e/ou o pagamento de uma multa devem ser consideradas pelo plenário dos Comissários antes de poderem ser impostas. A Comissão deverá impor multas de até 10 (dez) por cento da receita bruta de uma empresa no ano comercial anterior, por participação intencional ou negligente em uma infração tanto ao Artigo 85(1) como ao Artigo 86. A gravidade e duração da infração são levadas em conta quando da determinação da multa. A Comissão também poderá impor multas ou penalidades periódicas (ex. diária ou semanal) às empresas que de algum modo deixem de cumprir com suas responsabilidades durante a fase de busca de averiguação de fatos. O pagamento de penalidade periódica poderá também ser usado pela Comissão quando ordenar o término de uma infração para compelir o cumprimento de sua decisão. A decisão final da Comissão pode ser provocada perante o Tribunal de Primeira Instância. A firma pode questionar a decisão sobre a infração e/ou a imposição, ou o valor, da multa.

Se, durante o curso dos procedimentos, a empresa ou empresas sob investigação tiverem conseguido demonstrar à Comissão que não houve infração, a Comissão irá arquivar o caso sem adotar uma decisão formal.

A figura 1 demonstra em forma de diagrama como uma investigação procede do início à decisão final.

Figura 1

Como uma investigação se processa do início dos procedimentos à decisão final (somente exemplificativo)

3.3 O papel das autoridades nacionais

É um princípio geral, conforme o Regulamento 17, que a Comissão deve agir “em estreita e constante ligação com as autoridades competentes dos Estados Membros” (Artigo 10 (2)); isto quer dizer que as autoridades administrativas geralmente são confiadas a fazer cumprir a lei de competição sob cada jurisdição nacional.. O Quadro 10 determina a informação que a Comissão deve fornecer às autoridades nacionais.

A Comissão deve:

- Enviar às autoridades nacionais cópias das notificações e petições, as quais são feitas para esta, assim como as cópias dos documentos mais importantes apresentados juntamente com esta;
- Notificar as autoridades de que esta tem tomado certos passos procedimentais, incluindo:
 - O envio de uma solicitação de informação (artigo 11 (2));
 - A sua intenção de continuar uma inspeção “*in locol*”, em tempo hábil (artigo 14 (2));
 - O início dos procedimentos formais;
 - A realização de uma Audiência conforme Regulamento 99/63 (artigo 8(2) do Regulamento 99/63).

Quadro 10

A obrigação da Comissão em fornecer informação é limitada pelo princípio geral de que os segredos de negócios devem ser protegidos (ver parágrafo 6.8). Em algumas situações fáticas específicas a obrigação de oficiais nacionais em não revelar informações que lhes forem enviadas pela Comissão não fornece uma garantia suficiente. Em tal caso, a Corte de Justiça recentemente defendeu que a Comissão não deveria enviar às autoridades holandesas uma cópia do contrato de fornecimento de gás entre uma companhia de eletricidade e uma companhia norueguesa, porque este poderia cair em mãos de oficiais responsáveis pelas decisões de política comercial do monopólio de fornecimento de gás dos Países Baixos. Esta empresa tinha previamente fornecido gás para a companhia de eletricidade ². A obrigação de oficiais nacionais em

² Caso C- 36/92P SEP versus Comissão (1994) ECR I - 1911.

não revelar informação que lhes foram enviadas, conforme o artigo 10, (1) não fornece uma garantia suficiente de sigilo profissional “vis-à-vis” outros oficiais do governo com diferentes funções.

Mesmo quando a informação tenha sido fornecida, as autoridades nacionais não são autorizadas a fazer um uso ilimitado destas. Elas não podem, por exemplo, usá-las para dar início a procedimentos paralelos sob a lei de competição nacional contra a empresa a qual as informações são relacionadas. Entretanto, dos oficiais nacionais não pode ser esperado que finjam que tenham esquecido completamente a informação que lhes foi encaminhada. Conseqüentemente, elas são autorizadas a usá-la para justificar o começo de sua própria investigação, a qual pode revelar a mesma evidência.

As autoridades nacionais, por sua vez, estão sujeitas a certos deveres. Estes estão determinados no Quadro 11.

Deveres das autoridades nacionais competentes

- estas devem responder à solicitação de informações por parte da Comissão conforme o artigo 11 (1) do Regulamento 17;
- elas devem prestar assistência aos oficiais da Comissão quando estes estão desempenhando as inspeções “*in loco*” conforme o artigo 14 do Regulamento 17, especialmente onde há uma firma resistindo a uma inspeção (ver parágrafo 5.4 abaixo);
- elas podem, por solicitação da Comissão, executar uma inspeção em nome da Comissão (artigo 13 do Regulamento 17).

Quadro 11

Os Estados-Membros podem estar envolvidos no cumprimento das regras de competição de uma outra maneira, a saber: o Comitê Aconselhador em Práticas Restritivas e Monopólios. A composição, o papel e as funções deste Comitê são determinados no artigo 10 (3)-(6) do Regulamento 17. Este é composto por funcionários públicos indicados por cada Estado Membro, com especialização em lei e política da concorrência. Este Comitê deve ser consultado antes que a Comissão possa tomar uma decisão:

- estabelecendo a existência de uma infração;
- concedendo uma aprovação negativa;
- concedendo uma isenção;
- aditando, revogando ou estendendo uma isenção;
- impondo uma multa ou pagamento periódico de uma penalidade.

Uma cópia do “relatório do resultado dos procedimentos consultivos” é anexada à minuta de decisão, a qual é encaminhada à Comissão para adoção (artigo 10 (6) do Regulamento 17). Na prática, a opinião do Comitê, por si mesma, é normalmente anexada. Entretanto, a opinião é secreta e não é divulgada às empresas interessadas, enquanto que, em algumas vezes, seja passada à Corte se a decisão é questionada.

IV. Requisição de informações

4.1 O poder da Comissão para requisitar informações

O modo como a Comissão geralmente busca obter informações é solicitando-as de uma empresa (ou autoridades nacionais) nos termos do Artigo 11 do Regulamento 17 (Quadro 12).

Artigo 11

Solicitações de informações

1. Ao cumprir as obrigações a esta atribuídas pelo artigo 89 e pelas provisões adotadas nos termos do artigo 87 do Tratado, a Comissão deve obter todas as informações necessárias dos governos e autoridades competentes dos Estados Membros e de empresas ou associações de empresas.
2. Quando enviar uma solicitação de informações para uma empresa ou associação de empresas, a Comissão deve ao mesmo tempo remeter uma cópia da solicitação para a autoridade competente do Estado membro, em cujo território a sede da empresa ou associação de empresas está situada.
3. Nesta solicitação, a Comissão deve expor as bases legais, o propósito da solicitação e também as penalidades previstas no artigo 15(1)(b) para fornecimento de informação incorreta.

4. Os proprietários de empresas ou seus representantes e, no caso de pessoa jurídica, sociedades ou empresas, ou de associações sem personalidade jurídica, as pessoas autorizadas a representá-las por lei ou por sua constituição, devem fornecer a informação solicitada.

5. Quando uma empresa ou associação de empresas não fornecer a informação solicitada dentro do limite de prazo fixado pela Comissão, ou fornecer informação incompleta, a Comissão deve por decisão solicitar que a informação seja fornecida. A decisão deve especificar qual informação é solicitada, fixar um prazo limite apropriado no qual ela deve ser fornecida e indicar as penalidades estatuídas no artigo 15(1)(b) e artigo 16(1)(c) e o direito de ter a decisão revista pelo Tribunal de Justiça.

6. A Comissão deve, ao mesmo tempo, remeter uma cópia dessa decisão para a autoridade competente do Estado Membro em cujo território a sede da empresa ou associação de empresas está situada.

Quadro 12

O Artigo 11 considera dois estágios separados para este procedimento:

- uma "simples" solicitação inicial (Artigo 11(3));
- ou, no caso da Comissão ficar insatisfeita com a resposta (ou por falta de resposta) à solicitação inicial, esta deve ser reformulada como uma decisão, formalmente adotada pela Comissão, com as penalidades pecuniárias por falta de cumprimento (artigo 11(5)).

Estes serão examinados abaixo.

Solicitações de informações poderão ser formuladas em qualquer fase do procedimento, e devem ser endereçadas a empresas que não aquelas diretamente envolvidas com as suspeitas de infração das regras de competição. Uma única empresa pode receber diversas solicitações de informações durante o curso de toda investigação. A Comissão não é obrigada a emitir uma solicitação de informações antes de realizar uma inspeção "*in loco*". De fato, ela pode solicitar informações após acompanhar o que foi encontrado no curso de uma investigação. Por exemplo, a Comissão pode tentar obter confirmação da empresa X da informação que ela obteve pela empresa Y, a qual seus inspetores visitaram (por exemplo, descobrir se a empresa X possui cópias de documentos incriminadores encontrados nas dependências da empresa Y). Por outro

lado, respostas completas e francas devem compensar a necessidade de uma inspeção “*in loco*”.

Todas as solicitações de informações devem declarar claramente o objeto da investigação. Isto é necessário para que a empresa interessada possa determinar o objeto de seu dever em cooperar e se ela tem ou não boas razões para se recusar a consentir com uma solicitação “simples” inicial ou buscar anulação de uma decisão formal. Os tribunais da UE também precisam estar capacitados a julgar se a solicitação de informações está em conformidade com os princípios gerais das leis da Comunidade.

As informações solicitadas pela Comissão devem ser necessárias aos propósitos da investigação. Isto significa que a Comissão deve razoavelmente assumir, no momento em que a solicitação é feita, que qualquer documento buscado irá ajudar a provar a violação alegada. Em outras palavras, uma solicitação que não estava relacionada com a aplicação dos artigos 85 e 86 seria imprópria. A solicitação deve também respeitar o princípio da proporcionalidade. Este princípio geral (que pode ser encontrado no artigo 3B EC como também na jurisprudência do Tribunal de Justiça) requer medidas da Comissão proporcionais aos objetivos procurados. As medidas que a Comissão toma não devem ser apenas necessárias, elas devem também ser cuidadosamente adaptadas e limitadas ao propósito para o qual ela está buscando informações. Pode-se avaliar as medidas da Comissão em face da seriedade da infração alegada. Qualquer informação procurada deve relacionar-se com o caso em questão. A solicitação não pode ser arbitrária nem provável de prejudicar indevidamente as operações normais da empresa. A legalidade de uma decisão que requer informações está sujeita a revisão pelos Tribunais da União Européia.

O Tribunal de Justiça tem declarado que o dever de cooperação ativa recai sobre empresas sob investigação, ou outras empresas que recebam uma solicitação de informações. Isto é necessário para preservar a efetividade do poder de investigação da Comissão. Não há apenas penalidades por fornecer informações incorretas segundo o Regulamento 17, mas não há direito a silêncio ou privilégio contra a auto-incriminação que possa ser usada por empresas como fundamento para retenção de informações que elas acreditam que revelaria uma infração ou fortaleceria o caso contra elas. O Tribunal tem defendido que não há tal princípio geral nas leis da Comunidade. Assim, se a Comissão emitiu uma solicitação na forma de decisão, não há limite sobre o dever das empresas em responder perguntas fáticas endereçadas a elas, contanto que sejam relevantes. Até negócios sigilosos devem ser revelados à Comissão, embora a obrigação de confidencialidade irá impedir sua revelação a terceiros

e restringir o uso àquilo a que se destina (parágrafos 3.2, 6.2, 6.3). Por outro lado, não é permitido à Comissão questionar pontos principais, onde resposta verídica poderia conduzir a empresa a confessar a infração. Um exemplo um tanto grosseiro seria a pergunta: “Quantas reuniões com seus concorrentes V.Sa. já participou em contrariedade ao Artigo 85?”. Isto seria permissível se fosse redigido assim: “Quantas reuniões com seus concorrentes V.Sa. frequentou?”. Permanece como tarefa da Comissão provar que os fatos, como ela os encontrou, sustentam a conclusão de que houve infração às regras de competição. Requerer que as empresas respondam perguntas opressivas iria efetivamente reprimi-las em seu direito a serem ouvidas em um subsequente estágio administrativo dos procedimentos.

Certos documentos são protegidos pelo conceito limitado da Comunidade de confidencialidade de comunicação entre advogados e clientes. Este conceito é examinado em mais detalhes no parágrafo 6.7 abaixo. O procedimento geral é que uma empresa não pode se recusar a exibir um documento em particular, mas poderá recorrer ao Tribunal de Primeira Instância contra a decisão que determine que este exiba o documento. O Tribunal irá então decidir se um documento em particular está coberto por este princípio da confidencialidade. O recurso contra a decisão não terá automaticamente efeito suspensivo, mas pode ser o caso para o Tribunal conceder a suspensão. Isto requer uma solicitação em separado para o Tribunal.

4.2 Requerimentos simples para informações

Solicitações “simples” devem ser por escrito, e são usualmente enviadas em forma de carta registrada, telex ou fax. Uma cópia será enviada à autoridade nacional nos termos do Artigo 11(2). Esta carta irá declarar a regra da Comunidade sob a qual a solicitação é feita e o propósito da solicitação, conceder um prazo para resposta, e especificar as penalidades por fornecer informação incorreta previstas no Artigo 15(1)(b) do Regulamento 17. Não há obrigação de se cumprir com a solicitação “simples”, se bem que, na prática, invariavelmente as empresas escolhem fazê-lo. Isto é, entretanto, um pré-requisito para uma decisão formal determinando que a empresa forneça certa informação.

4.3 Requerimento para informação na forma de decisão vinculante

A Comissão deverá emitir uma decisão obrigatória, com fundamento no Artigo 11(5), requerendo a divulgação da informação sempre que ela não estiver satisfeita com as respostas dadas pela empresa para a solicitação “simples”, ou quando a empresa não tiver respondido dentro do prazo estipulado. O poder de tomar tais decisões a favor da Comissão tem sido delegado pelo colégio de Comissários para o Comissário responsável pela competição. A Comissão não é impedida de emitir a decisão apenas porque a empresa respondeu parcialmente e indicou uma disposição para discutir maiores divulgações com a Comissão. O uso da solicitação formal baseada em uma decisão não é limitado aos casos onde empresas simplesmente se recusam a prover a Comissão com a informação solicitada. Comportamento obstrutivo como negar ou questionar o direito da Comissão de ter interesse na conduta ou acordos em questão irá justificar a Comissão em converter esta solicitação “simples” em uma decisão, com todas as conseqüências legais atreladas a isto. A Comissão é titular do direito de emitir decisões sem troca de correspondência ou um programa de contatos informais com a empresa para a qual a solicitação foi endereçada.

A decisão deve especificar qual informação é solicitada, fixar um prazo limite para o fornecimento desta e indicar as penalidades por falhar em fornecer e por fornecer informação incorreta. Ela também deve expor claramente que a empresa tem o direito de ter a decisão revista pelo Tribunal de Primeira Instância. O prazo limite deve ser um tanto curto (como duas semanas). Se a informação tomará mais tempo para ser reunida, então um prazo limite apropriado será fixado. Um prazo excessivamente curto seria uma infração aos direitos de defesa da empresa. Empresas podem e fazem requerimentos de prorrogação do prazo limite, e estes são costumeiramente deferidos quando os argumentos apresentados são razoáveis. A decisão será enviada à empresa à qual está endereçada, e produz efeito quando é notificada. Uma cópia também é enviada à autoridade competente do Estado Membro onde a empresa está sediada. Em alguns casos ela será publicada em um *Diário Oficial*, embora isto não seja compulsório.

Como todas as decisões da Comissão, ela deve ser devidamente motivada. Na prática, isto significa expor os propósitos para os quais a informação é solicitada da mesma forma como na simples solicitação, se nenhuma informação foi fornecida. Se alguma informação tiver sido fornecida, a Comissão terá de identificar as questões cujas respostas dadas foram incompletas.

4.4 Respondendo ao requerimento da Comissão

O Artigo 11(4) lista as pessoas que devem fornecer a informação solicitada. Esta disposição é apresentada para assegurar que a solicitação de informação seja negociada em um apropriado nível sênior adequado da empresa. Mas se uma informação correta for fornecida por alguma outra pessoa, não acarretará em penalidade alguma. É a empresa, não seus representantes, que será responsabilizada se multas ou penalidades forem impostas. Mas se for dada informação incorreta por pessoa incompetente segundo o artigo 11(4), a quem nunca foi confiada a tarefa de responder à solicitação da Comissão, a empresa terá responsabilidade pelas respostas dadas em nome dela e é, por conseguinte, sujeita a multa.

As empresas tem a obrigação de responder à solicitação na sua totalidade. Deixar de cumpri-la pode resultar em imposição de multa (parágrafo 4.5). Uma solicitação deve legitimamente requerer que uma empresa exiba documentos específicos, como também informações gerais. A Comissão não tem que montar uma investigação “*in loco*” se desejar obter documentos. Para assegurar a confidencialidade de documentos e informação fornecida à Comissão, as empresas devem assinalar claramente quais itens são confidenciais. Embora isto não determina necessariamente quais serão tratados confidencialmente, servirá como orientação à Comissão no desempenho de suas atividades.

4.5 Penalidades financeiras

O Artigo 15(1)(b) do Regulamento 17 legitima a Comissão a aplicar multas entre ECU 100 e 5000 às empresas que intencionalmente ou por negligência:

- fornecerem informação incorreta ou enganosa em resposta tanto a uma solicitação “simples” como a uma solicitação em forma de decisão;
- deixar de cumprir uma solicitação de informação na forma de uma decisão vinculante.

O Artigo 16(1) do Regulamento 17 legitima a Comissão a impor “pagamento de multa periódica” entre ECU 50 e 1000 por dia às empresas por:

- deixar de fornecer informação completa e correta solicitada por decisão da Comissão com fundamento no artigo 11(5).

Não há necessidade por parte da Comissão em demonstrar que a empresa atuou intencionalmente ou negligentemente. Um pagamento de penalidade peri-

ódica é uma multa diária imposta até que a empresa corrija a infração a respeito da qual ela foi punida. Criada para encorajar rápido cumprimento, o pagamento de penalidade periódica é de duração e quantia potencialmente ilimitadas.

A Comissão é solicitada a consultar o Comitê Consultivo sobre Práticas Restritas e Monopólios antes de poder impor tais multas e pagamentos de penalidades. A prática geral da Comissão tem sido a de impor a multa máxima, embora tenham sido impostas multas em menos de dez ocasiões. O Artigo 15(1)(b) também se aplica para solicitações de informação efetuada no contexto de uma investigação setorial sob o Artigo 12 do Regulamento 17.

O conceito de “informação incorreta ou enganosa” é interpretado extensivamente. A Comissão tem multado empresas com fundamento no Artigo 15(1)(b) por fornecerem informação que apresente um quadro distorcido dos fatos verdadeiros solicitados, e que foge significativamente da realidade nos pontos principais. A “pergunta-chave” é se a declaração irá levar a erro a Comissão. As empresas devem dar uma resposta extensiva às solicitações que lhes são enviadas; elas devem interpretar cuidadosamente as questões postas à luz do objetivo perseguido e do espírito e propósito da investigação. Às vezes fornecer muita informação poderá levar a Comissão a erro e, conseqüentemente, atrair a possibilidade de uma multa. Muito freqüentemente a Comissão descobre, ao fazer uma investigação “*in loco*”, com fundamento no Artigo 14 do Regulamento 17, que a informação dada previamente sob a égide do Artigo 11 estava incorreta.

A figura 2 demonstra em forma de diagrama os procedimentos relacionados à solicitações de informação segundo o artigo 11.

ARTIGO 11 - SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO
O PROCEDIMENTO EM DETALHES

V. Investigações “*in loco*”

5.1 O poder da Comissão para investigar “*in loco*”

Talvez o perfil mais alto dos poderes dados à Comissão pelo Regulamento 17 é o direito de promover investigações *in loco*, se necessário sem aviso prévio - por isso comparada a uma *blitz*. Este poder faz da Comissão uma formidável agência de cumprimento das leis de competição. O Artigo 14 (Quadro 13) regula a investigação *in loco* e prevê que “a Comissão deve encarregar-se de todas as investigações necessárias nas empresas.” Isto faz parte das obrigações da empresa de colaborar ativamente com as investigações da Comissão, estabelecidas pelo Tribunal de Justiça, para submetê-los e assistir os inspetores da Comissão na empreitada. Multas e pagamentos de penalidades periódicas devem ser impostas por obstrução da Comissão na conduta de uma investigação.

Artigo 14

Poderes de investigação da Comissão

1. Ao cumprir as obrigações estabelecidas pelo artigo 89 e pelas disposições adotadas sob o Artigo 87 do Tratado, a Comissão deve encarregar-se de todas as investigações necessárias nas empresas e associações de empresas. Para este fim os oficiais autorizados pela Comissão são legitimados:

- (a) a examinar os livros e outros registros;
- (b) a tirar cópias de ou extratos de livros e registros;
- (c) a pedir explicações orais no local;
- (d) a entrar em qualquer propriedade, terra e meio de transporte das empresas.

2. Os oficiais da Comissão autorizados para o propósito destas investigações devem exercer seus poderes sobre produção de uma autorização escrita, especificando a matéria, o propósito da investigação e as penalidades previstas no Artigo 15(1)(c) nos casos em que a exibição solicitada de livros ou outros registros seja incompleta. Em tempo hábil antes da investigação, a Comissão deve informar a autoridade competente do Estado Membro, em cujo território a investigação será feita, e a identidade dos oficiais autorizados.

3. Empresas e associações de empresas devem submeter-se às investigações determinadas por decisão da Comissão. A decisão deve especificar a matéria e o propósito da investigação, indicar a data na qual ela deverá começar, indicar as penalidades, previstas no Artigo 15(1)(c) e Artigo 16(1)(d), e o direito de ter a decisão revista pelo Tribunal de Justiça.

4. A Comissão deve tomar as decisões referidas no parágrafo 3, após consulta com a autoridade competente do Estado Membro, em cujo território a investigação deverá ser feita.

5. Os oficiais da autoridade competente do Estado Membro, em cujo território a investigação deverá ser feita, podem, mediante solicitação dessa autoridade ou da Comissão, assistir os oficiais da Comissão no cumprimento de suas obrigações.

6. Quando uma empresa se opõe à investigação ordenada com base neste Artigo, o Estado Membro envolvido deve dar a assistência necessária aos oficiais autorizados pela Comissão para permitir que eles façam sua investigação. Estados membros devem, após consultar a Comissão, tomar as medidas necessárias a este fim antes de 1º de outubro de 1962.

Quadro 13

Um número de distinções básicas podem ser extraídos entre diferentes tipos de inspeções *in loco*:

- inspeções “voluntárias” cumpridas com a exibição de uma autorização pelos inspetores da Comissão (Artigo 14(2));
- inspeções “obrigatórias” determinadas por uma decisão (Artigo 14(3)).

Entretanto, não há um procedimento formal de duas etapas. A Comissão não precisa conduzir uma inspeção voluntária antes que possa proceder a uma decisão. Nos anos recentes tem havido uma mudança para inspeções obrigatórias. A razão pela qual o Artigo 14 não incorpora um procedimento de duas etapas é a necessidade de sustentar a efetividade dos procedimentos de inspeção da Comissão. Podem haver circunstâncias onde a Comissão precise mover-se diretamente para adotar uma decisão, ordenando a empresa a submeter-se a uma inspeção; isto pode acontecer quando a Comissão desejar fazer uma visita surpresa, ou quando ela tenha previamente encontrado resistência por parte da empresa onde ela deseja fazer a inspeção.

Assim, a segunda distinção básica é entre:

- inspeções sobre as quais as empresas foram previamente notificadas - mesmo se somente por telefone no dia anterior;
- inspeções não anunciadas, onde inspetores aparecem sem aviso prévio; tais inspeções são prováveis de ser determinadas por uma decisão para que a empresa seja compelida a permitir que a mesma aconteça.

Como solicitação de informações pelo Artigo 11, inspeções pelo Artigo 14 devem ser “necessárias”. É discutível que elas também obedeçam ao princípio da proporcionalidade. Elas certamente não podem ser “arbitrárias ou excessivas” (parágrafo 5.4.1). Contudo, na realidade, a Comissão tem muita discricção para decidir se e quando proceder as inspeções *in loco*. Uma vez que a Comissão tenha estabelecido porque ela deseja conduzir uma inspeção, ela não tem que justificar especificamente emitindo uma decisão obrigatória, ordenando que a empresa se submeta. Uma empresa pode questionar uma decisão solicitando uma inspeção perante o Tribunal de Primeira Instância. Não obstante, fazendo um requerimento para o Tribunal não automaticamente suspende a aplicação da decisão e conseqüentemente, a Comissão será capaz de efetuar a inspeção. O Tribunal de Primeira Instância pode então proceder a um exame subsequente de se foi ou não tal fato lícito. Se foi ilícito, a Comissão não estará possibilitada a utilizar provas que conseguiu durante o curso da inspeção em qualquer procedimento posterior.

A empresa investigada não tem de ser suspeita de infringir o Artigo 85 ou o Artigo 86. Isto é porque a Comissão tem um poder geral de coletar provas, mas obviamente ela não deve se comportar de forma opressiva para com as empresas. Decisões ordenando inspeções não são publicadas no *Diário Oficial*, embora o fato de uma inspeção *in loco* ter sido realizada pode ser revelado quando as etapas processuais executadas pela Comissão são declinadas na decisão final.

5.2 Inspeções conduzidas “sobre apresentação de autorização”

Uma inspeção voluntária é conduzida sobre a produção, pelos inspetores da Comissão, de um simples mandado ou autorização na forma delineada pelo Artigo 14(2). Este deve especificar a matéria e propósito da inspeção e as penalidades previstas no Artigo 15(1)(c) por produzir registros ou documentos incompletos. Estes serão produzidos quando os inspetores chegarem às dependências da empresa; os inspetores irão também mostrar suas identificações a funcionários da Comissão para provar sua identidade. Eles devem estar a-

companhados por um oficial das autoridades competentes do Estado Membro, onde as instalações a serem inspecionadas estão situadas. Os inspetores irão fornecer aos representantes da empresa uma cópia de uma nota explicativa. Este é um documento informal que não afeta os poderes dos inspetores, mas explica como eles provam sua identidade e a posição de oficiais perante as autoridades nacionais que devem estar presentes. Isto também expõe os direitos básicos da empresa que está sendo inspecionada (por exemplo o direito a ter um advogado presente, embora os inspetores não admitiram que a inspeção seja indevidamente atrasada enquanto um advogado é chamado). Onde a inspeção é desempenhada sob simples autorização, os inspetores poderão ser solicitados a fornecer explicações sobre a matéria da inspeção proposta e de matéria processual.

Não há obrigação para submissão a uma inspeção voluntária, mas uma vez que a empresa o tenha submetido, ela deve colaborar ativamente (ver parágrafo 5.6). Recusando-se a se submeter a uma inspeção voluntária executada por meio de autorização não irá necessariamente economizar muito tempo à empresa, pois com o poder de adotar decisão sob o Artigo 14(3) tem sido delegadas pela Comissão aos comissários responsáveis pelos assuntos de competição. O Comissário estará habilitado para agir muito rapidamente, onde necessário. Uma recusa em se submeter é documentada pelos inspetores da Comissão em uma minuta, sendo que uma cópia desta é repassada à empresa.

5.3 Inspeções ordenadas por decisão vinculante

Quando uma inspeção é ordenada por uma decisão obrigatória, os inspetores da Comissão têm exatamente os mesmos poderes de quando a empresa se submete à produção pelos inspetores de uma autorização (Artigo 14(2)). Estes poderes são discutidos no parágrafo 5.6 abaixo.

O Quadro 14 estabelece algumas das razões do porquê da Comissão decidir adotar uma inspeção obrigatória.

Razões pelas quais a Comissão pode decidir adotar uma inspeção obrigatória

- a empresa rejeitou a entrada do inspetor da Comissão atuando sob autorização;

- a Comissão suspeita da existência de infrações particularmente sérias e está preocupada pelo fato de que documentos ou outras evidências possam desaparecer;
- no passado a empresa recusou-se a cooperar voluntariamente com os inspetores da Comissão, ou a responder de boa vontade a solicitações de informação;
- a empresa elaborou previamente falsas declarações para a Comissão ou por outro lado induziu-a a erro, agindo voluntariamente;
- a investigação envolve um número de empresas diferentes localizadas em mais de um Estado Membro e isto é importante para a efetividade da investigação, para a Comissão estar possibilitada a conduzir inspeções simultâneas em várias instalações;

Quadro 14

Em alguns destes casos a Comissão pode optar por emitir uma decisão sem antes proceder a uma inspeção voluntária e pode, além disso, adotar uma inspeção sem prévio aviso. Nos anos recentes, há uma tendência para inspeções não anunciadas, tendo em vista que estas são consideradas mais eficazes.

5.3.1 *Requerimentos formais*

Nos termos do Artigo 14(3) a decisão deve:

- especificar a matéria e o propósito da inspeção;
- marcar uma data em que ou após a qual irá começar; e
- indicar:
 - as penalidades previstas nos Artigos 15(1)(c) e 16(1)(d) (por deixar de submeter e por exibir registros incompletos); e
 - que a empresa tem o direito de ter a decisão revista pelo Tribunal de Primeira Instância.

O documento explicando a matéria e o propósito da inspeção também atua como declaração de razões, o que é essencial para toda decisão da Comissão. Ele deve declarar em termos gerais os fatos que a inspeção tem intenção de investigar, e identificar o tipo de infração da qual é suspeita. A Comissão não

tem que dar razões que justifiquem especificamente porque uma inspeção foi ordenada por decisão, ao invés de ser conduzida em bases de uma autorização. Os inspetores da Comissão entregam uma cópia da decisão aos representantes da empresa na chegada. Eles também completam uma minuta de notificação que certifica que isto foi feito e qual representante da empresa é solicitado a assiná-la. Contudo, assinar a minuta não significa submissão da empresa à investigação.

Os inspetores da Comissão também trarão com eles uma autorização, e uma Nota Explicativa similar àquela usada no contexto das inspeções voluntárias. Esta nota declara que os inspetores não têm de fornecer nenhuma informação suplementar sobre a matéria descrita na decisão ou justificar a tomada da decisão. Eles têm apenas que responder a questões procedimentais, como se a empresa tem direito a ter um advogado presente.

5.3.2 Os deveres das empresas sob investigação

Uma vez que a inspeção tiver sido determinada por decisão, a empresa tem obrigação de se submeter. Deixar de se submeter pode levar à imposição de uma multa pelo Artigo 15(1)(c) ou de pagamento de penalidade periódica pelo Artigo 16(1)(c). Nesta última, cobrar-se-ão juros por dia, a contar de quando a entrada foi recusada. Contudo, a Comissão não tem poderes para entrar forçosamente tanto na empresa como um todo ou em partes específicas de suas instalações. Em tais casos os inspetores da Comissão têm de buscar a assistência das autoridades nacionais, de acordo com o Artigo 14(6).

A Comissão, resguardada pelo Tribunal, tem rejeitado consistentemente argumentos apresentados pelas empresas para recusar a entrada. Por exemplo, uma empresa não pode recusar a entrada com fundamento de que seus escritórios onde há papéis pertencentes à empresa estão sediados fora da Comunidade e, portanto, fora da jurisdição da Comissão. A visão da Comissão é a de que ela pode determinar, inicialmente, que registros vai examinar, e isto para que então o Tribunal de Primeira Instância exerça jurisdição supervisonal. Em outras palavras, a empresa prejudicada tem de ingressar em juízo perante o Tribunal, embora isto normalmente signifique primeiramente submeter-se a investigação, porque o ingresso em juízo não possui efeito suspensivo.

Pedir um adiamento até que um designado representante em particular da empresa, ou um advogado em particular, possa estar presente pode também constituir em recusa a se submeter, levando a imposição de uma multa. Em

um caso, os inspetores da Comissão foram impedidos de proceder a investigação sob o fundamento de que a pessoa apropriada não estava presente. Eles solicitaram então assistência aos oficiais das autoridades francesas competentes. Estes, por sua vez, ordenaram à polícia que lacrasse as propriedades até que a inspeção pudesse ter início no dia seguinte. Isto assegurou a efetividade da inspeção por prevenir qualquer manipulação de arquivos ou documentos. Uma multa foi imposta com base no Artigo 15(1)(c).³

A obrigação de se submeter é contínua, tal qual a obrigação de colaboração ativa. Portanto uma empresa não deve criar obstáculo para a inspeção da Comissão em ponto algum, por exemplo, impedindo o acesso de inspetores a cópias de documentos específicos (ver parágrafo 5.6). Isto pode levar a imposição de uma multa e, mais uma vez, se os inspetores encontrarem resistência durante o curso da inspeção eles devem buscar a assistência das autoridades nacionais, que devem ser legítimas para obter uma ordem de cortes nacionais ou conseguir assistência da polícia. Eles podem então proceder sem a cooperação da empresa a ser inspecionada.

5.4 O papel das autoridades nacionais competentes

Sob o Artigo 14, às autoridades competentes dos Estados Membros, nos quais as empresas a serem inspecionadas estão localizadas, tem sido atribuído um importante papel no contexto de inspeções *in loco*.

- No caso de inspeções voluntárias, a Comissão deve informar às autoridades nacionais, em tempo hábil, sobre a inspeção e a identidade dos oficiais autorizados (Artigo 14(2)).
- No caso de inspeções obrigatórias, a Comissão tem de consultar as autoridades competentes (Artigo 14(4)), embora a consulta possa ser informal e realizada por telefone, para preservar a efetividade dos poderes de investigação da Comissão.
- Oficiais nacionais podem assistir as inspeções, e assistir a Comissão no cumprimento de suas obrigações, tanto por requerimento da Comissão como por conta própria (Artigo 14(5)).
- As autoridades nacionais competentes podem empreender inspeções em nome da Comissão por solicitação desta (Artigo 13). Esta opção tem sido usada raramente pela Comissão, principalmente porque é imprópria para casos envolvendo inspeções em mais de um Estado Membro.

³ MEWAC OJ 1993 L20/6.

- Sob o Artigo 14(6), as autoridades nacionais devem oferecer à Comissão qualquer assistência que solicitar para fazer cumprir decisões adotadas sob o Artigo 14(3) quando a empresa resiste à inspeção.

5.4.1 O dever de providenciar assistência

O Tribunal de Justiça decidiu sobre a natureza da assistência que as autoridades nacionais devem prover no caso *Hoechst*.⁴ Quando a Comissão deseja realizar uma inspeção sem o consentimento das partes envolvidas, as autoridades nacionais auxiliam-na a fazê-lo. Eles não podem substituir sua avaliação da situação ou se a inspeção é ou não necessária para estas instituições da Comunidade. Esta assistência pode envolver qualquer medida necessária sob a relevante lei nacional para assegurar a entrada dos inspetores da Comissão. Isto pode incluir a obtenção de uma ordem judicial (como um mandado de busca e apreensão ou liminar). Em tais casos, o tribunal nacional pode, uma vez tendo verificado a autenticidade da decisão, considerar se as medidas previstas (como entrar sem consentimento) são arbitrárias ou excessivas em relação ao propósito da investigação. Pode-se assegurar que as disposições legais nacionais são cumpridas com a aplicação dessas medidas. Isto é porque, uma vez que uma ordem nacional tenha sido obtida, o não cumprimento da empresa ou de seus representantes pode levar a sanções não disponíveis nas leis da Comunidade, como prisão por desacato ao tribunal. Como estas regras foram estabelecidas pelo Tribunal de Justiça, a Comissão tem atuado em estreita cooperação com as autoridades nacionais. Em um caso, a recusa de uma empresa sediada no Reino Unido a se submeter a uma investigação determinada por uma decisão levou, no mesmo dia, as autoridades do Reino Unido obtiveram, em favor da Comissão, uma ordem “*ex parte*” perante a Alta Corte em Londres, obrigando a submissão da empresa.⁵

5.5 Salvaguardas para as empresas

Dada a natureza extensa dos poderes da Comissão, não é de se surpreender que as empresas têm buscado questionar a ambos, sua existência e o modo como eles têm sido exercidos perante o Tribunal de Justiça e, posteriormente, o Tribunal de Primeira Instância. No geral, o Tribunal de Justiça tem mantido as ações da Comissão em concordância com o Regulamento 17, protegendo o direito da Comissão em promover inspeções não anunciadas, como um com-

⁴ Caso 46/87 *Hoechst x Comissão* [1989] ECR 2859.

⁵ *UKWAL* OJ 1992 L121/45

ponente essencial de um sistema de investigação efetivo. Mas isto tem também construído defesas adicionais no sistema do Regulamento 17, que geralmente é omissivo quanto aos direitos de defesa de empresas sob investigação. Isto assegura que a Comissão colha o máximo número de provas, enquanto garante que o direito da empresa sob investigação a um processo justo não seja comprometido por eventos que ocorram durante a fase de averiguação de fatos.

Empresas podem pedir para que seus consultores legais estejam presentes. Com efeito, o Tribunal de Justiça tem reconhecido o direito de representação legal como um dos direitos de defesa das empresas sob investigação. Contudo, a presença de consultores legais não é pré-requisito para a validade de uma investigação, e a investigação não deve ser indevidamente atrasada por este motivo. A Comissão tem uma política de conceder às empresas um tempo razoável para assegurar os serviços de um consultor legal interno ou advogado de sua escolha. Tal fato está sujeito a duas condições:

- a gerência da empresa deve manter a integridade dos registros durante o atraso; e
- os inspetores devem ser permitidos a ingressar e ocupar quaisquer instalações que desejem.

Durante a inspeção, as empresas podem proteger seus interesses atraindo a atenção dos inspetores para fatos em seu favor que podem emergir de documentos que não tenham sido examinados. Eles devem também prover explicações escritas subsequentes para documentos que possam parecer incriminá-los quando retirados do contexto.

O Tribunal de Justiça tem rejeitado o argumento de que as empresas são protegidas contra a obrigação de se submeter a inspeções pelo direito fundamental de inviolabilidade de domicílio. O Tribunal não foi capaz de encontrar um elemento comum nos procedimentos legais dos Estados Membros a esta questão. Por outro lado, como mencionado acima, as empresas têm direito a proteção contra intervenções arbitrárias ou excessivas, e, onde exigirem os procedimentos nacionais, um exame judicial da decisão da Comissão, se houver recusa em se submeterem a ela. Este elemento do exame judicial não está entretanto presente no sistema legal da Comunidade, que não exige, por exemplo, a emissão de um mandato por um juiz do Tribunal de Primeira Instância como pré-condição para uma inspeção “*in loco*”.

A legislação da Comunidade também protege a confidencialidade de certas comunicações entre advogado e cliente. Este princípio legal, juntamente com a proteção de segredos industriais contidos em documentos obtidos pela Comissão durante uma inspeção, é examinado com mais detalhes na Parte VI.

No caso de todas estas salvaguardas, entretanto, a abordagem geral é a mesma. A empresa tem de se submeter a uma inspeção determinada por decisão, respaldada se necessário por um tribunal nacional ou ordem policial, mas deve questionar a decisão da Comissão no Tribunal de Primeira Instância. Assim, se os documentos solicitados encontram-se cobertos pelo princípio da confidencialidade de comunicações entre advogado e cliente, a Comissão decidirá em primeira instância que assim o é, e então, se ela emitir uma decisão ordenando a exibição dos documentos, a empresa tem de acatar e pode então buscar uma revisão da decisão perante o Tribunal de Primeira Instância. A solicitação ao Tribunal não terá automaticamente efeito suspensivo, contudo, em casos apropriados o Tribunal poderá conceder a suspensão da decisão, para que então possa ele revisar os documentos antes de poderem ser vistos pela Comissão.

5.6 A extensão do poder de inspeção da Comissão

A extensão dos poderes dos inspetores da Comissão é resumida no Artigo 14(1) (ver Quadro 14):

O que faz o exercício destes poderes tão efetivos é a obrigação de colaboração ativa, que recai sobre as empresas sujeitas à investigação da Comissão. Em primeiro lugar, não deve haver atrasos indevidos. Segundo, a empresa tem a responsabilidade de designar representantes competentes para lidar com as solicitações dos inspetores da Comissão. Tais pessoas devem estar bem informadas e capacitadas a fornecer aos inspetores a assistência que eles necessitam.

O conceito de registro de empresas, como exposto no Artigo 14, é amplo e não está restrito à documentação oficial da empresa. A Comissão pode verificar quaisquer documentos com vistas a determinar sua relevância. O Quadro 15 contém uma lista exemplificativa dos tipos de documentos que ela pode inspecionar. A forma dos registros é irrelevante. A Comissão pode inspecionar registros feitos em qualquer forma de sistema de armazenagem, seja fita, ficha, microfilme ou disquete.

Exemplos de documentos que a Comissão pode inspecionar

- registros financeiros;
- registros de vendas;
- registros de produção;
- registros de viagens;
- diários;
- minutas ou notas de reuniões realizadas internamente ou com terceiros;
- registros e cópias de correspondência (interna ou externa), memorandos pessoais, incluindo números de telefones e fax usados durante períodos particulares, registros de correspondência eletrônica;
- materiais fotográficos.

Quadro 15

Um problema pode surgir quanto a registros e documentos que tenham sido destruídos, talvez de acordo com uma política sistemática de destruição de documentos para economizar espaço de armazenagem. O mais difícil de explicar aos inspetores, contudo, será uma política de destruição de documentos especiais por determinação dos diretores ou gerentes da empresa.

Uma vez que os inspetores têm poder para tirar cópias de registros, as empresas habitualmente deixam disponíveis aos inspetores as instalações para fotocópias, apesar de não haver obrigação neste sentido. Isto irá evitar extensão indevida da duração da inspeção e o distúrbio que inevitavelmente irá causar. A Comissão irá reembolsar as despesas com fotocópias quando solicitada a fazê-lo.

A extensão dos poderes dos inspetores em requerer explicações orais “*in loco*” nunca foi esclarecida totalmente pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Primeira Instância. Os inspetores estão certamente legitimados para requerer explicações orais quando tal fato surgir diretamente dos documentos exibidos (ou não exibidos), e assim eles devem solicitar explicações mais extensivas. Contudo, este poder deve ser interpretado sob a luz do Artigo 11 e das salvaguardas que ele contém para empresas solicitadas a providenciar informações. Particularmente, o poder não deve ser usado para pressionar oficiais de uma empresa a admitirem oralmente o que não admitiriam se tivessem o tempo para reflexão, permitido a eles por meio de uma solicitação segundo o Artigo 11.

Nenhum registro independente sobre resultados da inspeção é mantido. Os inspetores da Comissão irão manter seus próprios registros, contendo, em particular, um inventário dos documentos copiados. A empresa tem direito a uma cópia do inventário. A empresa também pode fazer seu próprio registro, para assegurar uniformidade. Geralmente os inspetores da Comissão fazem duas cópias de todo papel inspecionado, e deixa uma com a empresa. Não há regra geral, segundo o Regulamento 17, acerca das empresas terem de ser mantidas informadas sobre os resultados da inspeção. O registro de uma inspeção é geralmente tratado como um documento interno da Comissão. Este não está entre os documentos disponíveis às empresas, depois de uma declaração de objeções ter sido emitida e o acesso a este arquivo ser permitido.

5.7 Penalidades financeiras

A Comissão pode impor multas entre ECU 100 e 5000 às empresas por:

- produzirem registros e livros incompletos, seja a inspeção conduzida sob autorização, seja ordenada por uma decisão (Artigo 15(1)(c));
- deixar de se submeter a uma inspeção ordenada por decisão (Artigo 15(1)(c)).

No segundo caso, a Comissão pode também impor um pagamento de penalidade periódica entre ECU 50 e 1000 por dia que a empresa mantenha sua recusa em se submeter. Na prática, este tipo de penalidade é provável de ser a mais significativa dissuasão.

O Quadro 16 lista algumas das situações nas quais a Comissão tem imposto multas às empresas.

Multas impostas pela Comissão no contexto de investigações “*in loco*”

- recusa em permitir que os inspetores tirem cópias de todos os documentos que desejassem copiar;
- recusa em permitir acesso a documentos ou registros tidos como confidenciais;
- deixar de fornecer a assistência requerida, tornando mais difícil aos inspetores encontrar todos os registros que eles procuravam, mesmo que determinados documentos na realidade não tivessem sido recusados.

- atrasar uma inspeção ordenada por uma decisão, e recusando-se a permitir que ela tome lugar no dia determinado pela Comissão.

Quadro 16

A figura 3 mostra em diagrama o procedimento para conduzir investigações “*in loco*”.

FIGURA 3: ARTIGO 14 - INSPEÇÕES “*IN LOCO*”

O PROCEDIMENTO EM DETALHE

VI Procedimento de averiguação de infração

6.1 Iniciando um procedimento de averiguação de infração

Se uma investigação encontra o que aparenta ser uma infração às regras de competição, a Comissão pode escolher iniciar procedimento administrativo formal. Esta avaliação será baseada na sua visão dos fatos e em uma avaliação legal de tais fatos. Contudo, antes da Comissão poder adotar uma decisão aplicando o Artigo 85 ou Artigo 86, ela tem de conceder à empresa sob investigação a **oportunidade de ser ouvida**. Isto está previsto no Artigo 19(1) do Regulamento 17, e Regulamento 99/63, que estabelece o interrogatório em detalhes. As empresas sob investigação têm o **direito a uma audiência justa**. Mas para exercer esse direito, elas têm de saber quais as objeções a Comissão tem sobre sua conduta. Conseqüentemente, o Artigo 2(1) do Regulamento 99 requer que a Comissão informe às empresas por escrito das objeções tidas contra elas. Este documento é conhecido como **declaração de objeções**.

Nos anos recentes, a mudança mais significativa na abordagem da Comissão aos procedimentos de infração tem sido o realçado papel concedido ao Oficial de Audiência. Este oficial tem agora um vasto alcance de mediar desacordos entre a equipe operacional em um caso particular, e as empresas sob investigação ou empresas reclamantes. O objeto da mudança é , em parte, para melhorar o nível de transparência nos procedimentos da Comissão. As decisões do Oficial de Audiência, como qualquer decisão da Comissão, estão sujeitas a revisão judicial pelo Tribunal de Primeira Instância. Aspectos detalhados do seu papel são discutidos nos parágrafos 6.3, 6.5 e 6.8 abaixo.

6.2 A declaração de objeções

A emissão de uma declaração de objeções marca a iniciação formal dos procedimentos que podem culminar na averiguação de que os Artigos 85(1) ou 86 foram violados. Nestes procedimentos a Comissão está atuando em parte como autoridade adjudicante e em parte como promotora. Conseqüentemente, é de extrema importância que os direitos de defesa das empresas sob investigação devam ser protegidos. Para este fim, o Tribunal de Justiça tem definido a declaração de objeções como “documento procedimental e preparatório, destinado unicamente para as empresas contra as quais o procedimento é ini-

ciado com vistas a capacitá-las a exercer efetivamente seu direito a uma audiência justa.”⁶

Isto estará normalmente contido em uma carta assinada pelo Diretor Geral do DG IV, e esta deve expor todos os fatos essenciais que formam as bases da decisão da Comissão, bem como delimitar a avaliação legal da Comissão. O conteúdo da declaração de objeções determina o alcance das infrações que a Comissão deve encontrar (Artigo 4 do Regulamento 99/63: Quadro 17).

Artigo 4 do Regulamento 99/63

A Comissão deverá, em suas decisões, tratar apenas daquelas objeções levantadas contra empresas e associações de empresas, a respeito do que lhes foi proporcionada a oportunidade de fazer saber sua visão.

Quadro 17

Se, no curso do procedimento, a Comissão decidir que houveram outras infrações, esta deve emitir uma nova ou suplementar declaração de objeções. Mesmo que haja defeitos legais na declaração de objeções, a empresa para a qual foi enviada não pode questioná-la imediatamente no Tribunal de Primeira Instância. Uma declaração de objeções não é uma decisão no sentido legal. Isto não altera a posição legal daqueles envolvidos. Simplesmente representa uma nova fase em um procedimento contínuo. Entretanto, defeitos na declaração de objeções, ou discrepâncias sérias entre o que ela contém e a decisão final, podem ser levantadas no questionamento da decisão final, aplicando os Artigos 85 e 86.

6.3 Acesso aos arquivos

Após emitir a declaração de objeções, a Comissão tem de permitir à empresa, ou empresas sob investigação, **acesso ao seu arquivo** referente ao caso. A Comissão pode usar como bases de sua decisão apenas fatos que são conheci-

⁶ Casos Unidos 142 & 156/84 *BAT and Reynolds Industries x Comissão* [1987] ECR 4487 no parágrafo 14.

dos pela empresa, e dos quais lhe foi dada oportunidade de fazer ouvir sua versão.

A prática corrente da Comissão quanto ao acesso a arquivos é exposta em seu Comunicado de 23 de janeiro de 1997, nas regras internas de procedimento para processar solicitações de acesso aos arquivos nos casos sob os Artigos 85 e 86 do Tratado da EC, os Artigos 65 e 66 do Tratado da ECSC e o Regulamento do Conselho (EEC) Número 4064/89 (ver Quadro 18) e em uma Decisão de 1994, sob os termos de referência aos Oficiais de Audiência em procedimentos de competição (Quadro 19). A necessidade de se proteger informação confidencial (ver parágrafo 6.8), que pode restringir a possibilidade da Comissão em revelar o conteúdo de arquivos, também deve ser levada em conta. Para provar uma infração, a Comissão não pode confiar em material que é impossibilitado de revelação ao alegado infrator, porque isto constitui segredo industrial de outra empresa. A Comissão tem uma política de fazer revelações extensivas, contudo. Esta apensa à Declaração de Objeções uma lista de documentos chave nos quais ela confia. O Oficial de Audiência tem agora poder para fazer uma determinação vinculante sobre qualquer decisão tomada pelos oficiais do DG IV na aplicação desta política, quando, por exemplo, uma empresa sob investigação solicita, para revelação de documentos adicionais, e pode dar uma indicação razoável da existência de documentos que ela acredita estarem no arquivo mas, que não foram revelados.

Extratos do Comunicado da Comissão sobre Acesso aos Arquivos
(OJ C 23. 23.1.1997.P.3)

Acesso ao arquivo é uma fase processual importante em todos os casos de concorrência litigiosa (proibições com ou sem uma multa, proibições de fusão, rejeição de reclamações, etc.). A tarefa da Comissão nesta área é de reconciliar duas obrigações opostas, especificamente a de salvaguardar os direitos de defesa e de proteção de informação confidencial concernentes às empresas.

O propósito deste comunicado é assegurar compatibilidade entre prática administrativa corrente de acesso a arquivo, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia e o Tribunal de Primeira Instância, em particular os casos “Soda ash”. A linha de conduta assim tomada concerne a casos

negociados nas bases das regras de competição aplicáveis a empresas: Artigos 85 e 86 do Tratado EC, Regulamento (EEC) N° 4064/89, e Artigos 65 e 66 do Tratado ECSC.

Acesso a arquivos, que é uma das salvaguardas procedimentais designadas para assegurar exercício efetivo do direito de ser ouvido, previsto no Artigo 19(1) e (2) do Regulamento do Conselho N° 17 e Artigo 2 do Regulamento da Comissão N° 99/63/EEC, bem como na previsão correspondente dos regulamentos que governam a aplicação dos Artigos 85 e 86, no ramo dos transportes, têm de ser ajustados a todos os casos envolvendo decisões sobre infrações, decisões rejeitando reclamações, decisões impondo medidas interinas e decisões adotadas nas bases do Artigo 15 (6) do Regulamento N° 17.

Como o propósito de fornecer acesso a arquivo é possibilitar aos destinatários da declaração de objeções expressarem seu ponto de vista das conclusões alcançadas pela Comissão, as empresas em questão devem ter acesso a todos os documentos que compõem o “arquivo” da Comissão (DG IV), exceto as categorias de documentos identificados na decisão Hércules, principalmente os segredos industriais das empresas, documentos internos da Comissão e outra informação confidenciais.

Quadro 18

Extrato da Decisão da Comissão 94/810/ECSC, EC de 12 de dezembro de 1994
nos termos da referência de oficiais de audiência
em procedimentos de competição perante a Comissão
(OJ 1994 L330/67)

Artigo 5

1. Quando uma pessoa, uma empresa ou associação de empresas que tenha recebido uma ou mais das cartas listadas no Artigo 4(3)* tiver razão para acreditar que a Comissão tem em sua posse documentos que não tenham lhe sido revelados e que estes documentos são necessários para o exercício apropriado do direito de ser ouvido, o interessado pode chamar atenção para o problema por meio de uma solicitação motivada.

2. A decisão motivada em qualquer das solicitações deve ser comunicada à pessoa, empresa ou associação que tenha feito a solicitação e à qualquer outra pessoa, empresa ou associação relacionada com o procedimento.

* estas são: cartas comunicando uma declaração de objeções, solicitando comentários escritos de um terceiro interessado, informando um reclamante, que na opinião da Comissão, existe fundamento insuficiente para encontrar uma infração, lhe solicitando submeter qualquer comentário adicional e informando uma pessoa física ou jurídica que, do ponto de vista da Comissão, não tenha mostrado interesse suficiente para ser ouvido como terceiro.

Quadro 19

6.4 Resposta escrita

Uma vez ciente do caso contra ela, a empresa terá a oportunidade de responder por escrito à declaração de objeções. Ela terá um prazo específico (que varia de acordo com a natureza e urgência do caso, mas não pode ser menor que duas semanas) para fazê-lo. Objeções quanto ao prazo limite imposto para resposta na declaração de objeções são resolvidos pelo Oficial de Audiência. A empresa não é obrigada a responder a declaração de objeções, mas na prática uma resposta escrita será quase que invariavelmente feita. Admissões feitas durante os procedimentos administrativos podem ser refutadas em uma fase posterior perante os tribunais da UE. A empresa sob investigação será também informada que ela pode requerer uma *audiência oral* e a Comissão tem de consentir com tal solicitação se ela quiser impor uma multa.

6.5 Audiência oral

Audiências orais são uma parte vital do processo administrativo. Não apenas as partes sob investigação, mas também “pessoas físicas ou jurídicas que demonstrem um interesse suficiente” (por ex. reclamantes) podem ser ouvidas pela Comissão. A Comissão também tem de proporcionar o direito de ser ouvido onde ela propõe emitir uma isenção para um acordo sujeito a condições onerosas, apesar de que isto não esteja expressamente previsto no Regulamento 17. As partes podem tanto aparecer pessoalmente como serem representadas por advogados, ou outros representantes ou agentes. Membros da equipe da DG IV, com responsabilidade no caso, irão assistir e apresentar um breve resumo. Após uma apresentação oral das partes, a equipe Comissão e o Oficial de Audiência podem fazer perguntas. Representantes das autoridades

nacionais competentes também podem assistir e fazer perguntas. Um registro da audiência é retido e deve ser lido e aprovado pelas partes envolvidas. Cópias das minutas são enviadas para o Comitê Consultivo em Práticas Restritivas e Monopólios (parágrafo 3.3).

Para assegurar andamento justo, audiências são conduzidas pelo Oficial de Audiência, um oficial sênior, cujo posto foi criado pela Comissão em 1982, em resposta à preocupação de que haveria insuficiente imparcialidade nos acordos para ouvir empresas sob investigação. Administrativamente, o Oficial de Audiência fica localizado no DG IV, mas ele é independente e tem o direito de acesso direto ao Comissário responsável por assuntos de competição. Ele também se reporta diretamente ao Diretor-Geral para Competição. Em 1994 a Comissão estendeu significativamente o papel do Oficial de Audiência. Suas principais responsabilidades estão resumidas no Quadro 20. A Audiência Oral está proximamente ligada à questão de acesso ao arquivo, de modo que se a empresa sob investigação traz documentos favoráveis, isto será registrado na Audiência Oral.

6.6 Direitos da defesa

Ambos, a Comissão e as autoridades judiciais da UE, acreditam que a observação apropriada dos direitos de defesa das empresas sob investigação, por alegadas infrações às regras de competição, é de grande importância. A necessidade de proteção se estende desde o início do processo de encontrar fatos até a culminação de qualquer procedimento administrativo subsequente. O Tribunal de Justiça não faz distinção a respeito da proteção dos direitos de defesa entre as duas fases do processo. Mais propriamente, este tem regulado que isto é vital para assegurar que as salvaguardas apropriadas sejam permitidas durante a fase investigatória, para assegurar que o direito a ser ouvido garantido no Regulamento 17 e Regulamento 99/63 não seja comprometida. O Tribunal de Justiça tem negado consistentemente que o poder investigativo da Comissão interfira nos princípios da justiça natural ou do direito de defesa. O que é vital é que o Tribunal tem sido preparado para moderar a aplicação do Regulamento 17 e legislação associada onde necessário para assegurar proteção efetiva a direitos fundamentais. Isto tem que ser ajustado junto ao interesse público no cumprimento efetivo das regras de competição, que é crucial para a continuação do processo de integração econômica na UE.

Resumo das responsabilidades do Oficial de Audiência sob decisão 94/810 da Comissão

O Oficial de Audiência:

- determina a data, duração e local da audiência;
- pode fornecer às empresas interessadas, antes da audiência, uma lista de questões sobre as quais empresa explicará seu ponto de vista;
- pode proceder a uma reunião preparatória envolvendo a equipe da Comissão e as partes antes da audiência;
- pode pedir por uma pré-notificação escrita do conteúdo essencial das declarações das partes que pretendem fazer;
- assegura a conduta apropriada da audiência oral e o exato relatório das declarações feitas por cada parte;
- decide se documentos novos devem ser admitidos durante a audiência;
- reporta ao Diretor-Geral para Competição acerca da audiência e faz observações do progresso suplementar dos procedimentos;
- busca assegurar que na preparação de esboço da decisão da Comissão em casos de competição própria seja tomado em conta todos os fatos relevantes, se favoráveis ou desfavoráveis às partes envolvidas;
- equilibra o direito de defesa e necessidade de aplicação efetiva das regras de competição;
- decide sobre pedidos de terceiros para serem ouvidos oralmente, quando tiverem sido rejeitados pela Comissão;
- decide sobre pedidos de extensão de limite de prazo para se submeter a observação ou adiamento da audiência oral;
- resolve disputas entre a Comissão e as partes sobre acesso ao arquivo (ver Quadro 19 parágrafo 6.6).

Quadro 20

6.7 A confidencialidade das comunicações entre cliente e advogado

O Regulamento 17 não trata da questão da confidencialidade da relação advogado-cliente, que são protegidas em alguns Estados-Membros sob o princípio do privilégio da profissão legal.

Os princípios das leis da Comunidade, que agora governam esta questão de confidencialidade, foram estabelecidos pelo Tribunal de Justiça no caso *AM &*

S.⁷ Este caso estava relacionado com as investigações do Artigo 14(3), mas os princípios podem também ser aplicados aos pedidos de solicitações de informação do Artigo 11.

O Tribunal teve de resolver duas questões:

- há uma doutrina de privilégio sob o direito da Comunidade?
- se há, como ela deve ser aplicada na prática?

O Tribunal estabeleceu que existe um princípio geral do direito da Comunidade protegendo a confidencialidade de algumas comunicações entre advogado e cliente. Este princípio se estende não apenas aos procedimentos perante o Tribunal em si, mas também aos procedimentos administrativos perante a Comissão. Ele existe “para os propósitos e no interesse do direito de defesa do cliente”. Ele cobre principalmente:

- correspondência entre um cliente e um advogado independente estabelecido na União Européia;

e nesse contexto somente se aplica para:

- correspondência que segue ao início dos procedimentos pela Comissão concernente à defesa de seu cliente; e
- correspondência anterior ao início dos procedimentos que esteja estreitamente ligado a seu assunto.

Documentos e cartas emanadas de ambos, advogado e cliente, estão abrangidas. Em contraste, o privilégio da profissão legal da UE não inclui:

- correspondência entre um cliente e um advogado independente estabelecido em um terceiro país;
- negociações com um advogado local, a não ser que este advogado esteja simplesmente reportando as declarações a um advogado independente.

O procedimento para determinar se documentos particulares são abrangidos pelo privilégio da profissão legal requer que a empresa, em busca de proteção, comprove, para serem assim considerados. Se a Comissão rejeita o argumento da empresa, ela irá adotar uma decisão ordenando que os documentos sejam

⁷ Caso 155/79 *A.M. & S. x Comissão* [1982] ECR 1557.

entregues pela empresa. Cabe então a empresa questionar a decisão perante o Tribunal de Primeira Instância, que irá chegar a uma determinação, tendo este mesmo revisado os documentos. A solicitação ao Tribunal não tem automaticamente efeito suspensivo sobre a decisão da Comissão, mas há a possibilidade do Tribunal conceder a suspensão, se assim solicitar a empresa.

6.8 Segredos de indústria e a confidencialidade de documentos

A Comissão está comprometida em proteger os segredos de negócio das empresas com as quais ela trata; a mesma depende da cooperação das empresas que voluntariamente suprem-na com informações para fazer cumprir as regras de competição e reconhece seu interesse legítimo em confidencialidade.

A Comissão em si é obrigada, pelo Artigo 20(2) do Regulamento 17 e Artigo 214 EC, a não revelar informações cobertas pela “obrigação de sigilo profissional” (ver Quadro 21). Estes dispositivos também obrigam os oficiais das autoridades nacionais competentes. O Artigo 21(2) do Regulamento 17, adicionalmente dispõe que quando uma decisão tomada sob o Regulamento 17 tem de ser publicada, o que é colocado no *Diário Oficial*, tem de estar atento ao legítimo interesse de empresas em proteger seus “segredos de negócios”. Finalmente, quando a Comissão publica notas no *Diário Oficial* que ela pretende dar aprovação negativa ou uma isenção a um acordo ou prática, ela deve também “resguardar o interesse legítimo de empresas na proteção de seus segredos de negócios” (Artigo 19(3) do Regulamento 17).

Artigo 214 EC

Os membros das instituições da Comunidade, os membros dos comitês, os oficiais e outros servidores da Comunidade devem ser obrigados, mesmo após a cessação de seus mandatos, a não revelar informação coberta pela obrigação de sigilo profissional, em particular informações sobre empresas, sua relação de negócios ou seus componentes de custo.

Artigo 20 do Regulamento 17

Sigilo profissional

1. Informação adquirida como resultado da aplicação dos Artigos 11, 12, 13 e 14 devem ser usadas apenas para os propósitos de solicitação relevante ou investigação.
2. Sem prejuízo das disposições dos Artigos 19 e 21, a Comissão e as autoridades competentes dos Estados Membros, seus oficiais ou outros e servidores, não devem revelar informação adquirida por eles como resultado da aplicação deste Regulamento, do tipo abrangido pela obrigação de sigilo profissional.
3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não devem impedir publicação de informação geral ou de pesquisas que não contenham informações relacionadas a empresas específicas ou associações de empresas.

Quadro 21

Entretanto, as disposições legislativas não apresentam respostas para todas as questões, no que concerne à proteção de segredos de negócios e informações confidenciais em procedimentos de competição. Primeiro, não há nada contido nelas para permitir que as empresas se recusem a revelar negócios sigilosos à Comissão. É a posição da Comissão que revelação de informação a ela não pode ser recusada com base na proteção de segredos de negócios. Esta abordagem pode ser justificada com base no fato de que a essência dos segredos de negócios é que eles não devem ser revelados aos concorrentes, ou terceiros. Não que eles devam ser ocultados da Comissão, que os vê não como “segretos”, mas como parte das provas que ela precisa colher. Este ponto foi tornado particularmente claro em *SEP*⁸ onde o Tribunal de Justiça julgou que uma empresa deve entregar uma cópia de um contrato com um fornecedor para a Comissão. Ele negociou com o temor da SEP sobre confidencialidade em ordenando a Comissão a não enviar o contrato em questão para as autoridades holandesas. Ao reter o contrato deste modo, a Comissão poderia assegurar que a informação não chegasse aos oficiais holandeses responsáveis por assuntos de política comercial do monopólio de fornecimento de gás holandês, com quem SEP também negocia.

Revelação de informação pela Comissão para outras partes envolvidas na investigação pode também causar dificuldades. Pelo fato de que a Comissão não pode usar informação não revelada como parte de seu processo contra um

⁸ Caso C-36/92P *SEP x Comissão* [1994] ECR I-1911.

infrator alegado, ela pode censurar documentos que revelou para proteger segredos de negócios. Ela pode colocar tarja em partes de documentos, ou números de vendas agregados para evitar dar informação genuinamente secreta para a empresa ré. A Comissão também pode incorrer em dificuldades quando ela desejar revelar informação dada a ela pela empresa ré para um terceiro reclamante para obter seus comentários, ou para possibilitá-la a participar de uma audiência oral.

A jurisprudência dos tribunais da UE tem auxiliado a Comissão no desenvolvimento de práticas na gerência efetiva de informações confidenciais. Em parte, estas práticas estão agora restabelecidas no Comunicado de 23 de janeiro de 1997. Uma distinção é apresentada entre **informação confidencial em geral e segredos de negócios**, como uma categoria particularmente sensível da anterior. Segredos de negócios não podem ser revelados em circunstância alguma. Outra informação confidencial pode ser revelada pela Comissão. De acordo com o Tribunal:

“A Comissão pode comunicar tal parte certa de informação abrangida pela obrigação de sigilo profissional, na medida em que se faz necessário para a apropriada condução da investigação”.⁹

Em outras palavras, a proteção de tal informação, que é expressamente declarada no Artigo 20(2), a ser sujeito às disposições do Artigo 19 (em audiência) e Artigo 21 (na publicação no *Diário Oficial*), é qualificada pelo interesse público em assegurar o cumprimento eficaz às regras de competição, e pelo interesse privado de outras partes na investigação (como outros réus, reclamantes, etc.). A revelação de algumas das tais informações pode ser necessária para proteger seus direitos de defesa. Este princípio geral se aplica:

- para a revelação de informação sobre terceiros ou co-réus das empresas ré; e
- para a revelação de informação sobre réus para terceiros.

O procedimento para determinar questões de revelação foi estabelecida pelo Tribunal de Justiça em *AKZO* e foi mais adiante elaborado pela Comissão em sua decisão de 1994 nos Termos de Referência para o Oficial de Audiência (ver Quadro 22).

⁹ Caso 53/85 [1986] ECR 1985.

Decisão da Comissão 94/810/ECSC, EC

Termos de Referência de Oficiais de Audiência

Artigo 5º

3. Quando for intencionado revelar informação que pode constituir um segredo de negócio de uma empresa, deve ser informada por escrito da intenção e das razões para isto. Um prazo limite deve ser fixado em que a empresa interessada deve submeter quaisquer comentários escritos.

4. Quando a empresa interessada se opõe à revelação de informação mas é descoberto que a informação não está protegida e deve portanto ser revelada Esta descoberta deve ser declarada em uma decisão motivada, que deve ser notificada a empresa interessada. A decisão deve especificar a data após a qual a informação será revelada. Esta data não deve ser em menos de uma semana da data da notificação.

Quadro 22

A abordagem tomada pelo Tribunal em *AKZO*¹⁰ obrigou a Comissão, se ela propôs revelar documentos contendo segredos de negócios, primeiro conceder à empresa a oportunidade de fazer saber seu ponto de vista, e então tomar uma decisão a qual a empresa pode questionar perante o Tribunal de Primeira Instância. O efeito dos novos Termos de Referência é dar ao Oficial de Audiência o papel de tomar tal decisão. A provocação perante o Tribunal de Primeira Instância não irá necessariamente ter efeito suspensivo, mas uma solicitação adicional pode ser proposta perante o Tribunal para a decisão ser suspensa. O próprio Tribunal irá decidir a respeito de tal fato após examinar os documentos em questão.

6.9 Restrição ao uso da informação

Relacionado à obrigação da Comissão e das autoridades nacionais, para respeitarem a confidencialidade da informação que adquirem, está o dever de não usar informação adquirida de acordo com investigações empreendidas nos

¹⁰ Ver acima.

termos dos Artigos 11 e 14 para qualquer outro propósito que não seja aquele para o qual foi solicitada. O Tribunal de Justiça tem enfatizado que esta regra opera para assegurar proteção aos direitos de defesa das empresas, com as quais a informação está relacionada. Assim, se a Comissão está investigando a empresa A, e no curso de uma inspeção “*in loco*” na mesma A ela descobre informação incriminadora sobre a empresa B, não poderá usá-la como evidência em procedimentos contra a empresa B. Ela não pode, entretanto, ser forçada a fingir que não conhece a informação e deve iniciar uma nova e separada investigação da empresa B, e adquirir prova independente durante o curso desta. Os mesmos princípios se aplicam à informação adquirida pelas autoridades nacionais, nos termos do Artigo 10 do Regulamento 17. Esta informação não pode por si só constituir prova para os propósitos de uma investigação sob a lei de competição nacional, mas não se pode esperar que as autoridades nacionais sofram do que o Tribunal tem chamado de “amnésia aguda” (isto é, esquecer tudo o que sabem).¹¹ A informação pode, portanto, disparar uma investigação separada sob a lei nacional.

6.10 Revisão judicial das decisões da Comissão

Talvez a mais importante salvaguarda de todas para as empresas que venham a ser envolvidas no cumprimento das regras de competição pela Comissão, quer como reclamantes ou como réus, é a disponibilidade de revisão judicial pelo Tribunal de Primeira Instância de quaisquer ações da Comissão que possam ser caracterizadas como “decisões”. Isto inclui não apenas medidas tomadas pela Comissão, que são formalmente descritas como decisões (ex.: ordenando inspeções, requerendo que uma empresa responda questões ou obrigando a revelação de certos documentos), mas também ações que poderia se dizer que mudariam a situação legal da parte (ex.: revelar documentos confidenciais para um terceiro reclamante). Quaisquer dessas medidas ou ações podem ser questionadas sob o âmbito do Artigo 173 EC. O Tribunal também tem um direito ilimitado para rever quaisquer decisões da Comissão que imponham sanções pecuniárias (Artigo 172 EC e Artigo 17 do Regulamento 17). Uma parte substancial da jurisprudência do Tribunal de Justiça e, ultimamente, o Tribunal de Primeira Instância, compreendem questionamentos para vários aspectos do poder de investigação da Comissão. Apesar dos dois Tribunais terem geralmente sustentado bastante a necessidade da Comissão por um eficiente e efetivo processo administrativo, têm, não obstante, sido sensíveis às áreas em que o Regulamento 17 prevê insuficientemente clara proteção aos

¹¹ Caso C-67/91 *Asociación Espanhola de Banca Privada* [1992] ECR I-4785.

direitos fundamentais ou direitos de defesa das partes. Eles têm intervindo para resolver a questão com base nos princípios gerais da lei da Comunidade.

VII Terceiros e denúncias

7.1 A situação dos denunciadores perante a Comissão

O direito de qualquer pessoa, com um legítimo interesse em reclamar à Comissão a respeito de conduta alegada de quebra das regras de competição, assim como a forma básica que a reclamação deve tomar, foi introduzida no parágrafo 2.2. A Comissão acolhe reclamações; elas são uma fonte vital de informação. Muitos dos mais importantes casos os quais têm sido tratados como cartéis e monopólios começaram como reclamações. Não são apenas empresas que podem apresentar reclamações. Muitos grupos de interesse, incluindo, os grupos de consumidores, podem e realmente reclamam à Comissão, e a Corte de Primeira Instância tem sustentado os seus direitos de assim o fazer.

O reclamante pode estar totalmente envolvido nos procedimentos de investigação da Comissão. Este pode, também, considerar a si mesmo como objeto de uma solicitação de informação, nos termos do Art. 11 do Regulamento 17. O reclamante tem, também, o direito de participar do processo administrativo da Comissão.

Entretanto, como foi notado no parágrafo 1.5, a Comissão agora tem a política de encorajar reclamantes a procurar soluções nas cortes nacionais, quando for possível. A Comissão, por si mesma, planeja concentrar-se em casos “que tenham uma significância política, econômica e legal para a Comunidade” (Comissão, *Notícia de Cooperação*, parágrafo 14; veja Quadro 23). Esta troca em política tem sido, também, sustentada pela Corte de Primeira Instância e é justificada por referência aos limitados recursos fornecidos à Comissão para empreender a extensiva incumbência de fazer cumprir as regras de competição. A Comissão é perspicaz em dividir esta responsabilidade, quando é possível, com as cortes nacionais. Isto dito, por virtude de sua posição especial no sistema de execução da lei de competição da UE, a Comissão tem “um dever de vigilância” em relação às reclamações que recebe. Conseqüentemente, esta tem o dever de conduzir, ao menos, uma investigação preliminar em cada reclamação que lhe é apresentada. Se a Comissão decidir não seguir a reclamação, deve emitir uma decisão, rejeitando tal reclamação. O reclamante

insatisfeito pode questionar esta decisão perante a Corte de Primeira Instância. Se o reclamante expressar um desejo de ver a sua reclamação rejeitada através de um ato definitivo passivo de ser revisto pela Corte, é prática da Comissão, normalmente, proceder esta decisão.

Extrato do Aviso da Comissão em Cooperação com as Cortes Nacionais

13. Como autoridade administrativa responsável pela política de competição da Comunidade, a Comissão deve servir ao interesse geral da Comunidade. Os recursos administrativos da disposição da Comissão para desempenhar o seu dever são necessariamente limitados e não podem ser usados para lidar com todos os casos trazidos à sua atenção. A Comissão é, portanto, obrigada, em geral, a tomar todas as medidas organizacionais necessárias para o desempenho de seu dever, e, em particular, em estabelecer prioridades.

14. A Comissão pretende, ao implementar a sua decisão - fazendo poderes, para concentrar em notificações, reclamações e procedimentos de iniciativa própria, as quais têm particular política, econômica ou legal significância para a Comunidade. Quando estas características são ausentes em um caso em particular, notificações normalmente serão tratadas através de uma carta de conforto e reclamações devem, como regra, ser analisadas pelas cortes nacionais ou autoridades.

15. A Comissão considera que não há, normalmente, um interesse suficiente da Comunidade em examinar um caso quando o autor pode assegurar proteção adequada dos seus direitos perante as cortes nacionais. Nestas circunstâncias, a reclamação normalmente será arquivada.

Quadro 23

A posição de reclamantes não é regulamentada em detalhes pela legislação implementada nas regras de competição. O Art. 5 do Regulamento 99/63, a cerca de audiências, requer que a Comissão permita a terceiras partes, que querem ser ouvidas, uma oportunidade de deixar esclarecidos por escrito seus pontos de vista. Art. 7 do mesmo Regulamento prevê a possibilidade de uma audiência oral, mas isto é raramente usado (Quadro 24). Disputas entre a Comissão e reclamantes nestas questões são agora solucionadas pelo Oficial de Audiência (ver parágrafo 6.5). Se a Comissão deseja rejeitar uma reclama-

ção como infundada, esta deve, antes de fazê-lo, informar os requerentes deste por escrito e conceder a eles uma oportunidade de fazer comentários adicionais, por escrito (Artigo 6 do Reg. 99/63). Uma “Carta do Art. 6” é o equivalente funcional de um Relatório de Objeções (ver parágrafo 6.2).

Além destas disposições, a posição legal do reclamante diante da Comissão tem sido mais detalhada na jurisprudência das duas cortes da UE. Esses casos confirmam que a Comissão tem o dever de investigar todas as reclamações até o ponto de averiguar se há prova suficiente ou interesse suficiente da Comunidade para dar ensejo a um inquérito completo das infrações alegadas. Isto envolverá uma revisão das questões de fato e direito. Se a Comissão é da opinião de não seguir a reclamação, deve, depois de emitir uma carta do Art. 6, revisar quaisquer comentários feitos pelo reclamante. Finalmente, a Comissão deve informar ao reclamante de qualquer decisão que tome no sentido de rejeitar a reclamação. Se a Comissão deixar de cumprir qualquer destes passos, um recurso judicial deve estar disponível (ver parágrafo 7.3). A decisão de rejeitar a reclamação como sendo infundada também pode ser questionada. Os arranjos para revisão judicial dos procedimentos da Comissão em lidar com as reclamações é um componente vital do sistema de reclamações nos termos do Regulamento 17 e Arts. 85 e 86. Eles são tratados em detalhes no parágrafo 7.3.

Regulamento 99/63

Artigo 5

Se pessoas físicas ou jurídicas, mostrando um interesse suficiente, solicitarem ser ouvidas conforme o Art. 19(2) do Regulamento n.º 17, a Comissão deve fornecer-lhes a oportunidade de deixar conhecidos os seus pontos de vista por escrito, dentro do prazo determinado.

Artigo 6

Quando a Comissão, tendo recebido uma solicitação conforme o Art. 3(2) do Regulamento n.º 17, considera que, com base na informação em sua posse, há bases insuficientes para conceder a solicitação, esta deve informar o reclamante de suas razões, e fixar um prazo limite para estes submeterem quaisquer comentários adicionais, por escrito.

Artigo 7

1.A Comissão deve fornecer às pessoas as quais tenham solicitado em seus comentários por escrito a oportunidade de apresentar seus argumentos oralmente, se estas pessoas demonstrarem um interesse suficiente...

2.A comissão pode, igualmente, prover à qualquer pessoa a oportunidade de expressar oralmente os seus pontos de vista.

Quadro 24

7.2Acesso ao processo

No caso da Comissão decidir dar início a uma investigação detalhada na substância da reclamação, uma questão crucial para o reclamante surge se este pode ter acesso ao arquivo da Comissão, com o propósito de apresentar as suas informações por escrito sobre o caso e representar os seus interesses em qualquer audiência oral da qual este possa participar. Uma vez que o reclamante estará freqüentemente intervindo em apoio da Comissão, este irá compreensivelmente apoiar o desejo daquela de ser completamente informada, mas o reclamante não tem o direito legal de obter acesso ao processo. Entretanto, a Comissão é vinculada pelo princípio geral de que “segredos de negócios” não podem sobre circunstância alguma serem revelados aos reclamantes.

7.3Revisão judicial das decisões da Comissão

A Corte de Justiça tem pronunciado muitas vezes que é no interesse da administração satisfatória da justiça e a aplicação apropriada das regras da competição que a empresa intitulada a reclamar segundo o Artigo 3 do Regulamento 17 deve ser capaz, se a reclamação é recusada, de instituir procedimentos para proteger os seus legítimos interesses. Na ausência de regras legislativas claras sobre a posição dos reclamantes, ambas as Cortes da UE têm sido ativas, nos anos recentes, em esclarecer a situação.

A posição pode agora ser resumida como segue:

1.Quando uma reclamação tenha sido recebida, a Comissão tem que executar uma investigação básica de seus aspectos fáticos e legais e, então, definir a sua posição; deixando de assim o fazer ficará sujeita a uma ação conforme o Art. 175 EC.

2.A Comissão não é obrigada a dar uma decisão definitiva sobre se a reclamação revela ou não uma violação das regras de competição; um reclamante não tem o direito de forçar a Comissão a iniciar uma investigação plena da sua reclamação.

3.A emissão pela Comissão de uma carta conforme o “Artigo 6” informando o reclamante de suas intenções de rejeitar a reclamação constituirá uma definição da sua posição, e excluirá uma ação sob o Artigo 175; entretanto, uma carta conforme “Artigo 6” por si só, como equivalente a uma declaração de objeções, não é classificada como uma ”decisão” e portanto não pode ser questionada como sendo um ato passivo de revisão, conforme o Artigo 173.

4.Ao decidir quais reclamações seguir, a Comissão pode levar em consideração o que vislumbra como o interesse público; esta tem o direito a identificar seus recursos, e perseguir apenas os casos os quais revelam um interesse significativo da Comunidade.

5.Embora a Corte de Justiça e a Corte de Primeira Instância não tenham dado uma decisão definitiva sobre se tal medida é estritamente compulsória, é, atualmente, prática da Comissão dar um parecer definitivo (uma “decisão”) para uma reclamação cujo pedido para ação tenha sido rejeitado. Isto permite que uma ação seja ajuizada perante a Corte de Primeira Instância, conforme o Artigo 173.

6.A corte de Primeira Instância reverá a rejeição a ponto de averiguar, se a Comissão tem desempenhado revisão adequada dos fatos e lei apresentadas pela reclamação, ou se esta tem seguido as etapas processuais corretas (dando ao reclamante o direito a uma audiência), e se esta tenha dado razões adequadas para sua rejeição da reclamação; A Corte de Primeira Instância não investigará ver se houve uma violação dos Arts. 85 e 86.

Alternativamente, se o resultado de uma reclamação é uma decisão que vise principalmente a empresa sobre a qual a reclamação tenha sido feita (por

exemplo, a concessão de uma isenção, conforme o Artigo 85(3)), o reclamante irá, também, ser capaz de questioná-la, contanto que comprove um interesse suficiente. Realizar reclamações sob o Artigo 3 do Regulamento 17 dará a um reclamante tal interesse. Nestes casos, a Corte de Primeira Instância examinará se a Comissão tem razões suficientes para conceder a isenção, se esta seguiu as etapas processuais corretas e se esta tem dado razões adequadas para conceder a isenção. Já que conceder uma isenção envolve um elemento de descrição por parte da Comissão, a Corte de Primeira Instância não substituirá o julgamento da Comissão com um dos seus (julgamentos). Um reclamante pode ser capaz de intervir em uma ação perante a Corte de Primeira Instância, como um recurso apresentado por uma empresa que tenha sido multada e obrigada a cessar a violação. Em tais casos, o reclamante deve intervir para assegurar que ao seu ponto de vista é concedido uma audiência independente nos atos submetidos à apreciação da Corte. Este deve estabelecer um interesse no resultado do caso, e a sua submissão pode somente sustentar ou opor as submissões de uma das partes ao caso original (isto é, se a Comissão ou a empresa alegaram ter cometido uma infração).

VIII. A Resolução da investigação da Comissão

8.1 Decisões formais da Comissão

Os tipos principais de decisão formal, os quais a Comissão deve adotar na culminação de uma investigação, foram resumidos no parágrafo 1.3. A Comissão deve sempre justificar as suas decisões como referência à lei e à evidência factual disponível. Toda decisão deve ser adequadamente fundamentada (Artigo 190 EC) e devidamente notificada àqueles a quem é endereçada (Artigo 191). A notificação envolve comunicação ao destinatário, com a decisão surtindo efeito no recebimento. Entretanto, diferentes condições processuais aderem à adoção de diferentes decisões:

- **Aprovação negativa:** em uma decisão concedendo aprovação negativa tomada conforme o Artigo 2 do Regulamento 17, a Comissão certifica que “com base nos fatos de sua posse, não há razão conforme o Artigo 85 (1) ou Artigo 86 do Tratado para ação da sua parte em respeito a um acordo, decisão ou prática”. Uma aprovação negativa é concedida a partir de um requerimento pela empresa (ver parágrafo 2.1). Conforme o Artigo 19(3) do Regulamento 17, a Comissão deve publicar no *Diário Oficial* um resumo da solicitação relevante e convidar todas as terceiras partes interes-

sadas a submeter as suas observações dentro de um prazo limite não inferior a um mês. O Comitê Consultivo em Práticas Restritivas e Monopólios deve ser consultado (ver parágrafo 3.3). A investigação deve envolver um processo de averiguação de fatos, mas é improvável que envolva uma inspeção sob o Artigo 14. No caso de não haver uma infração, uma declaração das objeções não será emitida e uma audiência não será procedida. As decisões concedendo uma aprovação negativa devem ser publicada no *Diário Oficial*.

- **Isenção:** isenções são concedidas pela Comissão conforme o Artigo 85(3) EC, e Artigos 6, 8 e 9(1) do Regulamento 17, após a notificação do acordo (parágrafo 2.1). Assim como na aprovação negativa, um resumo da notificação deve ser publicado no *Diário Oficial*. O Comitê Consultivo em Práticas Restritivas e Monopólios deve ser consultado. Depois da Comissão ter estabelecido os fatos de sua satisfação, esta deve dar início a procedimentos administrativos com uma declaração das objeções para persuadir as empresas a remover de seus acordos quaisquer cláusulas, as quais não possam ser isentas conforme o Artigo 85(3). A Comissão pode anexar condições para a concessão de uma isenção. Isenções são concedidas por um período limitado, de um dia especificado, e podem ser revogadas e emendadas a qualquer momento. A renovação é também possível, mas pode envolver um procedimento administrativo posterior. Isenções são publicadas no *Diário Oficial*.
- **Constatação de uma infração:** o procedimento básico para a adoção de uma decisão final constatação uma infração, decretando o seu encerramento e, quando apropriado, impondo uma multa (ver abaixo) foi descrito nos parágrafos 3.2 e 6.1- 6.6. A decisão por si só deve ser totalmente motivada. Isto significa que a Comissão precisa não somente apresentar o seu próprio caso e as determinações de fato que esta tenha feito, bem como a sua avaliação legal, e também relatar sucintamente os argumentos das partes. A Comissão deve emitir uma decisão única relacionada à uma investigação em que o número de réus tenham cometido variadas infrações. Isto é possível contanto que esteja claro na decisão quais descobertas tenham sido feitas contra cada réu e quais multas tenham sido impostas. A decisão por si só deve ser adotada pelo colégio de Comissários por completo; a tarefa não pode ser delegada ao Comissário em assunto de competição. Uma decisão deve conter obrigações positivas e negativas. Esta pode, por exemplo, ordenar uma empresa encontrada abusando de uma posição dominante em desacordo com o Artigo 86 :

- a cessar práticas de preços predatórios que estejam levando um concorrente menor para fora do mercado; e
- a começar a fornecer a um cliente o que tem se recusado a fornecer.
- **Multas e penalidades:** a imposição de multas e pagamentos periódicos de penalidades por infrações processuais foi tratada nos parágrafos 4.5 e 5.7. O Artigo 15(2) do Regulamento 17 (Quadro 25) capacita a Comissão a impor multas com respeito às seguintes infrações efetivas das regras de competição, as quais são cometidas intencionalmente ou negligentemente:
 - transgressões dos Artigos 85(1) e 86 EC;
 - não cumprimento de uma obrigação ou condição imposta em uma isenção concedida conforme Artigo 85(3) EC (este poder nunca foi usado).

Artigo 15 do Regulamento 17

2. A Comissão pode impor por decisão, a empresas ou associações de empresas, multas de 1,000 até 1,000,000 de unidades de valor, ou uma soma em excedente não superior a 10% da receita bruta no ano comercial precedente de cada uma das empresas participantes das infrações, onde, ou intencionalmente ou negligentemente:

- (a) infringiram o Artigo 85(1) ou o Artigo 86 do Tratado; ou
- (b) cometeram uma violação de qualquer obrigação imposta conforme o Artigo 8(1).

Ao fixar o montante da multa, deve-se ter em consideração em ambos os casos, a gravidade e a duração da infração.

Quadro 25

Multas conforme o Artigo 15(2) podem ser entre 1000 ECU e 1 milhão de ECU, ou acima de 10 por cento da receita bruta da firma no ano comercial precedente. A Comissão tem imposto algumas multas muito pesadas em anos recentes:

- um total de 23.5 milhões de ECU sobre os 14 membros de um cartel PVC;

- 11 milhões de ECU sobre as Ferrovias Alemãs por abuso de uma posição dominante;
- 75 milhões de ECU sobre a “Tetra Pak” por abuso de uma posição dominante ;
- um total de 132.5 milhões de ECU sobre os 19 membros de um cartel no mercado de papelão, incluindo uma multa de 22.75 milhões de ECU sobre um operador ;
- um total de 248 milhões sobre 8 associações e 33 firmas na EU e países da EFTA responsáveis por um cartel de cimento (o mais alto valor até o momento).

Não há escala fixa para as multas, mas a Comissão agora tem uma política de estabelecer os montantes mais próximos ao limite de 10% da receita bruta, e também de levar em consideração o benefício financeiro que a empresa tenha obtido da infração. A Comissão procura assegurar que as empresas nunca lucrem com a violação das regras de competição. Ao averiguar a questão de gravidade, conforme o Artigo 15(2), a Corte de Justiça tem sustentado que a Comissão deve ter em consideração um largo número de fatores, incluindo a conduta da empresa, o papel realizado por cada um deles, qualquer vantagem derivada do ato erroneamente cometido, a natureza e o custo dos bens, e o tamanho da empresa e a sua força no mercado. Multas são consideradas como impedimentos, bem como punições. Estas não provêm compensações para as vítimas de infrações. Tal compensação tem de ser pleiteada através da corte nacional. Circunstâncias mitigantes devem incluir o nível de cooperação com a Comissão durante as suas investigações, se uma empresa está desejosa de findar a infração e qualquer atraso por parte da Comissão em perseguir a infração.

Em adição às multas por transgressões substantivas, a Comissão pode impor pagamentos periódicos de penalidades de algo entre 50 ECU e 1000 ECU por dia, para compelir as empresas a :

- cessar a infração do Artigo 85(1) ou do Artigo 86 ;
- abster-se de infringir uma condição sobre a qual uma isenção foi concedida.

8.2 Medidas interinas

A Comissão tem o poder de adotar medidas provisórias para proteger os interesses das empresas reclamantes, ou de prevenir sérios danos à política de competição da EU. Este poder não é detalhado explicitamente no Tratado ou em legislação. Entretanto, a Corte de Justiça tem sustentado que está implícito nos poderes da Comissão, conforme o Artigo 3, adotar decisões de infrações. A Comissão não tem usado deste poder muito extensivamente; até hoje tem tomado menos de dez medidas provisórias na aplicação dos Artigos 85 e 86. As condições seguintes devem ser cumpridas :

- A Comissão deve estabelecer um caso *prima facie* de uma infração ao Artigo 85(1) e/ou Artigo 86;
- deve haver um elemento de urgência para
 - - prevenir sérios ou irreparáveis danos à parte que busca a medida provisória; ou
 - - proteger o interesse público.
- as medidas devem ser “temporárias e conservatórias” e proporcionais à infração alegada.

A Comissão iniciará as providências necessárias a partir do requerimento, o qual normalmente será vinculado a uma reclamação formal. Os direitos de defesa de ambos os réu e o reclamante devem ser observados, incluindo a oportunidade de fazer comentários por escrito. Uma audiência oral será realizada. As medidas que a Comissão poderá tomar podem incluir ordenar o réu de fornecer ao reclamante certos bens, ou de desistir de praticar preços predatórios. A sua decisão pode ser questionada perante a Corte de Primeira Instância. Além disto, um reclamante pode questionar uma recusa de garantir medidas provisórias.

8.3 Resolução informal da Comissão sobre disputas de concorrência

Em termos numéricos, os arranjos informais que a Comissão realiza são de muito maior significância do que as decisões formais. As cartas de conforto

que esta emite (ver parágrafo 1.3) são particularmente importantes a este respeito. Claramente, a Comissão não pode usar de cartas para encontrar infrações ou para lidar com grandes casos, onde esta deseja estabelecer uma política firme sobre uma prática específica. Entretanto, para casos rotineiros envolvendo aprovação negativa e isenção, uma carta de conforto pode ser a melhor resposta para as empresas em questão. As vantagens e desvantagens de uma carta de conforto podem ser resumidas como as seguintes:

Vantagens:

- uma carta de conforto pode ser emitida relativamente rápido; o procedimento informal envolve o compromisso de menores recursos para ambos, a Comissão e as partes interessadas, que seria necessário sob um procedimento formal;
- o procedimento pode envolver somente um mínimo de publicidade para a empresa; a Comissão nem sempre publica um aviso de suas intenções para emitir uma carta de conforto no *Jornal Oficial*;
- uma carta de conforto não pode ser questionada por uma terceira parte na Corte de Primeira Instância pelo fato de que, dada sua informalidade, esta não constitui uma “decisão”.

Desvantagens:

- a falta de segurança legal:
 - a Comissão pode facilmente ser capaz de reabrir o caso se fatos novos ou circunstâncias legais emergirem;
 - enquanto prevenindo ações por terceiras partes nas cortes da EU, uma carta de conforto em maneira alguma impede uma terceira parte lesada de tomar ação no acordo que seja seu objetivo em uma corte nacional; por outro lado, a visão da Comissão irá fortemente influenciar a corte nacional.

8.4 Revisão judicial das decisões finais

A revisão judicial da decisão final da Comissão pela Corte de Primeira Instância concede uma garantia essencial do respeito pela regra de lei pela instituições da EU. Uma empresa considerada culpada por uma infração pode pleitear anulação da decisão, conforme o Artigo 173 EC, desde que tenha peticionado à Corte dentro de 2 meses, contados da notificação da decisão. Esta pode provocar a decisão principalmente nas seguintes bases:

- a decisão está inadequadamente motivada; a Corte irá requerer uma argumentação particularmente detalhada, onde a Comissão está propondo uma aplicação incomum das regras da competição;
- a evidência, como apresentada pela Comissão, não sustenta que a infração alegada tenha ocorrido (isto iria ser especialmente o caso no contexto de uma alegação de cartel, ou em relação à duração de uma infração);
- a Comissão não apresentou corretamente e cuidadosamente a evidência a qual conclama ter encontrado;
- avaliação legal incorreta da evidência econômica (este poderia ser o caso onde a Corte descobriu que, ao contrário da visão da Comissão, um tipo particular de conduta não estava propriamente em desavença com as regras de competição);
- a Comissão não observou corretamente os direitos procedimentais do réu em, por exemplo, deixando de fornecer a oportunidade adequada de fazer conhecido os seus pontos de vista ou fornecendo uma declaração inadequada das razões para sua decisão.

Os poderes da Comissão estão limitados a anular uma decisão por completo ou em parte. Esta não pode mudar a decisão para coincidir com a sua própria avaliação da questão. Se a decisão é anulada em base processuais, deve ser possível pela Comissão corrigir a falha processual sem embarcar em uma completa re-investigação da infração alegada.

A Corte de Primeira Instância tem jurisdição ilimitada, conforme o Artigo 172 EC e Artigo 17 do Regulamento 17, em relação a multas e penalidades. Isto significa que esta pode cancelar, reduzir, ou mesmo aumentar a multa ou a penalidade periódica imposta. Na prática, a Corte tem, frequentemente, reduzido as multas para refletir alguma deficiência no caso da Comissão, ocasionando, às vezes, um anulamento parcial da decisão.

Reivindicações trazidas pelos reclamantes foram tratadas no parágrafo 7.3 acima.

Um recurso pode ser elaborado contra o julgamento da Corte de Primeira Instância à Corte de Justiça, mas somente sobre pontos de lei (Artigo 168 A(1) EC). Isto não inclui questionamentos à avaliação de evidência factual feitos pela Primeira Corte. Desde que a Corte de Primeira Instância assumiu a tarefa de rever as decisões da lei de competição pela Corte de Justiça, em 1989, esta tem instituído uma forma muito mais intensiva de revisão. Inclui tanto a avaliação legal como a factual, feitas pela Comissão. O trabalho da Corte de Primeira Instância, até o momento, tem mostrado que esta está preparada a tomar uma atitude mais elaborada no seu exame dos fatos nos casos trazidos perante esta.

8.5 Solução provisória

A Corte de Primeira Instância pode conceder duas formas de solução provisória:

- nos termos do Artigo 185 EC, esta pode ordenar a suspensão da decisão da Comissão;
- sob os termos do Artigo 186 EC, esta pode ordenar quaisquer medidas provisórias necessárias.

Somente excepcionalmente irá a Corte aceitar a uma solicitação de suspender a aplicação de uma decisão feita pela Comissão. Esta irá assim proceder onde, aplicando a decisão, pode haver efeitos muito substanciais, por exemplo, através de um setor inteiro da economia. A Corte tem consistentemente recusado a ordenar a suspensão das decisões da Comissão, solicitando às empresas a fornecer informação, conforme o Artigo 11 ou ordenando a estas a submeter-se à investigações conforme o Artigo 14.

Sob os termos do Artigo 186, a Corte não pode substituir o seu ponto de vista sob os méritos precisos de solução provisória por àquele da Comissão. Esta pode, entretanto, revogar uma decisão da Comissão, recusando a solução provisória a um reclamante (por exemplo, por aplicar erroneamente as con-

dições substantivas para concessão da solução provisória; ver parágrafo 8.2). Neste caso, esta pode solicitar a Comissão que reveja a questão novamente.

ANEXOS

Anexo 1

Principais instrumentos legislativos aplicando os Artigos 85 e 86, incluindo Regulamentos de isenções em bloco.

Geral

Regulamento 17 do Conselho de 6 de Fevereiro de 1962 (OJ 13,21.02.62, p. 204; Edição Especial 1959-62, p. 87) (regulamento básico de implementação).

Regulamento da Comissão (EC) N.º 3385/94 de 21 de Dezembro de 1994 (OJ 1994 L377/28) (petições e notificações, e Formulário A/B) (ver anexo 3 para detalhes do Formulário A/B).

Regulamento 99/63 da Comissão de 25 de Julho de 1963 (OJ 127, 20.08.1963, p. 22268; Edição Especial 1963-64, p.47) (audiências).

Decisão da Comissão 94/810 (OJ 1994 L330/3) (mandato do Oficial de Audiência)

Transporte (somente os mais importantes)

Regulamento do Conselho 141/62 de 26 de Novembro de 1962 (OJ 124, 28.11.1962, p. 2751; Edição Especial 1959-62, p. 291) (exclui transportes do regulamento 17).

Regulamento do Conselho (EEC) 1017/68 de 19 de Julho de 1968 (OJ 175, para o 23.7.1968, p. 1; Edição Especial 1968 I, p. 302) (aplicação da regras de competição de transporte por trilho, estrada e via marítima territorial).

Regulamento da Comissão (EEC) 1629/69 de 8 de Agosto de 1969 (OJ L209, 21.08.1969, p. 1; Edição Especial 1969 II, p. 371) (reclamações conforme o Regulamento 1017/68).

Regulamento da Comissão (EEC) 1630/69 de 8 de Agosto de 1969 (OJ L209, 21.08.1969, p. 1; Edição Especial 1969 II, p. 381) (audiências conforme o Regulamento 1017/68).

Regulamento do Conselho (EEC) 4056/86 de 22 de Dezembro de 1986 (OJ 1986 L378/4) (aplicação das regras de competição para transporte marítimo).

Regulamento da Comissão (EEC) 4260/88 de 16 de Dezembro de 1988 (OJ 1988 L376/1) , sofrendo emenda pelo Regulamento da Comissão (EC) 3666/93 de 15 de Dezembro de 1993 (OJ 1993 L336/1) (reclamações, petições, e audiências no ramo de transporte marítimo).

Regulamento do Conselho (EEC) 3975/87 de 14 de Dezembro de 1987 (OJ 1987 L374/1) (aplicação das regras de competição para transporte aéreo).

Regulamento da Comissão (EEC) 4261/88 de 16 de Dezembro de 1988 (OJ 1988 L376/10) , sofrendo emenda pelo Regulamento da Comissão (EC) 3666/93 de 15 de Dezembro de 1993 (OJ 1993 L336/1) (reclamações, petições e audiência no setor de transporte aéreo).

Regulamentos para obstruir isenções

Regulamento da Comissão (EEC) 1983/83 de 22 de junho de 1983 (OJ 1983 L173/1) (contratos de distribuição exclusiva).

Regulamento da Comissão (EEC) 1984/83 de 22 de Junho de 1983 (OJ 1983 L173/5) (contratos de compra exclusiva).

Regulamento da Comissão (EEC) 123/85 de 12 de dezembro de 1984 (OJ 1984 L15/16) (distribuição de veículos motores e contratos de serviço).

Regulamento da Comissão 2349/84 de 23 de Julho de 1984 (OJ 1984 L219/15) , sofrendo emenda do Regulamento da Comissão (EEC) 151/93 de 23 de Dezembro de 1992 (OJ 1993 L21/8) (contratos de licença de patente).

Regulamento da Comissão (EEC) 556/89 de 30 de Novembro de 1988 (OJ 1989 L61/1), sofrendo emenda do Regulamento da Comissão (EEC) 151/93 de 23 de Dezembro de 1992 (OJ 1993 L21/8) (contratos de licença de know-how).

Regulamento da Comissão (EEC) 417/85 de 19 de Dezembro de 1984 (OJ 1985 L53/1), sofrendo emenda do Regulamento da Comissão (EEC) 151/93 de 23 de Dezembro de 1992 (OJ 1993 L21/8) (contratos de especialização).

Regulamento da Comissão (EEC) 418/85 de 19 de Dezembro de 1984 (OJ 1985 L53/5), sofrendo emenda do Regulamento da Comissão (EEC) 151/93 de 23 de Dezembro de 1992 (OJ 1993 L21/8) (contratos de pesquisa e desenvolvimento).

Regulamento da Comissão (EEC) 4087/88 de 30 de Novembro de 1988 (OJ 1988 L359/46) (contratos de franchising).

Regulamento da Comissão (EEC) 3932/22 de 21 de Dezembro de 1992 (OJ 1992 L398/7) (certos contratos no setor de seguros)

Anexo 2

Informações sobre a Política de Competição emitidas pela Comissão

Intimação de contratos exclusivos de negociação com agentes comerciais (OJ N.º 139, 24.12.1962, p. 2921/62).

Intimação na cooperação entre empresas (OJ N.º C75, 29.7.1968, p. 3).

Intimação em contratos seguros de subcontratação (OJ 1979 C1/2).

Intimação em acordos minoritários (OJ 1986 C231/2) , como emendada por intimação da Comissão (OJ 1994 C368/20).

Diretrizes na aplicação das regras de competição da EEC no setor de telecomunicações (OJ 1991 C233/2).

Intimação na cooperação entre cortes nacionais e a Comissão na aplicação dos Artigos 85 e 86 (OJ 1993 C39/6).

Intimação na avaliação de joint ventures cooperativas (OJ 1993 C43/2).

Intimação nos Regulamentos 1983/83 e 1984/83 (distribuição exclusiva e contratos de compra exclusiva) (OJ 1984 C101/2, como emendada pela OJ 1992 C121/1).

Intimação do Regulamento 123/85 (distribuição de veículo motorizado e acordos de serviços) (OJ 1985 C17/4).

Anexo 3

Formulário A/B: Introdução e Parte Operacional (apêndice do Regulamento da Comissão 3385/94)

(Publicada no Jornal Oficial. Somente o texto publicado é autêntico: OJ L 377, 31.12.94 P. 0028)

FORMULÁRIO A/B

INTRODUÇÃO

Formulário A/B, assim como os seus anexos, é parte integrante do regulamento da Comissão (EC) N.º 3385/94 de 21 de Dezembro de 1994 sob a forma, conteúdo e outros detalhes de petições e notificações fornecidas pelo Regulamento do Conselho N.º 17 (daqui em diante denominado como “o Regulamento”). Este permite as empresas e associações de empresas a solicitar à Comissão por acordos de aprovação negativa ou práticas as quais podem cair dentro das proibições do Artigo 85 (1) e Artigo 86 do Tratado da EC, ou dentro dos Artigos 53(1) e 54 do Acordo da EEA ou para notificar tal acordo e peticionar, para ser este isento da proibição estabelecida no Artigo 85 (1) em virtude das disposições do Artigo 85(3) do Tratado da EC ou pela proibição do Artigo 53 (1) em virtude da disposição do Artigo 53 (3) do Acordo da EEA.

Para facilitar o uso do formulário A/B as páginas seguintes relatam:

- em quais situações é necessário fazer um requerimento ou uma notificação (Ponto A),
- para qual autoridade (a Comissão ou a Autoridade de Vigilância da EFTA) o requerimento ou a notificação deve ser feita (Ponto B),
- para qual propósito o requerimento ou a notificação podem ser usados (Ponto C),
- quais informações devem ser dadas no requerimento ou notificação (Ponto D, E e F),
- quem pode fazer um requerimento ou uma notificação (Ponto G),
- como fazer um requerimento ou uma notificação (Ponto H),
- como os “segredos de negócio” das empresas podem ser protegidos (Ponto I),
- como certos termos técnicos usados na parte operacional do Formulário A/B devem ser interpretados (Ponto J), e
- o procedimento subsequente ao requerimento ou à notificação (Ponto K).

A. Em quais situações é necessário fazer um requerimento ou uma notificação?

I. Propósito das regras de competição do Tratado da EC e do Acordo da EEA

1. Propósito das Regras de Competição da EC

O propósito das regras de competição é de prevenir a distorção de competição no mercado comum por práticas restritivas ou o abuso de posições dominantes. Elas se aplicam a qualquer empresa praticando atos de comércio direta ou indiretamente no mercado comum, seja onde estiver estabelecida.

O Artigo 85 (1) do Tratado da EC (o texto do Artigo 85 e 86 estão reproduzidos no Anexo I deste formulário) proíbe acordos restritivos, decisões ou práticas em conjunto (acordos) as quais podem afetar o comércio entre os Estados Membros, e o Artigo 85 (2) declara os acordos e decisões contendo tais restrições proibidas (embora a Corte de Justiça tenha sustentado que se os termos restritivos dos acordos são independentes, apenas estes termos são nulos); O Artigo 85 (3), entretanto, concede isenção a acordos com efeitos benéficos, se as suas condições são preenchidas. O Artigo 86 proíbe o abuso de posição dominante que possa afetar o comércio entre os Estados Membros. Os procedimentos originais para implementação destes Artigos, os quais concedem uma “aprovação negativa” e isenção conforme o Artigo 85 (3), foram estabelecidos no Regulamento N.º 17.

2. Objetivo das Regras de Competição da EEA

As Regras de Competição do Acordo na Área Económica Europeia (concluído entre a Comunidade, os Estados Membros e os Estados da EFTA⁶⁵) estão baseadas nos mesmos princípios tais como os contidos nas regras de competição da Comunidade e têm o mesmo objetivo, isto é, prevenir a distorção da competição em território da EEA por cartéis ou por abuso de posição dominante. Elas se aplicam a qualquer empresa praticando comércio direta ou indiretamente no território da EEA, seja aonde estiver estabelecida. O Artigo 53 (1) do Acordo da EEA (o texto dos Artigos 53, 54 e 56 do Acordo da EEA é reproduzido no Anexo I) proíbe acordos restritivos, decisões ou práticas em conjunto (acordos) as quais possam afetar o comércio entre a Comunidade e um ou mais Estados da EFTA (ou entre Estados da EFTA), e o Artigo 53 (2) declara acordos ou decisões contendo tais restrições proibidas; o Artigo 53, entretanto, estabelece isenção para acordos com efeitos benéficos, se as suas condições são preenchidas. O Artigo 54 proíbe o abuso de posição dominante que possa afetar o comércio entre a Comunidade e um ou mais Estados da EFTA (ou entre estados da EFTA). Os procedimentos para implementar estes Artigos, que resultam em uma “aprovação negativa” e isenção conforme o Artigo 53 (3), são estabelecidos no Regulamento N.º 17, suplementado para propósitos da EEA, pelos Protocolos 21, 22 e 23 para o Acordo da EEA⁶⁶.

⁶⁵ Ver lista dos Estados Membros e Estados da EFTA, no Anexo III

⁶⁶ Reproduzido no Anexo I

II. O alcance das regras de competição do Tratado da EC e o Acordo da EEA

A aplicabilidade dos Artigos 85 e 86 do Tratado da EC e Artigos 53 e 54 do Acordo da EEA dependem das circunstâncias de cada caso individual. Isto pressupõe de que o acordo ou o comportamento satisfaça todas as condições estabelecidas nas disposições relevantes. Esta questão deve ser, conseqüentemente, examinada antes de qualquer requerimento para “aprovação negativa” ou antes que qualquer notificação seja feita.

1. Aprovação negativa

O procedimento de aprovação negativa permite às empresas que averiguem se a Comissão considera que o seu acordo ou o seu comportamento é ou não proibido pelo Artigo 85(1), ou Artigo 86 do Tratado da EC ou pelo Artigo 53(1) ou pelo Artigo 54 do Acordo da EEA. Este procedimento é regulado pelo Artigo 2 do Regulamento N.º 17. A aprovação negativa toma a forma de uma decisão pela qual a Comissão certifica que, com base nos fatos em sua posse, não há motivo conforme o Artigo 85(1) ou pelo Artigo 86 do Tratado da EC ou pelo conforme o Artigo 53(1) ou pelo Artigo 54 do Acordo da EEA para ação de sua parte a respeito do arranjo ou comportamento. Não há, entretanto, razão em fazer um requerimento quando os arranjos ou o comportamento não são manifestamente proibidos pelas cláusulas acima mencionadas. Nem é a Comissão obrigada a dar uma aprovação negativa. O Artigo 2 do Regulamento N.º 17 estabelece que “...a Comissão deve certificar...”. A Comissão emite decisões de aprovação negativa somente onde um problema importante de interpretação tem que ser resolvido. Em outros casos, esta reage ao requerimento enviando uma carta de conforto. A Comissão tem publicado diversas notificações relatando a interpretação do Artigo 85(1) do Tratado da EC. Eles definem certas categorias de acordos os quais, por sua natureza ou pela sua menor importância, não são abrangidas pela proibição (3).

2. Isenção

O procedimento para isenção, conforme o Artigo 85 (3) do Tratado da EC e Artigo 53⁶⁷ do Acordo da EEA, permite às empresas a firmar acordos os quais, de fato, oferecem vantagens econômicas, mas que, sem isenção, seriam ser proibidos pelo Artigo 85 (1) do Tratado da EC ou pelo Artigo 53 (1) do Acordo da EEA. Este procedimento é regulado pelos Artigos 4, 6 e 8 e, para

⁶⁷ Ver Anexo II

os novos Estados Membros, também pelos Artigos 5, 7 e 25 do Regulamento nº17. A isenção toma a forma de uma decisão quando Comissão declara que o Artigo 85 (1) do tratado da EC ou Artigo 53 (1) do Acordo da EEA são inaplicáveis aos acordos descritos na decisão. O Artigo 8 requer que a Comissão especifique o período de validade de quaisquer de tais decisões, permite que a Comissão anexe condições e obrigações e providencie que decisões sejam emendadas ou revogadas ou atos específicos das partes serem proibidos em certas circunstâncias, notadamente se as decisões eram baseadas em informação incorreta ou se há qualquer mudança material nos fatos.

A Comissão tem adotado um número de regulamentos concedendo isenções para categorias de acordos⁶⁸. Alguns destes regulamentos estabelecem que alguns acordos podem se beneficiar de isenção somente se estes são notificados à Comissão conforme o Artigo 4 ou 5 do Regulamento n.º 17 com vista de obter isenção, e o benefício do procedimento da oposição é reivindicado na notificação.

A decisão concedendo isenção pode ter efeito retroativo, mas, com certas exceções, não podem tornar-se efetivas anteriormente à data da notificação (Artigo 6 do Regulamento n.º 17). No caso da Comissão descobrir que os acordos notificados são de fato proibidos e não podem ser isentos, e portanto, tomar uma decisão condenando-os, os participantes são, todavia, protegidos, entre a data da notificação e a data da decisão, contra multas por qualquer infração descrita na notificação (Artigo 3 e Artigo 15 (5) e (6) do Regulamento n.º 17).

Normalmente, a Comissão emite decisões de isenções somente em casos de particular importância legal, econômica ou política. Em outros casos, esta termina o procedimento enviando uma carta de conforto.

B. À qual autoridade deve ser o requerimento ou a notificação encaminhados?

Os requerimentos e as notificações devem ser encaminhados para a autoridade que tenha competência para a questão. A Comissão é responsável pela aplicação das regras de competição do Tratado da EC. Entretanto, há uma

⁶⁸ Ver Anexo II

competência partilhada em relação à aplicação das regras de competição do Acordo da EEA.

A competência da Comissão e da Autoridade de Vigilância da EFTA em aplicar as regras de competição da EEA, segue pelo Artigo 56 do Acordo da EEA. Os requerimentos e notificações relacionados a acordos, decisões ou práticas planejadas responsáveis em afetar o comércio entre os Estados Membros, devem ser endereçados à Comissão, a não ser que os seus efeitos no comércio entre os Estados Membros ou em competição dentro da Comunidade não sejam apreciáveis no sentido da notificação da Comissão de 1986 em acordos de menor importância⁶⁹.

Além disto, todos os acordos restritivos, decisões ou práticas planejadas que afetem o comércio entre um Estado Membro e um ou mais Estados da EFTA, recaem na competência da Comissão, desde que as empresas interessadas alcancem mais de 67% da receita bruta combinada da EEA dentro da Comunidade⁷⁰. Entretanto, se os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas planejadas no comércio entre os Estados Membros ou em competição dentro da Comunidade forem apreciáveis, a notificação deve, onde necessário, ser endereçada à Autoridade de Vigilância EFTA. Todos os outros acordos, decisões e práticas planejadas que recaiam sobre o Artigo 53 do Acordo da EEA, devem ser notificados à Autoridade de Vigilância EFTA (o endereço desta é citado no Anexo III).

Requerimentos para aprovação negativa, em relação ao Artigo 54 do Acordo da EEA, devem ser apresentados à Comissão, se a posição dominante existir somente na Comunidade, ou para a Autoridade de Vigilância da EFTA, se a posição dominante existir somente na totalidade do território dos Estados da EFTA, ou em uma parte substancial deste. Somente onde posição dominante existir dentro dos dois territórios, devem as regras descritas acima, com respeito ao do Artigo 53, ser aplicadas.

A Comissão irá aplicar, em base de avaliação, as regras de competição do Tratado da EC. Quando o caso recai nos termos do Acordo da EEA e seja atribuído à Comissão conforme o Artigo 56 de tal Acordo, este irá simultaneamente aplicar as regras da EEA.

⁶⁹ OJ No C231, 12.09.1986, p.2.

⁷⁰ Para uma definição de “invertidos” neste contexto, ver Artigos 2, 3 e 4 do Protocolo 22 para o Acordo reproduzido no Anexo I.

C. O Propósito deste Formulário

O Formulário A/B lista as questões que devam ser respondidas e a informação e documentos os quais devam ser providenciados quando da aplicação do seguinte:

- uma aprovação negativa, com respeito ao Artigo 85 (1) do Tratado da EC e/ou Artigo 53 (1) do Acordo da EEA, conforme o Artigo 2 do Regulamento n.º17, com respeito aos acordos entre empresas, decisões de associações de empresas práticas planeadas,
- uma isenção conforme o Artigo 85 (3) do Tratado da EC e/ou Artigo 53 (3) do Acordo da EEA, com respeito aos acordos entre as empresas, decisões de associações de empresas e práticas planeadas,
- o benefício do procedimento de oposição contido em certos regulamentos da Comissão concedendo isenção por categoria.

Este formulário permite às empresas que solicitem aprovação negativa a notificar, no mesmo momento, para obter uma isenção no caso de a Comissão chegar à conclusão de que nenhuma aprovação negativa possa ser concedida.

Requerimentos para aprovação negativa e notificações relacionadas ao Artigo 85 do Tratado do EC podem ser submetidas da maneira prescrita pelo formulário A/B (ver Artigo 2 (1), primeira frase do Regulamento).

Este formulário pode também ser usado por empresas que desejem solicitar por uma aprovação negativa, do Artigo 86 do Tratado da EC ou o Artigo 53 do Acordo da EEA, nos termos do Artigo 2 do Regulamento nº 17. Requerentes solicitando uma aprovação negativa pelo Artigo 86 não são compelidos a utilizar o formulário A/B. Eles são fortemente recomendados, contudo, a dar toda informação solicitada abaixo para assegurar que os seus requerimentos dêem uma declaração completa dos fatos (ver Artigo 2 (1), segunda sentença do Regulamento).

Os requerimentos ou notificações feitos no formulário A/B emitidos por parte da EFTA são igualmente válidos. Entretanto, se os acordos, decisões ou prá-

ticas planejadas recaírem somente sob os termos dos Artigo 85 ou 86 do Tratado da EC, isto é, não tiverem relevância na EEA, é prudente usar o presente formulário estabelecido pela Comissão.

D. Quais capítulos do formulário devem ser completados?

A parte operacional deste formulário é subdividida em quatro capítulos. Empresas que desejem fazer um requerimento por uma aprovação negativa ou uma notificação devem completar os Capítulos I, II e IV. Uma exceção a esta regra é estabelecida para os casos onde o requerimento ou a notificação sejam relacionados a um acordo concernente à criação de uma joint venture de caráter estrutural se as partes desejam se beneficiar de um procedimento acelerado. Nesta situação, os Capítulos I, III e IV devem ser completados.

Em 1992, a Comissão anunciou que esta havia adotado novas regras administrativas internas, as quais estabeleciam que certos requerimentos e notificações - aquelas de joint ventures, as quais são estruturais por natureza - iriam ser lidadas dentro de um limite de prazo fixado. Em tais casos, os serviços da Comissão irão, dentro de dois meses do recebimento da notificação completa do acordo, informar as partes por escrito dos resultados da análise inicial do caso e, como apropriado, a natureza e a provável duração do procedimento administrativo o qual eles intencionam se engajar.

Os conteúdo desta carta pode variar de acordo com as características do caso sobre investigação:

-em casos em que não são posicionados quaisquer problemas, a Comissão irá enviar uma carta de conforto confirmando a compatibilidade do acordo com o Artigo 85 (1) ou (3),

-se uma carta de conforto não pode ser enviada porque há a necessidade de estabelecer o caso por uma decisão formal, a Comissão irá informar às empresas interessadas de sua intenção em adotar uma decisão concedendo ou rejeitando a isenção,

-se a Comissão tem sérios problemas quanto à compatibilidade do acordo com as regras de competição, esta irá enviar uma carta às partes, dando a notícia de um exame profundo o qual pode, dependendo do caso, resultar em

uma decisão proibindo, isentando o assunto, a condições e obrigações, ou simplesmente isentando o acordo em questão.

Este novo procedimento acelerado, aplicável desde 1º de Janeiro de 1993, é baseado inteiramente no princípio de auto-disciplina. O prazo limite de dois meses para a notificação completa - intencionada para o exame inicial do caso - não constitui um termo regulamentado e não é de maneira alguma legalmente obrigatório. Entretanto, a Comissão irá fazer o melhor possível para ater-se a este. A Comissão reserva-se o direito, além disso, de estender este procedimento acelerado à outras formas de cooperação entre as empresas.

Uma joint venture de natureza estrutural é aquela que envolve uma mudança importante na estrutura e organização dos ativos das partes do acordo. Isto pode ocorrer porque a joint venture adquire negócio ou estende as atividades existentes das companhias subsidiárias, ou porque esta empreende novas atividades em seu favor. Tais operações são caracterizadas pelo compromisso de significância financeira, material e/ou bens não tangíveis tais como direitos de propriedade intelectual e know-how. As joint ventures estruturais estão, portanto, normalmente intencionadas a operar em bases de médio ou longo prazo.

Esta concepção inclui certas joint ventures de “funções parciais” as quais compreendem uma ou várias funções específicas dentro das atividades das empresas subsidiárias sem acesso ao mercado, em particular pesquisa e desenvolvimento e/ou produção. Esta também abrange aquelas joint ventures de “função completa”, as quais concedem ascensão para a coordenação do comportamento competitivo de empresas independentes, em particular entre as partes para a joint venture ou entre estas e a joint venture.

Com o escopo de respeitar o limite interno de prazo, é importante de que a Comissão tenha disponível, na notificação, toda a informação relevante às partes notificantes necessárias para avaliar o impacto da operação na competição. O Formulário A/B, portanto, contém uma seção especial (Capítulo III) a qual deve ser completada somente por pessoas que estejam notificando uma joint venture de caráter estrutural que desejam se beneficiar do procedimento acelerado.

As pessoas notificando joint ventures de caráter estrutural que desejam reivindicar o benefício do acima mencionado procedimento acelerado devem, portanto, preencher os Capítulos I, III e IV deste formulário. o Capítulo III contém uma série de questões detalhadas necessárias para a Comissão avaliar

o(s) mercado(s) relevante(s) e a posição das partes para a joint venture neste(s) mercado(s).

Quando as partes não desejarem reivindicar o benefício de um procedimento acelerado para as suas joint ventures de carácter estrutural, estas devem preencher os Capítulos I, II e IV deste formulário. O Capítulo II contém um campo muito mais limitado de questões no(s) mercado(s) relevante(s) e a posição das partes para a operação em questão neste(s) mercado(s), mas suficiente para permitir que a Comissão inicie seu exame e investigação.

E. A necessidade de uma informação completa

O recebimento de uma notificação válida pela Comissão tem duas consequências principais. Primeiro, esta permite a imunidade de multas a partir da data em que a notificação válida é recebida pela Comissão, com respeito aos requerimentos feitos para obter isenção (ver Artigo 15 (5) do Regulamento n.º 17). Segundo, até o recebimento da notificação válida, a Comissão não pode conceder uma isenção conforme o Artigo 85 (3) do Tratado EC e/ou Artigo 53 (3) do Acordo da EEA, e qualquer isenção que seja concedida apenas torna-se efetiva a partir da data do recebimento de uma notificação válida⁷¹. Por conseguinte, quando não há obrigação legal de notificar como tal, a não ser que e até que um acordo o qual coincida com o enunciado do Artigo 85 (1) e/ou o Artigo 53 (1) não tenha sido modificado e não é, portanto, capaz de ser isento. Este deve ser declarado nulo por uma corte nacional, conforme o Artigo 85 (2) e/ou Artigo 53(2)⁷².

Quando uma empresa reivindica o benefício de uma de isenções em blocos por recurso a uma oposição, o período dentro do qual a Comissão precisa se opor à isenção por categoria somente se aplica a partir da data em que uma notificação válida é recebida. É também verdade o prazo de dois meses imposto nos serviços da Comissão para uma análise inicial de solicitações para uma aprovação negativa e notificação relacionada uma joint venture cooperativa, de carácter estrutural, a qual se beneficia de um procedimento acelerado.

⁷¹ Questão à qualificação fornecida pelo Artigo 4 (2) do Regulamento nº17.

⁷² Para posteriores detalhes das consequências da não notificação, ver a nota da Comissão em cooperação entre as Cortes nacionais e a Comissão (OJ No C39, 13.2.1993, p.6).

Um requerimento válido ou notificação para este propósito significa que esta não está incompleta (ver Artigo 3 (1) do Regulamento). Tal fato está sujeito a duas qualificações. Primeiro, se a informação ou documentos requisitados por este formulário não estão razoavelmente disponíveis para V.Sa., em parte ou como um todo, a Comissão irá aceitar que uma notificação é completa e, por conseguinte, válida entretanto, ao falhar de prover tal informação, contanto que V.Sa. forneça razões para a não disponibilidade da informação, e fornecer as suas melhores estimativas para os dados faltantes, juntamente com as fontes para a avaliação. Indicações de onde quaisquer informações solicitadas ou documentos estejam indisponíveis para V.Sa. poderiam ser obtidas pela Comissão devem ser também fornecidas. Segundo, a Comissão somente requisita a submissão de informação relevante ou necessária para a sua investigação na operação notificada. Em alguns casos, nem todas as informações requisitadas por este formulário serão necessárias para este propósito. A Comissão pode, portanto, dispensar a obrigação de fornecer certas informações requisitadas por este formulário (ver Artigo 3 (3) do Regulamento). Esta disposição permite, quando apropriado, cada requerimento ou notificação de ser feita para cada caso, então somente a informação estritamente necessária para o exame da Comissão é fornecida. Isto evita que atos administrativos seja impostos a empresas, em particular às de pequeno e médio porte. Quando as informações ou documentos solicitados por este formulário não são providos por esta razão, o requerimento ou notificação deve indicar as razões as quais porque a informação é considerada desnecessária para a investigação da Comissão.

Quando a Comissão achar que as informações contidas no requerimento ou na notificação são incompletos sob um ponto de vista material, está irá, dentro de um mês do recebimento, informar ao requerente ou a parte notificante, por escrito, deste fato e da natureza da informação faltante. Em tais casos, o requerimento ou notificação devem tornar-se efetivos na data em que a informação completa é recebida pela Comissão. Se a Comissão não informar ao notificante ou a parte notificada dentro do período de um mês que o requerimento ou notificação encontram-se incompletos de um ponto de vista material, o requerimento ou notificação serão julgados completos e válidos (ver Artigo 4 do Regulamento).

É também importante que as empresas informem à Comissão acerca de mudanças importantes na situação de fato, incluindo aquelas que se tornaram conhecidas depois que o requerimento ou notificação tenham sido apresentados. A Comissão deve, portanto, ser informada imediatamente de quaisquer mudanças no acordo, decisão, ou prática os quais sejam objeto de um requere-

rerimento ou notificação (ver Artigo 4 (3) do Regulamento). A falta de informação a Comissão de tais mudanças relevantes podem resultar em qualquer decisão de aprovação negativa sem efeito ou na retirada de qualquer decisão⁷³ de isenção adotada pela Comissão nas bases de notificação.

F. A necessidade por informação precisa

Em complemento à solicitação de que o requerimento ou a notificação sejam completos, é importante que V.Sa. assegure que a informação fornecida é correta, precisa (ver Artigo 3 (1) do Regulamento). O Artigo 15 (1) (a) do Regulamento n.º 17 estatui que a Comissão pode, por decisão, impor às empresas ou associações de empresas multas de mais de 5000 ECU quando, intencionalmente ou negligentemente, estes fornecerem informação incorreta ou desconstrada em um requerimento por aprovação negativa ou notificação. Tal informação é, além disso, considerada como incompleta (ver Artigo 4 (4) do Regulamento), então as partes não podem se beneficiar da vantagem do procedimento de oposição ou procedimento acelerado (ver acima, Ponto E).

G. Quem pode apresentar um requerimento ou uma notificação?

Qualquer uma das empresas parte do acordo, decisão ou prática do tipo descrito nos Artigos 85 ou 86 do Tratado EC e Artigos 53 e 54 do Acordo da EEA pode submeter uma solicitação por aprovação negativa, em relação ao Artigo 85 e Artigo 53, ou uma notificação requisitando uma isenção. Uma associação de empresas pode apresentar um requerimento ou uma notificação em relação às decisões tomadas ou práticas conforme a operação de associação.

Em relação aos acordos e práticas entre empresas, é prática comum que todas as partes envolvidas apresentem uma solicitação ou notificação em conjunto. Embora a Comissão fortemente recomende esta aproximação, devido ao fato de ser útil ter os pontos de vista de todas as partes diretamente interessadas no mesmo momento, isto não é obrigatório. Qualquer das partes de um acordo pode apresentar um requerimento ou notificação dentro de suas capacidades

⁷³ Ver ponto (a) do Artigo 8(3) do Regulamento N°17.

individuais, mas em tais circunstâncias a parte notificante deve informar todas as outras partes do acordo, decisão ou prática de tal fato (ver Artigo 1(3) do Regulamento). Estes podem também fornecer a eles uma cópia do formulário completo, onde relevante informação confidencial e “segredos de negócios” têm sido omitidos (ver abaixo, parte operacional, questão 1.2).

Quando um requerimento ou notificação em conjunto é apresentado, também se tornou uma prática comum nomear uma junta representativa para agir em nome de todas as empresas envolvidas, tanto em fazer a solicitação ou a notificação, como em negociar com quaisquer contatos subsequentes com a Comissão (ver Artigo 1 (4) do Regulamento). Novamente, enquanto seja útil, isto não é obrigatório, e todas as empresas conjuntamente apresentando uma solicitação ou uma notificação podem assinar esta em suas capacidades individuais.

H. Como apresentar um requerimento ou uma notificação

Os requerimentos e notificações podem ser apresentados em quaisquer das línguas oficiais da Comunidade Européia ou de um Estado da EFTA (ver Artigo 2 (4) e (5) do Regulamento). Para assegurar um rápido procedimento, é recomendado, entretanto, em caso de um requerimento ou notificação para a Autoridade de Vigilância da EFTA, uma das línguas oficiais de um Estado da EFTA ou a linguagem usual da Autoridade de Vigilância da EFTA, a qual é inglês, ou, em caso de um requerimento ou notificação para a Comissão, uma das línguas oficiais da Comunidade ou a língua oficial da Autoridade de Vigilância da EFTA. Esta língua será, daqui em diante, a língua do procedimento para a parte requerente ou notificante.

O Formulário A/B não é um formulário para ser preenchido. As empresas devem simplesmente fornecer a informação solicitada por este formulário, usando as suas seções e números de parágrafos, assinando uma declaração como instituído pela Seção 19 abaixo, e anexando a documentação de suporte requisitada.

Os documentos de suporte devem ser apresentados na sua língua original; quando não há uma língua oficial da Comunidade, estes devem ser traduzidos para a língua do procedimento. Os documentos de suporte devem ser originais ou cópias dos originais (ver Artigo 2 (4) do Regulamento).

Todas as informações solicitadas deste formulário devem, a não ser que contrariamente estabelecido, relatar ao ano calendário anterior do requerimento ou notificação. Quando a informação não está razoavelmente disponível nestes termos (por exemplo, se os períodos de contabilidade usados não são baseados no ano atual, ou a cifra do ano anterior não está ainda disponível) a mais recente informação disponível deve ser fornecida e razões explicando porque as cifras nestes termos do ano anterior do requerimento ou notificação não podem ser fornecidas.

Os dados financeiros podem ser fornecidos na unidade monetária na qual a perícia contábil oficial da(s) empresa(s) interessada(s) está(estão) preparada(s) ou em ECUs. No último caso, a taxa de câmbio usada para a conversão deve ser estabelecida.

Dezessete cópias de cada requerimento ou notificação, mas somente três cópias de todos os documentos de suporte devem ser fornecidos (ver Artigo 2 (2) do Regulamento).

O requerimento ou notificação deve ser enviada para:

Comissão das Comunidades Européias,

Diretório-Geral para Competição (DG IV),

The Registrar,

200, Rue de la Loi,

B-1049 Bruxelas.

ou ser entregue em mãos durante os dias de trabalho da Comissão e horário oficial de trabalho no seguinte endereço:

Comissão das Comunidades Européias,

Diretório Geral para Competição (DG IV),

The Registrar,

158, Avenue de Cortenberg,

B-1040 Bruxelas.

I. Confidencialidade

O Artigo 214 do Tratado da CE, Artigo 20 do Regulamento n.º 17, Artigo 9 do Protocolo 23 para O Acordo da EEA, Artigo 122 do Acordo da EEA ou Artigos 20 e 21 do Capítulo II do Protocolo 4 para o Acordo entre os Estados da EFTA no estabelecimento da Autoridade de Vigilância e de uma Corte de Justiça solicita a Comissão, os Estados Membros, a Autoridade de Vigilância da EEA e Estados da EFTA para não revelar informação do tipo coberta pela obrigação profissional de segredo. Por outro lado, o Regulamento n.º 17 requisita a Comissão a publicar um resumo do requerimento ou notificação, se este intencionar tomar uma decisão favorável. Nesta publicação, a Comissão “... deve ter respeito pelo interesse legítimo das empresas na proteção de seus ‘segredos de negócios’” (Artigo 19 (3) do Regulamento n.º 17; ver também Artigo 21 (2) em relação à publicação de decisões). Neste sentido, se uma empresa acredita que os seus interesses iriam ser prejudicados se qualquer das informações que lhe foi solicitado fornecer estavam para ser publicadas ou, de outra forma, divulgadas para outras empresas, este deve colocar tal informação em um anexo separado com cada página claramente marcada ‘segredos de negócios’. Este deve, também, dar razões do porquê qualquer informação identificada como confidencial ou secreta não deva ser divulgada ou publicada. (Ver abaixo, Seção 5 da parte operacional que requer um resumo não confidencial da notificação).

J. Procedimento Subseqüente

O requerimento ou notificação é registrado no Registro do Diretório-Geral para Competição (DG IV). A data do recebimento pela Comissão (ou a data de despacho pelo correio, se enviada por carta registrada) é a data efetiva da apresentação (ver Artigo 4 (1) do Regulamento). Entretanto, regras especiais são aplicadas a requerimentos ou notificações incompletos (ver acima, sobre Ponto E).

A Comissão acusará o recebimento de todos os requerimentos e notificações por escrito, indicando o número do caso atribuído ao arquivo. Este número deve ser usado em todas as futuras correspondências a respeito da noti-

ficação. A afirmação recebimento não pré-julga a questão se o requerimento ou notificação é válido.

Posteriores informações podem ser visadas pelas partes ou por terceiras partes (Artigos 11 ao 14 do Regulamento n.º 17) e sugestões podem ser feitas como emendas aos arranjos os quais fazem este aceitável. Igualmente, uma curta notícia preliminar pode ser publicada nas séries C do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, estatuinto os nomes das empresas interessadas, os grupos aos quais estas pertencem, os setores econômicos envolvidos e a natureza dos acordos, e incitando comentários das terceiras partes (ver abaixo, parte operacional, Seção 5).

Quando uma solicitação é feita juntamente para o propósito da solicitação do procedimento de oposição, a Comissão pode opor a concessão do benefício da isenção em bloco com respeito ao acordo notificado. Se a Comissão se opõe à reivindicação, e a menos que esta subsequente retire a sua oposição, esta notificação irá então ser tratada como um requerimento para uma isenção individual.

Se, após o exame, a Comissão tiver intenção de conceder a solicitação por aprovação negativa ou isenção, esta é obrigada (pelo Artigo 19 (3) do Regulamento nº17) a publicar um resumo e convidar terceiras partes a comentar. Subseqüentemente, a retirada de uma decisão preliminar tem que ser submetida e discutida com o Comitê Consultivo em Práticas Restritivas e Posições Dominantes, composta de oficiais das autoridades competentes dos Estados Membros, na questão das práticas restritivas e monopólios (Artigo 10 do Regulamento nº17) e assistir, quando o caso recair com o Acordo da EEA, por representantes da Autoridade de Vigilância da EFTA e dos Estados da EFTA os quais irão já ter recebido uma cópia da requisição ou da notificação. Somente então, contanto que nada tenha ocorrido para mudar a intenção da Comissão, podem adotar a decisão imaginada.

Arquivos são freqüentemente fechados sem que qualquer decisão formal tenha sido tomada, por exemplo, porque é descoberto que os acordos já estão cobertos por uma isenção de bloco, ou porque eles não clamaram por qualquer ação da Comissão, ao menos nas circunstâncias do momento. Em tais casos, cartas de conforto são enviadas. Embora não seja uma decisão da Comissão, uma carta de conforto indica como os departamentos da Comissão consideram o caso nos fatos atualmente em sua posse, o que significa que a Comissão poderia quando necessário - por exemplo, se era para ser afirmado de que um contrato foi anulado, conforme o Artigo 85 (2) do Tratado da EC

e/ou Artigo 53 (2) do Acordo da EEA - tomar uma decisão apropriada para esclarecer a situação legal.

K. Definições usadas na parte operacional deste formulário

Acordo: A palavra “acordo” é usada para se referir à todas as categorias de acordos, isto é, acordos entre empresas, decisões por associações de empresas e práticas de acordo.

Ano: Todas as referências à palavra “ano” neste formulário devem ser lidas como significando ano calendário, a não ser que contrariamente instituído.

Grupo: Um grupo de relacionamento existe para o propósito deste formulário onde uma empresa:

- possui mais da metade do capital ou bens negociais de outra empresa, ou
- possui o poder de exercer mais da metade dos direitos votantes em outra empresa, ou
- tem o poder de nomear mais da metade dos membros da junta supervisória, junta de diretores, ou corpos legalmente representando a empresa, ou
- tem o direito de gerência dos negócios de outra empresa.

Uma empresa que é conjuntamente controlada por diversas outras empresas (joint venture) forma parte do grupo de cada uma destas empresas.

Mercado de produto relevante: as questões 6.1 e 11.1 deste formulário solicitam que empresas ou indivíduos que estão apresentando a notificação para definir o produto relevante e/ou mercado(s) de serviço(s) que são igualmente afetáveis pelo acordo em questão. Esta(s) definição(definições) é (são) então usada(s) como base para um número de outras questões contidas neste formulário. A definição (definições) conseqüentemente submetida pelas partes solicitantes são referidas neste formulário como mercado(s) de produto(s) relevante(s). Estas palavras podem se referir a mercado de produtos ou de serviços.

Mercado geográfico relevante: as questões 6.2 e 11.2 deste formulário solicitam que empresas ou indivíduos que estão apresentando a notificação para definir o mercado geográfico relevante que são igualmente afetáveis pelo acordo em questão. Esta definição é então usada como base para um número de outras questões contidas neste formulário. A definição então submetida pelas partes solicitantes são referidas neste formulário como mercado(s) geográfico relevante.

Mercado geográfico e de produto relevante: por virtude da combinação de suas respostas às questões 6 e 11, as partes fornecem as suas definições de mercado(s) relevante(s) afetado(s) pelo acordo comunicado. Esta(s) definição (definições) é (são) então usada(s) como base para um número de outras questões contidas neste formulário. A definição (definições) então submetida(s) pelas partes solicitantes é(são) referida(s) neste formulário como mercado geográfico e de produtos relevantes.

Notificação: este formulário pode ser usado para fazer um requerimento para a aprovação negativa e/ou notificação requerendo uma isenção. A palavra “notificação” é usada para se referir a um pedido ou a uma solicitação.

Partes e parte notificada: a palavra “parte” é usada para se referir à todas as empresas que são partes do acordo que está sendo notificado. Como uma notificação pode ser submetida por somente uma das empresas, as quais são partes de um acordo, “parte notificada” é usada para se referir somente à empresa ou às empresas que estão submetendo a notificação.

PARTE OPERACIONAL

ESTEJA CERTO DE QUE A PRIMEIRA PÁGINA DE SEU REQUERIMENTO OU NOTIFICAÇÃO CONTÉM AS PALAVRAS: ‘REQUERIMENTO PARA A AUTORIZAÇÃO/NOTIFICAÇÃO NEGATIVA, DE ACORDO COM A FORMA A/B’

CAPÍTULO I

**Seções concernentes às partes, seus grupos e o acordo
(a ser completado por todas as notificações)**

Seção 1

Identidade das empresas ou pessoas que apresentam a notificação

1.1. Por favor listar as empresas em nome das quais a notificação está sendo apresentada e indicar sua denominação legal ou nome comercial, abreviado ou comumente utilizado como apropriado (se este diferir da denominação legal).

1.2. Se a notificação está sendo apresentada em nome de apenas uma ou algumas das empresas que são parte no acordo a ser notificado, por favor confirmar se as empresas remanescentes foram informadas de tal fato e indicar se elas receberam uma cópia da notificação, com informações confidenciais relevantes e segredos profissionais anulados¹ (Em tais circunstâncias uma cópia da versão editada da notificação providenciada para tais empresas deve ser anexada a esta notificação.)

1.3. Se uma notificação conjunta está sendo apresentada, existe um representante conjunto² sendo indicado³ ?

Se a resposta é afirmativa, por favor indicar os detalhes solicitados nos itens 1.3.1 a 1.3.3 abaixo.

Se a resposta é negativa, por favor indicar as características de quaisquer representantes que tenham sido autorizados a agir por uma ou ambas as partes, do acordo indicando quem eles representam.

1.3.1. Nome do representante.

1.3.2. Endereço do representante.

1.3.3. Número do telefone e do fax do representante.

¹ A Comissão está ciente de que em casos excepcionais pode não ser praticável informar as partes não notificadas ao acordo notificado do fato de que ele tem sido notificado, ou providenciar a elas uma cópia da notificação. Este pode ser o caso, por exemplo, onde o acordo padrão está sendo notificado que é concluído com um grande número de empresas. Quando este for o caso, deve-se indicar as razões pelas quais não é praticável seguir com o procedimento padrão adotado nesta questão.

² Nota: Para as propostas desta questão um representante significa um indivíduo ou empresa formalmente apontado para efetuar a notificação ou requerimento no interesse da parte ou das partes que se submetem à notificação. Isto deve ser distinto da situação em que a notificação é assinada por um funcionário da companhia ou companhias em questão. Na última situação, nenhum representante é indicado.

³ Nota: Não é obrigatório apontar representantes para o propósito de completar e/ou submeter esta notificação. Este caso apenas requer a identificação dos representantes onde as partes notificadoras tenham escolhido apontá-los.

1.4. Nos casos em que um, ou mais de um, representante tenha sido apontado, uma autoridade a agir em nome da(s) empresa(s) que se submeteram à notificação deve acompanhar a notificação.

Seção 2

Informações a respeito das partes do acordo e os grupos que elas pertencem

2.1. Indicar o nome e o endereço das partes do acordo que está sendo notificado, e o país de sua incorporação.

2.2. Indicar a natureza do negócio de cada uma das partes ao acordo que está sendo notificado.

2.3. Para cada parte do acordo, dar o nome de uma pessoa que pode ser contatada, juntamente com seu nome, endereço, número de telefone, número do fax e sua posição na empresa.

2.4. Identificar os grupos corporativos nos quais as partes do acordo que está sendo notificado pertencem. Estabelecer os setores onde estes grupos são ativos, e o faturamento mundial de cada grupo⁴.

Seção 3

Problemas procedimentais

3.1. Por favor informar se alguma submissão formal foi feita a qualquer outra autoridade de concorrência, em relação ao assunto em questão. Se a resposta é afirmativa, indicar quais autoridades, os indivíduos ou departamentos em questão, e a natureza do contato. Adicionalmente, mencionar quaisquer procedimentos recentes ou contatos informais com qualquer autoridade ou corte nacional na Comunidade ou na EFTA concernente a estes ou outros acordos relacionados a eles.

3.2. Por favor, resumir quaisquer razões para qualquer demanda que o caso envolva sobre assunto de extrema urgência.

⁴ Para o cálculo da mudança nos setores bancário e de seguros veja o Artigo 3 do Protocolo 22 do Acordo EEA.

3.3.A Comissão estabeleceu que quando as notificações não tenham particular significância política, econômica ou legal para a Comunidade, elas normalmente serão negociadas por meio de *carta de conforto*⁵. Informar se há satisfação a respeito da carta de conforto. Se for considerado que esta é inapropriada para negociar com o acordo notificado desta maneira, por favor explicar as razões para esta visão.

3.4.Dizer se há a intenção de produzir suportes fáticos adicionais ou argumentos ainda não disponíveis, se existem, em quais pontos⁶.

Seção 4

Detalhes completos sobre os acordos

4.1 Por favor, resuma a natureza, conteúdo e objetivos pretendidos pelo acordo a ser notificado.

4.2 Detalhar qualquer dispositivo contido nos acordos que pode restringir às partes sua liberdade de tomar decisões comerciais independentes, com relação a, por exemplo:

- preço de compra ou venda, descontos ou outras condições de comércio,
- quantidade de bens a serem fabricados ou distribuídos ou serviços oferecidos,
- desenvolvimento técnico ou investimento,
- escolha por mercados ou fontes de fornecimento,
- compra ou venda a terceiros,
- possibilidade de aplicação de prazos similares para o fornecimento de mercadorias ou serviços equivalentes,
- possibilidade de oferecimento de diferentes serviços junto ou separadamente.

⁵ Veja o parágrafo 14 da notícia sobre a cooperação entre as cortes nacionais e a Comissão na aplicação dos Artigos 85 e 86 do Tratado da Comunidade Europeia (OJ No C 39, 13.2.1993, p. 6).

⁶ Nota: Tão logo as partes notificadoras providenciem as informações requisitadas por esta forma sejam razoavelmente disponíveis a elas ao tempo da notificação, o fato de que as partes pretendem providenciar adicionais suportes fáticos ou documentação em curso não previne a notificação válida ao tempo da notificação e, no caso de joint ventures estruturais onde o procedimento acelerado está sendo reclamado, o prazo de dois meses começa a correr.

Caso V.Sa. esteja reivindicando o benefício do procedimento de oposição, identifique nesta lista as restrições que excedem àquelas automaticamente, isentas pela regulamentação aplicável.

4.3 Estabeleça entre quais Estados Membros da Comunidade e/ou Estados da EFTA⁷ o comércio pode ser afetado pelos arranjos. Por favor dê razões para a sua resposta a estas questões, informando dados dos fluxos comerciais quando pertinente. Além disso, por favor estabelecer se o comércio entre a Comunidade ou o território da EEA e qualquer outro país é afetado, dando novamente razões para sua resposta.

Seção 5

Resumo não confidencial

Logo em seguida ao recebimento da notificação, a Comissão deve publicar breve nota manifestando aceitação da opinião de terceiros sobre o acordo em questão⁸. Como o objetivo pretendido pela Comissão ao publicar uma nota preliminar informal é receber comentários de terceiros, o mais rápido possível, quando do recebimento da notificação, tal nota é usualmente publicada sem ser primeiro dada às partes notificadas para seus comentários. Esta seção requer a informação para ser usada em um aviso preliminar informal no caso da Comissão decidir emitir um. Portanto, é importante que suas contestações a estas questões não contenham qualquer segredo profissional ou outra informação confidencial.

1. Indique os nomes das partes ao acordo notificado e os grupos de empresas aos quais pertencem.
2. Dê um pequeno resumo sobre a natureza e objetivos do acordo. Como referência, o resumo não deve exceder o limite de 100 palavras.
3. Identifique as seções de produtos afetadas pelo acordo em questão.

⁷Ver lista no anexo II.

⁸ Um exemplo de tal notícia é mostrado no anexo I para este formulário. Tal notícia deve ser distinguida de uma notícia formal publicada conforme Artigo 19 (3) do Regulamento nº 17. Uma notícia do Artigo 19 (3) é relativamente detalhada e fornece uma indicação da aproximação atualmente usada pela Comissão no caso em questão. A Seção 5 somente procura informações, as quais serão usadas em uma curta notícia preliminar, e não uma notícia publicada conforme o Artigo 19 (3).

CAPÍTULO II

Seção concernente ao mercado relevante (para ser completada por todas as notificações exceto àquelas referentes à joint ventures estruturais para as quais é pleiteado tratamento acelerado)

Seção 6

O mercado relevante

Um mercado relevante de produtos compreende todos os produtos e/ou serviços, os quais são considerados como intercambiáveis ou substituíveis pelo consumidor, em razão das características dos produtos, seus preços e as suas intenções de uso.

Os fatores seguintes são normalmente considerados relevantes para a determinação do mercado relevante de produto e deve ser levado em conta nesta análise⁹:

- o grau de similaridade física entre os produtos/serviços em questão,
- quaisquer diferenças no uso final ao qual os produtos são postos,
- diferenças de preços entre dois produtos,
- o custo de troca entre dois produtos potencialmente competitivos,
- preferências do consumidor estabelecidas ou arraigar, por um tipo ou categoria de produto sobre outro,
- classificações de produtos em toda a indústria (classificações mantidas pelas associações de comércio).

O mercado geográfico relevante compreende a área na qual as empresas interessadas estão envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços, nas quais as condições de competição são suficientemente homogêneas e as quais podem ser distinguidas de áreas vizinhas pois, em particular, as condições de competição são apreciavelmente diferentes nestas áreas.

Os fatores relevantes à avaliação do mercado geografico relevante inclui¹⁰ a natureza e as características dos produtos ou serviços concernentes, a existên-

⁹ Esta lista não é, entretanto, esautiva, e as partes notificantes podem se referir à outros fatores.

cia de barreiras de entrada ou preferências do consumidor, diferenças apreciáveis da divisão de mercados das empresas ou diferenças substanciais de preço entre as áreas próximas, e os custos de transporte.

6.1.A respeito do citado acima, por favor explique a definição do mercado relevante para produto ou mercados que, em sua opinião, devem formar as bases da análise da Comissão da notificação.

Em sua resposta, por favor, dê razões para o pressuposto ou decisão, e explique como os fatores descritos acima foram tomados juntamente ao relato. Em particular, por favor, relate os produtos específicos ou serviços diretamente ou indiretamente afetados pelo acordo notificado e identifique as categorias de bens vistos como substituíveis em sua definição de mercado.

Nas questões abaixo, esta (ou estas) definição (ões) será (serão) referida(s) como ‘mercado(s) de produto relevante’.

6.2.Por favor, explique a definição de mercado geográfico relevante ou mercados que, em sua opinião, devem formar as bases da análise da Comissão da notificação. Em sua resposta, por favor dê razões para o pressuposto ou decisão, e explique como os fatores descritos acima foram tomados juntamente ao relato. Em particular, por favor, identifique os países, em quais as partes são ativas no mercado (s) de produto relevante, e considerando o mercado geográfico relevante a ser mais abrangente que os Estados Membros individuais da Comunidade ou EFTA, onde as partes do acordo são ativas, dê suas razões.

Nas questões abaixo, esta (ou estas) definição (ões) será (serão) referidos como ‘mercado(s) geográfico(s) relevante(s)’.

Seção 7

Membros do grupo operando no mesmo mercado que as partes

7.1.Para cada uma das partes do acordo que está sendo notificada, forneça uma lista de todas as empresas pertencentes ao mesmo grupo que são:

7.1.1.ativas no(s) mercado(s) de produto(s) relevante(s);

¹⁰ Esta lista não é, entretanto, esautiva, e as partes notificantes podem se referir à outros fatos.

7.1.2.ativas em mercado(s) vizinho(s) ao mercado(s) de produto(s) relevante(s) (por exemplo ativas em produtos e/ou serviços que representem substitutos imperfeitos ou parciais para aqueles incluídos em sua definição de mercado de produto relevante);.

Tais empresas devem ser identificadas mesmo se venderem o produto ou serviço em questão em outra área geográfica onde as partes do acordo notificado operam. Por favor, liste o nome, local da sede, o exato produto produzido e alcance geográfico de operação de cada membro do grupo.

Seção 8

A posição das partes no mercado de produto relevante afetado

Informações requisitadas nesta seção devem ser fornecidas pelos grupos das partes como um todo. Não é suficiente fornecer a informação somente em relação a empresas individuais diretamente relacionadas pelo acordo.

8.1.Em relação a cada mercado de produto relevante identificado na sua resposta da questão 6.1., por favor forneça as seguintes informações:

8.1.1.participação de mercado das partes no mercado geográfico relevante durante os últimos três anos;

8.1.2.quando diferente, as participação de mercado das partes na: (a) território EEA como um todo, (b) a Comunidade, (c) o território dos estados EFTA e (d) cada Estado Membro da EC e cada Estado do EFTA durante os últimos três anos¹¹. Para esta seção, onde as participações de mercado são menores que 20%, por favor indique em qual das seguintes bandas se encaixa: 0 a 5%, 5 a 10%, 10 a 15%, 15 a 20%.

Para o propósito de responder a estas questões, as participações de mercado podem também ser calculadas sobre as bases do valor ou do volume. Devem

¹¹ por exemplo, onde o mercado geográfico relevante tenha sido definido como mundial estas figuras devem ser dadas a respeito da EEA, a Comunidade, o território dos Estados da EFTA e cada Estado Membro da EC. Onde o mercado geográfico relevante tenha sido definido como a Comunidade, estas figuras devem ser dadas pela EEA, o território dos Estados da EFTA e cada Estado Membro da EC. Onde o mercado tenha sido definido como nacional, estas figuras devem ser dadas pela EEA, a Comunidade e o território dos Estados da EFTA.

ser dadas justificativas para os números fornecidos. Então, para cada resposta, deve ser declarado o valor/volume total do mercado, juntamente com a venda/faturamento de cada uma das partes em questão. A fonte ou as fontes das informações devem também ser fornecidas (por exemplo: estatísticas oficiais, estimativas, etc.), e quando possível, cópias dos documentos, dos quais as informações foram obtidas, devem ser fornecidas.

Seção 9

A posição dos competidores e clientes no mercado de produto relevante

As informações requisitadas nesta seção devem ser fornecidas para o grupo das partes como um todo e não em relação a empresas individuais diretamente relacionadas pelo acordo notificado.

Para todos os mercados de produtos relevantes e mercados geográficos relevantes, nos quais as partes possuem uma participação de mercado conjunto, excedendo 15%, as seguintes questões devem ser respondidas.

9.1. Por favor, identifique os cinco principais competidores das partes. Por favor, identifique a empresa e dê sua melhor estimativa quanto a sua participação de mercado no mercado geográfico relevante. Por favor, forneça também endereço, telefone e número de fax, e, se possível, o nome da pessoa de contato para cada empresa identificada.

9.2. Por favor, identifique os cinco principais compradores de cada uma das partes. Nome da empresa, endereço, telefone e número de fax, juntamente com o nome da pessoa de contato.

Seção 10

Mercado de entrada e competição potencial em termos geográficos e de produto

Para todos os mercados de produtos relevantes e geográficos, nos quais as partes possuam uma participação de mercado em conjunto excedendo 15%, as seguintes questões devem ser respondidas:

10.1. Descreva os vários fatores que influenciam a entrada em termos de produto no mercado de produto relevante que existe no caso presente (por exem-

plo: quais barreiras existem para impedir a entrada de empresas que não fabricam bens, atualmente, no mercado de produto relevante).

-até que ponto a entrada aos mercados é influenciada pela exigência da autorização do governo ou determinação padrão? Há algum controle legal ou regulatório na entrada destes mercados?

-até que ponto é a entrada aos mercados influenciada pela disponibilidade de matéria-prima?

-até que ponto a entrada aos mercados é influenciada pela duração de contratos entre uma empresa e seus fornecedores e/ou clientes?

-descrever a importância de pesquisa e desenvolvimento e em particular a importância de licença patentes, “know-how” e outros direitos nestes mercados.

10.2. Descrever os vários fatores que influenciam na entrada, em termos geográficos, no(s) mercado(s) geográfico relevante(s) que existe no presente caso (ex. quais barreiras existem para impedir empresas que já estão produzindo e/ou comercializando produtos dentro do mercado(s) de produto relevante(s) mas em áreas fora do mercado(s) geográfico relevante(s), estendendo o alcance de suas vendas ao(s) mercado(s) geográfico relevante(s)?). Por favor dê razões à sua resposta, explicando, quando relevante, a importância dos seguintes fatores:

-barreiras comerciais impostas por lei, como tarifas, quotas, etc.,

-especificações locais ou exigências técnicas,

-políticas de compra,

-a existência de distribuição local adequada e disponível e instalações de venda,

-custos de transporte,

-preferências arraigadas do consumidor por marcas locais ou produtos,

-idioma.

10.3. Novas empresas têm ingressado no(s) mercado(s) de produto relevante(s) nas áreas geográficas onde as partes têm vendido nos últimos três anos? Por favor forneça esta informação com respeito a ambas, novas empresas que têm ingressado em termos de produtos e em termos geográficos. Se tais entradas têm ocorrido, por favor identifique a(s) empresa(s) em questão (nome, endereço, números de telefone e fax, e, quando possível, pessoa para contato), e fornecer sua melhor estimativa da participação de mercado no(s) mercado(s) geográfico de produto e relevante(s).

Capítulo III

Seção concernente ao mercado relevante apenas para *joint ventures* estruturais para as quais é exigido tratamento acelerado

Seção 11

O mercado relevante

Um mercado de produto relevante abrange todos aqueles produtos e/ou serviços que são considerados como intercambiáveis ou substituíveis pelo consumidor, em razão das características dos produtos, seus preços e seu uso futuro.

Os fatores a seguir são normalmente considerados como relevantes¹² para a determinação do mercado de produto relevante e devem ser levados em conta nesta análise:

- o grau de similaridade física entre o produto/serviço em questão,
- qualquer diferença no uso final no qual os bens são colocados,
- diferenças de preço entre dois produtos,
- o custo de troca entre dois produtos potencialmente concorrentes,
- preferência do consumidor estabelecida ou arraigada por um tipo ou categoria de produto em relação a outro,

¹² Esta lista não é, contudo, exaustiva, e a notificação às partes pode se referir a outros fatores.

-classificação diferente ou similar da indústria ampla (ex. classificações mantidas por associações de comércio).

O mercado geográfico relevante compreende a área na qual as empresas em questão estão envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços, no qual as condições de competição são suficientemente homogêneas e que podem ser distinguidas das áreas vizinhas porque, em particular, condições de competição são marcadamente diferentes nessas áreas.

Fatores importantes à avaliação do mercado geográfico relevante incluem¹³ a natureza e características dos produtos e serviços em questão, a existência de barreiras de entrada ou preferências do consumidor, diferenças apreciáveis da parcela de mercado das empresas ou diferença substancial de preço entre áreas vizinhas, e custos de transporte.

Parte 11.1

A análise do mercado relevante das partes notificadas

11.1.1. À luz do acima mencionado, por favor explicar a definição de mercado relevante de produto ou mercados que na opinião das partes devem formar a base da análise da Comissão da notificação.

Na sua resposta, por favor dê razões para suposições ou decisões, e explicar como os fatores descritos acima têm sido levados em conta.

Nas questões mencionadas abaixo, esta(s) definição(ões) se referirá(ão) aos “mercados de produto relevantes”.

11.1.2. Por favor explique a definição do mercado geográfico relevante ou mercados que na opinião das partes devem formar as bases da análise da Comissão da notificação.

Na sua resposta, por favor dar razões para suposições ou decisões, e explicar como os fatores delineados acima têm sido levados em conta.

Parte 11.2

¹³ Esta lista não é, contudo, exaustiva, e a notificação às partes pode se referir a outros fatores.

Questões do mercado de produto relevante e mercado geográfico relevante

Respostas às questões a seguir possibilitarão à Comissão verificar se as definições do produto e do mercado geográfico, destacados por V.Sa. na Seção 11.1, são compatíveis com as definições acima mencionadas.

Definição de mercado de produto

11.2.1. Liste os produtos específicos ou serviços direta ou indiretamente afetados pelo acordo que está sendo notificado.

11.2.2. Liste as categorias de produtos e/ou serviços que são, na opinião das partes notificantes, substitutos econômicos similares para aqueles identificados na resposta à questão 11.2.1. Quando mais de um produto ou serviço for identificado na resposta às questões 11.2.1, uma lista para cada produto tem de ser fornecida para esta questão.

Os produtos identificados nesta lista devem ser ordenados por seu grau de substituíbilidade, primeiro listando o mais perfeito substituto para os produtos das partes, terminando com o menos perfeito substituto¹⁴.

¹⁴

Substituto econômico próximo; mais perfeito substituto; menos perfeito substituto estas definições são apenas relevantes para aqueles extraídos do Capítulo III da forma (ex. aqueles *joint ventures* estruturais requerendo o procedimento acelerado). Para qualquer produto dado (para os propósitos desta definição “produto” é usado em referência a produtos e serviços) uma série de substitutos existe. Esta série é formada por todos os possíveis substitutos para o produto em questão, ex. todos aqueles produtos que irão, por uma maior ou menor extensão, suprir as necessidades do consumidor em questão. Os substitutos irão em ordem dos mais próximos (ou perfeitos) produtos (aqueles pelos quais os consumidores irão trocar imediatamente no caso de, por exemplo, ser acrescido um pequeno aumento de preço ao produto em questão) para os mais distantes (ou imperfeitos) substitutos (produtos pelos quais os consumidores somente iriam trocar no caso de haver uma grande diferença de preço em relação ao produto em questão). Quando definindo o mercado relevante, e calculando participações de mercado, a Comissão apenas leva em conta substitutos econômicos próximos do produto em questão. Substitutos econômicos próximos são aqueles pelos quais os consumidores trocariam em resposta a um pequeno mas significativo aumento de preço do produto em questão (diria-se 5%). Isto possibilita a Comissão avaliar o poder de mercado das companhias notificadas no contexto de um mercado relevante composto por aqueles produtos cujos consumidores dos produtos em questão poderiam pronta e facilmente substituir.

Por favor explique como os fatores relevantes para a definição do mercado de produto relevante têm sido levados em conta ao se preparar esta lista e colocar os produtos/serviços em sua ordem correta.

Definição de mercado geográfico

11.2.3. Liste todos os países nos quais as partes atuam no(s) mercado(s) de produto relevante(s). No caso de serem ativas em todos os países incluídos nos grupos de países citados ou áreas de comércio (ex. toda a Comunidade ou EFTA, países da EEA, mundialmente) é suficiente indicar a área em questão.

11.2.4. Explique a maneira pela qual as partes produzem e vendem os bens e/ou serviços em cada um destes vários países ou áreas. Por exemplo, eles fabricam localmente, eles vendem através de facilidades locais de distribuição, ou eles distribuem com exclusividade, ou sem exclusividade, importadores ou distribuidores?

11.2.5. Há fluxos de comércio significativo de bens/serviços que compõe o(s) mercado(s) de produto relevante(s) (i) entre os Estados Membros da CE (por favor especifique quais e estime o percentual total de vendas feitas por importações em cada um dos Estados Membros nos quais as partes atuam), (ii) entre todos ou parte dos Estados Membros da CE e todos ou parte dos Estados da EFTA (mais uma vez, por favor especifique e estime o percentual de vendas

Contudo, isto não significa que a Comissão falha em não levar em conta os constrangimentos no comportamento competitivo das partes em questão resultante da existência de substitutos imperfeitos (aqueles pelos quais um consumidor não poderia trocar em resposta a um pequeno mas significativo aumento de preço (diria-se 5%) pelos produtos em questão). Estes efeitos são levados em conta uma vez que tenha sido definido o mercado, e as participações de mercado sejam determinadas.

Isto é portanto importante para a Comissão ter informação considerando ambos substitutos econômicos próximos dos produtos em questão, bem como substitutos menos perfeitos.

Por exemplo, presumir duas companhias ativas no luxuoso setor de relógios que concluem um acordo de pesquisa e desenvolvimento. Ambas produzem relógios custando entre ECU 1.800 e 2.000. Substitutos econômicos próximos são provavelmente relógios em categoria igual ou similar de preço, e isto será levado em conta quando da definição do mercado relevante do produto. Relógios mais baratos, e em particular relógios de plástico disponíveis, serão substitutos imperfeitos, porque é improvável que um potencial comprador de um relógio de ECU 2.000 irá trocá-lo por um custando ECU 20 se o relógio caro teve seu preço aumentado em 5%.

feitas por importações), (iii) entre os Estados da EFTA (por favor especificar quais e estimar o percentual do total de vendas feitas por importações em cada um dos Estados que as partes atuam), e (iv) entre todo ou parte do território da EEA e outros países? (mais uma vez, por favor especifique e estime o percentual total de vendas feitas por importações.)

11.2.6. Quais empresas produtoras sediadas fora da Comunidade ou do território da EEA que vendem dentro do território da EEA, em países nos quais as partes são ativas, os produtos afetados? Como estas empresas comercializam seus produtos? Isto faz distinção entre diferentes Estados Membros da CE e/ou Estados da EFTA?

Seção 12

Membros de grupos operando nos mesmos mercados que o das partes do acordo notificado

12.1. Para cada uma das partes do acordo que está sendo notificado, forneça uma lista de todas as empresas pertencentes ao mesmo grupo que são:

12.1.1. ativas no(s) mercado(s) de produto relevante(s);

12.1.2. ativas em mercados vizinhos ao(s) mercado(s) de produto relevante(s) (ex.: ativas em produtos/serviços que representam substitutos imperfeitos ou parciais¹⁵ para aqueles incluídos em sua definição do(s) mercado(s) de produto relevante(s));

12.1.3. ativas em mercados crescentes e/ou decrescentes a julgar por aqueles inclusos no(s) mercado(s) de produto relevante(s).

Tais empresas têm de ser identificadas mesmo se elas vendem o produto ou serviço em questão em outras áreas geográficas além daquelas nas quais as partes do acordo notificado operam. Por favor liste o nome, lugar de formação da sociedade, o exato produto fabricado e o alcance geográfico de operação de cada membro do grupo.

Seção 13

A posição das partes no(s) mercado(s) de produto relevante(s)

¹⁵

Os que seguem são considerados substitutos parciais: produtos ou serviços que podem repor uns aos outros unicamente em certas áreas geográficas, somente durante parte do ano ou somente para certos usos.

A informação requerida nesta seção tem de ser fornecida pelo grupo das partes como um todo e não em relação a companhias individuais diretamente relacionadas pelo acordo notificado.

13.1. Em relação a cada mercado de produto relevante, como definido em sua resposta à questão 11.1.2, por favor forneça as informações que seguem:

13.1.1. a participação no mercado das partes no mercado geográfico relevante durante os três últimos anos;

13.1.2. quando diferentes, a participação de mercado das partes (a) no território da EEA como um todo, (b) na Comunidade, (c) no território dos Estados da EFTA e (d) cada Estado Membro da CE e Estado da EFTA durante os últimos três anos¹⁶. Para esta seção, quando a participação de mercado for menor que 20%, por favor declare simplesmente em quais das bandas a seguir se enquadra: 0 a 5%, 5 a 10%, 10 a 15%, 15 a 20 % em termos de valor e volume.

Para o propósito de responder a estas questões, a participação de mercado deve ser calculada tanto com base no valor como no volume. Os números fornecidos devem ser justificados. Assim, para cada resposta, o total de valor/volume de mercado deve ser declarado, juntamente com vendas/movimento de cada parte em questão. A fonte ou fontes da informação devem também ser dadas, e, quando possível, devem ser fornecidas cópias de documentos de onde a informação foi tirada.

13.2. Se as participações de mercado na questão 13.1 forem calculadas em base diferente da usada pela parte, o resultado das participações de mercado pode diferir em mais de 5% em qualquer mercado (ex. se as partes calcularam participações de mercado na base do volume, qual seria o número relevante se isto fosse calculado na base de valor?). Se o número diferir em mais de 5%, por favor forneça a informação requerida na questão 13.1 em ambas as bases, valor e volume.

¹⁶ ex. onde foi definido o mercado relevante geográfico como mundial, estas figuras devem ser dadas resguardando a EEA, a Comunidade, o território dos estados da AELC, e cada Estado Membro da CE e Estado da AELC. Onde o mercado geográfico relevante for definido como a Comunidade, estas figuras têm de ser dadas à EEA, ao território dos Estados da AELC, e a cada Estado Membro da CE e Estado da AELC. Onde o mercado foi definido como nacional, estas figuras têm de ser dadas à EEA, à Comunidade e ao território dos Estados da AELC.

13.3. Dê sua melhor estimativa do atual nível de capacidade de utilização das partes e da indústria em geral no(s) mercado(s) geográfico e de produto relevante(s).

Seção 14

A posição dos concorrentes e clientes no(s) mercado(s) de produto relevante(s)

A informação requerida nesta seção tem de ser fornecida pelo grupo das partes como um todo e não em relação a companhias individuais diretamente relacionadas pelo acordo notificado.

Para o (todos) mercado(s) de produto relevante(s) no(s) qual(uais) as partes têm uma participação conjunta no mercado excedendo 10% , na EEA como um todo, na Comunidade, no território da EFTA ou em qualquer Estado Membro da CE ou Estado Membro da EFTA, as seguintes questões devem ser respondidas:

14.1. Por favor, identifique os concorrentes das partes no(s) mercado(s) de produto relevante(s) que têm uma participação de mercado excedente a 10% em qualquer Estado Membro da CE, Estado da EFTA, no território dos Estados da EFTA, na EEA ou mundialmente. Por favor identifique a companhia e dê sua melhor estimativa da participação de mercado nestas áreas geográficas. Por favor também forneça o endereço, números de telefone e fax, e, se possível, o nome de uma pessoa para contato em cada uma das empresas identificadas.

14.2. Por favor descreva a natureza de demanda do mercado(s) de produto relevante(s). Por exemplo, há poucos ou muitos compradores, há diferentes categorias de compradores, agências ou departamentos do governo são importantes compradores?

14.3. Por favor identifique os cinco maiores consumidores de cada uma das partes para cada mercado(s) de produto relevante(s). Declare o nome da companhia, números de telefone e fax, juntamente com o nome de uma pessoa para contato.

Seção 15

Entrada no mercado e competição potencial

Para o (todos) mercado(s) de produto relevante(s) no(s) qual(quais) as partes têm uma participação conjunta de mercado excedendo 10%, na EEA como um todo, na Comunidade, no território da EFTA ou em qualquer Estado Membro da CE ou Estado da EFTA, as questões seguintes devem ser respondidas.

15.1. Descrever os vários fatores que influenciam a entrada no(s) mercado(s) de produto relevante(s) que existam no presente caso. Ao fazê-lo leve em conta o seguinte, quando apropriado:

- em que extensão a entrada nos mercados é influenciada pela exigência de autorização do governo ou padrão de alguma forma estabelecido? Há algum controle legal ou regulatório na entrada a estes mercados?

- em que extensão a entrada nos mercados é influenciada pela disponibilidade de matérias-primas?

- Em que extensão a entrada nos mercados é influenciada pela duração dos contratos entre a empresa e seus fornecedores e/ou clientes?

-Qual é a importância da pesquisa e do desenvolvimento e em particular a importância das patentes de licença, *know-how* e outros direitos nestes mercados?

15.2. Alguma das novas empresas entrou no(s) mercado(s) de produtos relevante(s), em áreas geográficas onde as partes vendem, durante os últimos três anos? Se a resposta for positiva, por favor, identifique a(s) empresa(s) (nome, endereço, números de telefone e fax, e, quando possível, a pessoa de contato), e providencie a sua melhor estimativa da participação de mercado da mesma em cada Estado-Membro da CE e Estado da EFTA nos quais elas são ativas e na Comunidade, o território dos Estados da EFTA e o território da EEA como um todo.

15.3. Dê a sua melhor estimativa da escala mínima viável para a entrada no(s) mercado(s) de produtos relevante(s) em termos de participação de mercado apropriada e necessária para operar lucrativamente.

15.4 Há alguma barreira significativa para a entrada, impedindo companhias ativas no(s) mercado(s) de produtos relevante(s):

15.4.1. num Estado-Membro da CE ou Estado da EFTA vendendo em outras áreas do território da EEA;

15.4.2. fora do território da EEA vendendo em todo ou em partes do território da EEA. Por favor, dê os motivos das suas respostas, explicando, quando relevante, a importância dos seguintes fatores:

- barreiras comerciais impostas pela lei, tais como tarifas, quotas, etc.,
- especificação local ou exigências técnicas,
- políticas de compra,
- a existência de distribuição local adequada e disponível e instalações de revenda,
- gastos de transporte,
- preferências arraigadas do consumidor por marcas locais ou produtos,
- idioma.

Capítulo IV

Seção Final

Para ser complementada por todas as notificações

Seção 16

Razões para a aplicação da aprovação negativa

Se V.Sa. está aplicando para estado de aprovação negativa:

16.1. Por que, e.g., estado cujas provisões ou efeitos do acordo ou procedimento podem, na sua opinião, levantar questões de compatibilidade com as regras de competição da Comunidade e/ou da EEA. O objeto deste subtítulo é dar à Comissão, a idéia mais clara possível das dúvidas que V. Sa. tem sobre seus acordos ou procedimentos que deseja que sejam resolvidos por uma aprovação negativa.

Por conseguinte, declare os fatos relevantes e as razões de ter considerado os artigos 85 e 86 do Tratado da UE e/ou os artigos 53 (1) ou 54 do Acordo da EEA inaplicáveis, sob as três referências seguintes:

16.2. Por que os acordos ou procedimentos não têm por objeto ou efeito a prevenção, restrição ou distorção da competição no mercado comum ou no território dos estados do EFTA a qualquer extensão apreciável, ou por que sua empresa não tem ou seu procedimento não abusa de uma posição dominante; e/ou

16.3. Por que os acordos ou procedimentos não têm por objeto ou efeito a prevenção, restrição ou distorção da competição no território do EEA a qualquer extensão apreciável, ou por que sua empresa ou seu procedimento não tem uma posição dominante; e/ou

16.4. Por que os acordos ou procedimentos não afetarão o comércio entre os Estados Membros ou entre a Comunidade e um ou mais estados do EFTA, ou entre Estados do EFTA a qualquer extensão apreciável.

Seção 17

Razões para a aplicação da isenção

Se V.Sa. está notificando o acordo, mesmo se for somente como uma precaução, com o objetivo de obter uma isenção, sob os artigos 85 (3) do Tratado da UE e/ou artigo 53 (3) do acordo da EEA, explique como:

17.1. o acordo contribui na melhora da produção ou distribuição, e/ou promove progresso técnico ou econômico. Em particular, explique por que estes benefícios são esperados no resultado desta colaboração; por exemplo, as partes do acordo possuem tecnologias complementares ou sistemas de distribuição que produzirão importantes sinergias ? (se possuem, especifique). Especifique também se algum documento ou pesquisa foi destacado pelas partes

notificantes que avalie a exequibilidade da operação e os prováveis benefícios disto resultantes, e se qualquer destes documentos ou pesquisas fornecem estimativas das economias e eficiências prováveis do resultado. Favor providenciar cópias destes documentos e pesquisas;

17.2.A própria quantia dos benefícios aos consumidores estimados para a melhoria ou progresso advindos.

17.3Todas as provisões restritivas do acordo são indispensáveis à realização do objetivo exposto no item 17.1 (se V.Sa. está reivindicando do procedimento oposto, é particularmente importante que identifique e justifique as restrições que excedam àquelas isentas automaticamente pelos Regulamentos relevantes). A este respeito, favor especificar de que forma os benefícios resultantes do acordo identificado em sua réplica à questão 17.1 podem não ser alcançados, ou podem não ser alcançados tão rápido ou eficientemente, ou somente com um alto custo ou com menor certeza de sucesso (i) sem a conclusão do acordo como um todo e (ii) sem essas cláusulas particulares e provisões do acordo identificado em sua réplica à questão 4.2;

17.4.o acordo não elimina competição em respeito a uma parte substancial dos bens e serviços concernentes.

Seção 18

Documentação de apoio

A notificação completa precisa ser preparada e submetida em um original. Deve conter as últimas versões de todos os acordos que sejam sujeitos da notificação e devem ser acompanhados do seguinte:

- (a)dezesesseis cópias da própria notificação;
- (b)três cópias do relatório e da avaliação das partes notificadas no acordo, decisões ou atos dos últimos três anos;
- (c)três cópias do mais recente estudo de mercado doméstico ou externo, ou documentos de planejamento desta proposta de avaliar ou analisar os mercados afetados, a respeito das condições de competição, competidores (atuais e potenciais), e condições de mercado. Cada documento deve indicar o nome e a posição do autor.

(d)três cópias de relatórios e análises que tenham sido preparadas pelo (s) ou para qualquer oficial (oficiais) ou diretor (diretores) com o propósito de avaliar ou analisar o acordo notificado.

Seção 19

Declaração

A notificação precisa concluir com a seguinte declaração, assinada pelo ou no interesse de todos os aplicantes ou partes notificantes⁷⁴.

“O abaixo assinado declara que a informação dada nesta notificação é correta em relação ao melhor de seus conhecimentos e crenças, as cópias completas de todos os documentos solicitados pelo formulário A/B têm sido fornecidas com extensão de que estes estão em posse do grupo de empresas ao qual o aplicante (s) ou parte (s) notificante (s) pertence (m) e são acessíveis ao último, de que todas as estimativas são identificadas como tais e são as suas melhores estimativas dos fatos subjacentes e de que todas as opiniões expressas são sinceras.

Eles estão cientes das provisões do Artigo 15 (1) (a) do Regulamento N° 17.

Local e data:

Assinaturas”

Favor anexar o nome(s) da (s) pessoa(s) assinante da aplicação ou notificação e sua(s) função (funções).

⁷⁴ As aplicações e notificações não assinadas serão inválidas.

Anexo 4**Endereço da Comissão e informações sobre seus escritórios nos Estados-Membros**

Os Estados-Membros na data deste Anexo são: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países-Baixos, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

<p>O endereço da Comissão de Diretoria-Geral para Competição é: Comissão das Comunidades Europeias Diretoria-Geral para Competição 200 rue de la Loi B-1049 Brussels Tel. (322) 299 11 11</p>	<p>Espanha Paseo de la Castellana, 46 E-28046 Madri Tel. (34-1) 431 57 11</p> <p>Av. Diagonal, 407 bis 18 Planta E-08008 Barcelona Tel. (34-3) 415 81 77</p>
<p>O endereço da Diretoria de Competição de Autoridade de Vigilância é: Autoridade de Vigilância da EFTA Diretoria de Competição 1-3 rue Marie-Thérèse B-1040 Brussels Tel. (322) 286 17 11</p>	<p>República Federal da Alemanha Zitelmannstraße 22 D-53113 Bonn Tel. (49 228) 53 00 9-0</p> <p>Kurfürstendamm 102 D-10711 Berlim Tel. (49-30) 896 09 30</p> <p>Erhardtstraße 27 D-80331 München Tel. (49-89) 202 10 11</p>
<p>Os endereços dos Escritórios de Informação da Comissão na Comunidade são:</p>	<p>Finlândia 31 Pohjoisesplanadi 00131 Helsinki Tel. (358-9) 62 26 544</p>
<p>Áustria Kärtner Ring 5-7 A-1010 Wien Tel. (43-1) 516 180</p>	<p>França 288, boulevard Saint-Germain F-75007 Paris Tel. (33-1) 40 63 38 00</p>

<p>Bélgica 73 rue Archimède B-1040 Bruxelles Archimedesstraat 73 B-1040 Brussel Tel. (32-2) 295 38 44</p>	<p>CMCI 2, rue Henri Barbusse F-13241 Marseille, Cedex 01 Tel. (33) 491 90 98 07</p>
<p>Dinamarca HøjbrohusØstergade 61 Postboks 144 DK-1004 København K Tel. (45-33) 14 41 40</p>	<p>Grécia 2 Vassilissis Sofias GR-Athina 10674 Tel. (30-1) 72 51 000</p>
<p>Irlanda Jean Monnet Center 18 Dawson Street IRL-Dublin 2 Tel. (353-1) 662 51 13</p>	<p>Portugal Centro Europeu Jean Monnet Largo Jean Monnet, 1-10° P_1200 Lisboa Tel. (351-1) 350 9800</p>
<p>Itália Via Poli 29 I-00187 Roma Tel. (39-6) 699 991</p> <p>Corso Magenta 59 I-20123 Milano Tel. (39-2) 480 01 25 05</p>	<p>Luxemburgo Bâtiment Jean-Monnet rue Alcide de Gasperi L-2920 Luxemburgo Tel. (352) 4301 1</p>
<p>Holanda Postbus 30465 NL-2500 GL Den Haag Tel. (31-70) 346 93 26</p>	<p>Reino Unido Jean Monnet House 8 Sotey's Gates UK-London SW1P 3AT tel. (44-171) 973-1992</p> <p>Windsor House 9/15 Bedford Street UK-Belfast BT2 7EG Tel. (44-1232) 24 07 08</p> <p>4 Cathedral Road UK- Cardiff CF1 9SG Tel. (44-1222) 37 16 31</p> <p>9 Alva Street</p>

	UK_ Edinburgh EH2 4PH Tel. (44-131_ 225 2058)
	Suecia Nyobrogatan 11 Stockholm Tel. (46-8) 562 444 12

Informação na política de competição Européia

O Conselho Administrativo Geral de Competição (DG IV) fornece acesso público à informação da política de competição Européia via *Europa*, o servidor de rede da União Mundial Européia (endereço: <http://europa.eu.int>). *Europa* contém informação das atividades das instituições da União, e o endereço da DG IV (<http://europa.eu.int/en/comm/dg04/dg4home.htm>) pode ser acessado através da seção “lidando com as atividades da Comissão Européia”.

As páginas da DG IV contém informações das áreas principais de política de competição - antitruste, fusões, liberalização, ajuda de estado aspectos internacionais. Conforme cada um destes títulos, o usuário pode encontrar seções contendo notas de imprensa publicadas nas duas últimas semanas, atos publicados no Jornal Oficial no mês anterior, os textos completos da legislação da comunidade em vigor e uma lista, com referências, das decisões da Comissão e de julgamentos entregues pela Corte de Justiça e pela Corte de Primeira Instância.

As seções separadas designam discursos dados e artigos publicados pelo Membro da Comissão com responsabilidade especial por política de competição, o Diretor-Geral da DG IV e oficiais da DG IV, assim como edições prévias do *Boletim de Política de Competição*, o Boletim Anual de política de competição, uma lista de publicações da Comunidade em competição, disponível para o público, conexões com os endereços de autoridades de competição nacionais e internacionais e outros itens de interesse.

Anexo 5

Uma posterior leitura (em várias línguas da UE, incluindo publicações oficiais tais como o *Diário Oficial* e o Relatório Anual de Política de

Competição, o Boletim de Política Oficial e Resumo da legislação e Notícias da Comissão).

A não ser que indicado do contrário, as seguintes publicações são disponíveis através de agentes de vendas da EUR-OP, o Escritório de publicações Oficiais da Comunidades Europeias.

Para solicitar, use o número apropriado do catálogo.

Legislação
Documentos oficiais
Decisões de Competição
Relatórios de Competição
outros documentos e estudos

Legislação

Competition law in the European Communities-Volume IA-Rules applicable to undertakings

Situação em 30 de junho de 1994; esta publicação contém o texto de todos os atos legislativos relevantes aos Artigos 85, 86 e 90.

Catálogo N°: CM-29-93-A01-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Competition law in the European Communities-Addendum to Volume IA-Rules applicable to undertakings

Situação em 1º de Março de 1995.

Catálogo N°: CM-88-95-463-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Merger control in the European Union - (Ed. 1995)

Catálogo N°: CV-88-95-428-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Competition law in the European Community-Volume IIA-Rules applicable to State aid

Situação em 31 de Dezembro de 1994; esta publicação contém o texto de todos os atos legislativos relevantes aos Artigos 42, 77, 90, 92 a 94.

Catálogo N°: CM-03-97-296-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

Competition law in the EC -Volume II B- Explanation of rules applicable to state aid

Situação em Dezembro de 1996

Catálogo N°: CM-03-97-296-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

Brochure concerning the competition rules applicable to undertakings como contidos no acordo da EEA e as suas implementações pela Comissão da EC e a autoridade de vigilância da EFTA.

Catálogo N°: CV-77-92-118-EN-C

Documentos Oficiais

Green paper on vertical restraints in EC competition policy -COM (96) 721- (Ed. 1997)

Catálogo N°: CB-CO-96-742-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

Interim report of the multimodal group - Presented to Commissioner Van Miert by Sir Bryan Carsberg, Chairman of the Group (Ed. 1996).

Catálogo N°: CM-95-96-350-EN-C

The institutional framework for the regulation of telecommunications and the application of EC competition rules

Relatório Final (Forrester Norall & Sutton).

Catálogo N°: CM-94-96-590-EN-C

Competition aspects of access pricing-Report to the European Commission

Dezembro de 1995 (M. Cave, P. Crowther, L. Hancher).

Catálogo N°: CM-94-96-582-EN-C

Community Competition Policy in the Telecommunications Sector (Vol I: July 1995; Vol. II: March 1997)

um resumo preparado por DG IV -C-1; contém Diretivas conforme o Artigo 90, Decisões conforme o Regulamento 17 e conforme o Regulamento de Fusão, assim como Julgamentos relevantes da Corte de Justiça. - Cópias disponíveis através de DG IV -C-1

(tel. +322-2968623, 2968622, fax +322-2969819).

Brochure explicative sur les modalités d'application du Règlement (CE) N° 1475/95 de la Commission concernant certaines catégories d'accords de distribution et de service de vente et d'après vente de véhicules automobiles -
Cópias disponíveis através de DG IV-F-2 (tel. +322-2951880, 2950479, fax. +322-29800)

Decisões de Competição

Recueil des décisions de la Commission en matière d'aides d'Etat -Article 93, paragraphe 2 (Décisions finales négatives)- 1994-1995

Catálogo N°: CM-96-94-465-xx-C (xx= FR, NL, IT, DE= 1964-1995; EN, DA= 73-95; GR= 81-95; ES, PT= 86-95; SV, FI= 1995)

Reports of Commission Decision relating to competition -Articles 85,86 and 90 of the EC Treaty. -93/94

Catálogo N°: CV-90-95-946-xx-C (xx= ES DA DE GR En FR IT NL PT)

Reports of Commission Decision relating to competition -Articles 85,86 and 90 of the Ec Treaty. -90/92

Catálogo N°: CV-84-94-387-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Reports of Commission Decisions relating to competition -Articles 85,86 and 90 of the Treaty. 89/90

Catálogo N°: CV-73-92-772-xx-C (xx= ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Reports of Commission Decisions relating to competition - Articles 85, 86 and 90 of the EC Treaty - 86/88

Catálogo n°: CM-80-93-290-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Reports of Commission Decisions relating to competition - Articles 85, 86 and 90 of the EC Treaty - 81/85

Catálogo n°: CM-79-93-792-xx-C (xx=DA DE GR EN FR IT NL)

Reports of Commission Decisions relating to competition - Articles 85, 86 and 90 of the EC Treaty - 73/80

Catálogo n°: CM-76-92-988-xx-C (xx=DA DE EN FR IT NL)

Reports of Commission Decisions relating to competition - Articles 85, 86 and 90 of the EC Treaty - 64/72

Catálogo n°: CM-76-92-966-xx-C (xx=DE FR IT NL)

RELATÓRIOS DE COMPETIÇÃO

XXVI Report on Competition Policy 1996

Catálogo n.º: CM-04-97-242-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

XXV Report on Competition Policy 1995

Catálogo n.º: CM-94-96-429-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

XXIV Report on Competition Policy 1994

Catálogo n.º: CM-90-95-283-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

XXIII Report on Competition Policy 1993

Catálogo n.º: CM-82-94-650-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

XXII Report on Competition Policy 1992

Catálogo n.º: CM-76-93-689-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

XXI Report on Competition Policy 1991

Catálogo n.º: CM-73-92-247-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Fifth survey on State aid in the European Union in the manufacturing and certain other sectors [COM (97 170 final)] (Edition 1997)

Catálogo n.º: CB-CO-97-162-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT SV FI)

4ème rapport sur les aides d'Etat dans l'Union Européenne dans le secteur des produits manufacturés et certains autres secteurs

Catálogo n.º: CM-92-95-368-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

OUTROS DOCUMENTOS E ESTUDOS

Proceedings of the European Competition Forum (joint publication with J. Wiley) - Ed. 1996

Catálogo n.º: CV-88-95-985-EN-C

Bierlieferungsverträge in den neuen EU-Mitgliedstaaten Österreich, Schweden und Finnland - Ed. 1996

Catálogo nº: CV-01-96-074-DE-C DE

Communication de la Commission: Les services d'intérêt général en Europe (Ed. 1996)

Catálogo nº: CM-98-96-897-xx-C (xx=DE GR NL SV)

Study of exchange of confidential information agreements and treaties between the US and Member States of EU in areas of securities, criminal, tax and customs (Ed. 1996)

Catálogo nº: CM-98-96-865-EN-C

Survey of the Member State National Laws governing vertical distribution agreements (Ed. 1996)

Catálogo nº: CM-95-96-996-EN-C

Services de télécommunication en Europe: statistiques en bref, commerce, services et transports, 1/1996

Catálogo nº: CA-NP-96-001-xx-C (xx=EN FR DE)

Report by the group of experts on competition policy in the new trade order [COM(96)284 fin.]

Catálogo nº: CM-92-95-853-EN-C

New industrial economics and experiences from European merger control: New lessons about collective dominance? (Ed 1995)

Catálogo nº: CM-89-95-737-EN-C

Competition Aspects of Interconnection Agreements in the Telecommunications Sector (Ed. 1995)

Catálogo nº: CM-89-95-801-EN-C

Proceedings of the 2nd EU/Japan Seminar on competition (Ed. 1995)

Catálogo nº: CV-87-95-321-EN-C

Surveys of the Member States' powers to investigate and sanction violations of national competition laws (Ed. 1995)

Catálogo nº: CM-90-95-089-EN-C

Statistiques audiovisuelles: rapport 1995

Catálogo nº: CA-99-56-948-EN-C

Information exchanges among firms and their impact on competition (Ed. 1995)

Catálogo nº: CV-89-95-026-EN-C

Impact of EC funded R&D programmes on human resource development and long term competitiveness (Ed. 1995)

Catálogo nº: CG-NA-15-920-EN-C

Competition policy in the new trade order: strengthening international cooperation and rules (Ed. 1995)

Catálogo nº: CM-91-95-124-EN-C

Forum consultatif de la comptabilité: subventions publiques (Ed. 1995)

Catálogo nº: C-184-94-735-FR-C

Les investissements dans les industries du charbon et de l'acier de la Communauté: Rapport sur l'enquête 1993 (Ed. 1995)

Catálogo nº: CM-83-94-2963-A-C

Study on the impact of liberalization of inward cross border mail on the provision of the universal postal service and the options for progressive liberalization (Ed. 1995)

Relatório final,

Catálogo nº: CV-89-95-018-EN-C

Meeting universal service obligations in a competitive telecommunications sector (Ed. 1994)

Catálogo nº: CV-83-94-757-EN-C

Competition and integration: Community merger control policy (Ed. 1994)

Catálogo nº: CM-AR-94-057-EN-C

Growth, competitiveness, employment: The challenges and ways forward into the 21st century: White paper (Ed. 1994)

Catálogo nº: CM-82-94-529-xx-C (xx=ES DA DE GR EN FR IT NL PT)

Growth, competitiveness, employment: The challenges and ways forward into the 21st century: White paper (Ed. 1993) - Volume 2 Part C

Catálogo n°: CM-NF-93-0629-A-C

The geographical dimension of competition in the European single market
(Ed. 1993)

Catálogo n°: CV-78-93-136-EN-C

International transport by air, 1993

Catálogo n°: CA-28-96-001-xx-C (xx=EN FR DE)

Les investissements dans les industries du charbon et de l'acier de la Communauté: Enquête 1992 (Ed. 1993)

9 línguas

Catálogo n°: CM-76-93-6733-A-C

EG Wettbewerbsrecht und Zulieferbeziehungen der Automobilindustrie (Ed. 1992)

Catálogo n°: CV-73-92-788-DE-C

Green Paper on the development of the single market for postal services, 9 languages

Catálogo n°: CD-NA-14-858-EN-C

The effect of different state aid measures on intra Community competition
(Ed. 1990)

Catálogo n°: CM-59-90-702-EN-C

The effect of conglomerate mergers on competition (Ed. 1990)

Catálogo n°: CM-59-90-039-EN-C